

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Dayana Nunes Silva Alencar

**A LÍNGUA(GEM) COMO FORMA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
um olhar sobre o discurso do Estado brasileiro**

RECIFE
2018

DAYANA NUNES SILVA ALENCAR

**A LÍNGUA(GEM) COMO FORMA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
um olhar sobre o discurso do Estado brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Letras.

Área de concentração: Linguística

Linha de pesquisa: Análises do Discurso

Orientadora Profa. Dra. Fabiele Stockmans De Nardi

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

A368l Alencar, Dayana Nunes Silva
A língua(gem) como forma de violência contra a mulher: um olhar sobre o discurso do Estado brasileiro / Dayana Nunes Silva Alencar. – Recife, 2018.
118 f.

Orientadora: Fabiele Stockmans De Nardi.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras, 2018.

Inclui referências.

1. Discurso estatal. 2. Violência contra a mulher. 3. Discurso e mulher. 4. Mulher e Estado. 5. Discurso e ideologia. I. De Nardi, Fabiele Stockmans (Orientadora). II. Título.

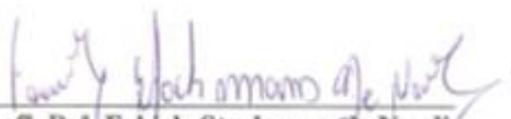
410 CDD (22.ed.) UFPE (CAC 2018-132)

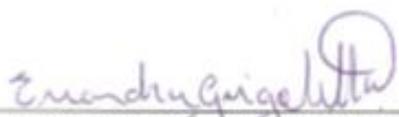
DAYANA NUNES SILVA ALENCAR

**A LÍNGUA(GEM) COMO FORMA DE VIOLÊNCIA CONTRA A
MULHER: um olhar sobre o discurso do Estado brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em LINGUÍSTICA, em 30/5/2018.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Fabiele Stockmans de Nardi
Orientadora – LETRAS - UFPE


Prof. Dr. Evandra Grigoletto
LETRAS - UFPE


Prof. Dr. Luciene Jung de Campos
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES - UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL

Recife – PE
2018

*À Soledad Barrett, por sua força e luta,
que ainda hoje segue nos inspirando e
produzindo suas revoluções.*

AGRADECIMENTOS

Aos orixás, em particular, à minha mãe Iemanjá, que, com sua força feminina, guiou-me ao longo da escrita.

À minha família, singularmente, à minha mãe, Márcia, pelo apoio e por acreditarem que eu conseguiria.

Às amigas e aos amigos, especialmente Mariana Ferraz, Elisa Aníbal, José Rodrigues, Edjane Teodoso e Cristina Siqueira, sempre presentes, com quem as discussões sobre algumas das questões que aqui levanto ajudaram-me a refletir.

À Fabiele, minha orientadora e professora desde a graduação, pela paciência e pelas precisas orientações.

À professora Ana Boff de Godoy pela leitura atenta a este trabalho, contribuindo significativamente no exame de qualificação.

Às professoras Luciene Jung de Campos e Evandra Grigoletto, por terem concordado em participar da banca final, dedicando um instante de seus tempos a esta dissertação.

Por fim, ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco.

Ela é tão livre que um dia será presa. "Presa por quê?" "Por excesso de liberdade". "Mas essa liberdade é inocente?" "É". "Até mesmo ingênua". "Então por que a prisão?" "Porque a liberdade ofende".

Clarice Lispector, **Um sopro de vida**

RESUMO

Esta dissertação, a partir da perspectiva da Análise do Discurso com filiação em Michel Pêcheux, apresenta um olhar sobre o discurso do Estado brasileiro no que se relaciona à forma como a mulher é, por ele, concebida. Fez-se necessário, então, um recorte na história do Brasil, de modo que nos concentramos no período da ditadura militar brasileira (1964-1985) e no hoje (2014, 2016 e 2017). Para tanto, debruçamo-nos sobre alguns depoimentos de mulheres militantes presentes no Relatório da Comissão Nacional da Verdade e também sobre o *Acórdão* judiciário de um caso de estupro acontecido no Rio Grande do Sul, as *Dicas de comportamento e segurança* publicadas pelo estado de Pernambuco após o aumento dos casos de estupro e o *Termo de Audiência de Custódia* de um caso de violência moral-sexual de São Paulo, buscando analisar se houve ruptura no discurso estatal no decorrer desse tempo ou apenas uma atualização discursiva. Assim, discutimos a forma como lemos a questão da mulher brasileira e os dizeres pêcheuxtianos sobre o discurso. Por fim, apresentamos nosso gesto de leitura sobre o *corpus*, em que nos damos conta do trabalhar da ideologia patriarcal a regular o falar estatal sobre/para as mulheres tanto no ontem, como no hoje, mobilizando memórias que apresentam um modelo singular de mulher e, conseqüentemente, acabam por preservar o lugar de dominância do homem.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso estatal. Violência contra mulher. Discurso e mulher. Mulher e Estado. Discurso e ideologia.

RESUMEN

Esta disertación, a partir de la perspectiva del Análisis del Discurso con filiación en Michel Pêcheux, presenta una mirada sobre el discurso del Estado brasileño en lo que se relaciona con la forma como la mujer es, por él, concebida. Se hizo necesario un recorte en la historia de Brasil, de modo que nos concentramos en el período de la dictadura militar brasileña (1964-1985) y en el hoy (2014, 2016 y 2017). Para ello, nos referimos a algunos testimonios de mujeres militantes presentes en el *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* y también sobre el *Acórdão* judicial de un caso de violación ocurrido en Rio Grande do Sul, las *Dicas de comportamento e segurança* publicadas por el estado de Pernambuco después el aumento de los casos de violación y el *Termo de Audiência de Custódia* de un caso de violencia moral y sexual de São Paulo, buscando analizar si hubo ruptura en el discurso estatal en el transcurso de ese tiempo o solamente una actualización discursiva. Así, discutimos la forma como leemos la cuestión de la mujer brasileña y los dichos pêcheuxianos sobre el discurso. Por último, presentamos nuestro gesto de lectura sobre el *corpus*, en el que nos damos cuenta del trabajar de la ideología patriarcal a regular el hablar estatal sobre/para las mujeres tanto en el ayer, como en el hoy, movilizand o memorias que presenten un modelo singular de mujer y, consecuentemente, acaban por preservar el lugar de dominancia del hombre.

PALABRAS CLAVE: Discurso estatal. Violencia contra la mujer. Discurso y mujer. Mujer y Estado. Discurso e ideología.

SUMÁRIO

1	EM BUSCA DE UM COMEÇO	10
2	SOBRE AS MULHERES	16
2.1	O PATRIARCADO	24
3	PELOS CAMINHOS DA LÍNGUA(GEM)	28
3.1	UMA BREVE MEMÓRIA SOBRE OS ESTUDOS DA LÍNGUA	28
3.2	A LÍNGUA EM PÊCHEUX	31
3.3	LÍNGUA, IDEOLOGIA E MEMÓRIA	39
4	A MULHER E A PALAVRA: O DISCURSO EM ANÁLISE	57
4.1	ALGUNS DIZERES A RESPEITO DO <i>CORPUS</i> E DA ANÁLISE	57
4.2	A FORMA DE FALAR A MULHER PELO REGIME MILITAR	64
4.2.1	A MULHER E A OFENSA	65
4.2.2	A MULHER E O CORPO	78
4.2.3	A MULHER E A MATERNIDADE	90
4.3	A MULHER NO BRASIL DE HOJE	96
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
	REFERÊNCIAS	114

1. EM BUSCA DE UM COMEÇO

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço do poder que me permite estar aqui hoje.
(Dilma Rousseff)

As mulheres, frequentemente, aparecem como “meras coadjuvantes da História” (PERROT, 1988, p. 185), embora se façam presentes em sua construção. É preciso considerar, assim, o fato de determinadas ações serem apagadas, uma vez que há o movimento do ideológico a regular todo esse processo, possibilitando que sentidos dominantes se imponham e, por conseguinte, sufoquem, silenciem, marginalizem aqueles emergentes de outra(s) formação(ões) discursiva(s) (ORLANDI, 1997).

No caso da história das mulheres, é importante considerar a existência de um imaginário social que ainda exerce grande influência sobre a forma de caracterizar os espaços destinados a mulheres e homens na sociedade. A elas reserva-se o privado; o público, o poder, aos homens. Ou seja, o espaço público é tomado como lugar do masculino, sendo justamente onde reside o silêncio imposto à mulher, devido a uma série de mecanismos que tendem a cercear a sua possibilidade de atuação e permanência nesse espaço. Circunstância esta também comum às brasileiras, feitas menores constantemente pelo simples fato de serem mulheres.

Nossa sociedade, em meio às formações ideológicas às quais se filia, apresenta um modelo pré-estabelecido do que é ser mulher, um modelo uno de feminilidade. A pluralidade constitutiva do feminino é singularizada, desconsiderando nossas individualidades, como se houvesse uma única forma de ser. Somos¹ então discursivizadas, mas quase nunca nos permitem discursivizar, pois “a invisibilidade e

¹ Entendemos que somos parte das que falam e daquelas sobre quem se fala, de modo que assumiremos, neste trabalho, ao falar sobre a mulher e a luta feminina, esse nós que também nos inclui nessa coletividade.

o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila” (PERROT, 2007, p. 17).

De tal modo, a mulher que ousasse/ousa trilhar outros caminhos, negando-se a permanecer no local que lhe foi reservado historicamente, é designada a partir de uma série de estereótipos, em razão de ser a materialização da subversão da “ordem” socialmente estabelecida. E, por significar uma ameaça ao poder do macho, ela é punida de diferentes formas pela sociedade, que encontra nessas punições uma forma de ensinar o seu lugar dentro deste sistema, dado que houve falha no processo de assujeitamento à ideologia dominante (PÊCHEUX, [1975] 2009a).

Como ser mulher então e não refletir sobre tais questões? Afinal, fazendo uso das palavras de Perrot (2007), dessa história somos testemunhas e também atrizes.

Essa inquietação nasce dentro do Centro de Artes e Comunicação/UFPE ao conhecer a história de Soledad Barrett Viedma², mulher de luta que acabou morta e silenciada pela ditadura militar brasileira. Sua história levou-nos a percorrer outros caminhos, chegando, por fim, ao Movimento de Mulheres do estado de Pernambuco, onde pudemos compartilhar muitas das nossas angústias.

A história de Soledad. Um processo de impedimento sem base legal para derrubar a primeira mulher eleita presidenta do Brasil. Uma série de direitos já conquistados colocados em xeque, a pensar no Projeto de Lei 5069/2013 – do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha – ou na Proposta de Emenda Constitucional 181/2015 – texto originalmente apresentado pelo senador Aécio Neves, porém modificado por deputados da bancada evangélica –, em que ambos tratam a respeito da criminalização total do aborto, inclusive nos casos já previstos em lei.

O que as situações anteriores têm em comum?

² Soledad Barrett Viedma, paraguaia, herdeira de uma família de militantes, neta de Rafael Barrett – um dos fundadores da literatura paraguaia –, militou contra a ditadura militar brasileira. No entanto, acabou sendo morta pelo regime, em um crime que ficou conhecido como *O massacre da chácara São Bento*, no ano de 1973, no município de Paulista - Pernambuco.

Todas elas foram postas em prática pelo Estado brasileiro e, de diferentes formas, configuram-se em situações de violência à integridade feminina. Por conseguinte, não há como deixar de refletir a respeito do papel do Estado em nossa sociedade, em especial, sua relação com a mulher, atentando para o lugar onde se encontra discursivamente inscrito e, portanto, ao tratamento que destina ao feminino.

Além disso, chama-nos atenção o fato de que os episódios acima elencados se dão em momentos distintos da história do Brasil. Lembremos, por exemplo, da violência que levou à morte de Soledad ainda nos tempos do regime militar e ao fato de que esse acontecimento e suas circunstâncias seguem silenciados décadas depois. Pensemos também no tratamento recebido pela então presidenta Dilma Rousseff. Primeiramente, Dilma exerceu papel significativo na resistência contra a ditadura, sendo então torturada física e psicologicamente pelos agentes estatais. Após 31 anos, em pleno 2016, durante um dos momentos do citado ato de impedimento, realizado na Câmara dos Deputados e transmitido em rede nacional, assistimos à situação vivenciada por ela no passado ser trazida à tona novamente, como forma de ofendê-la e agredi-la ainda mais por um dos deputados federais. Refletindo a respeito de tais situações, a interrogação que, inevitavelmente, surge é se podemos falar numa ruptura com relação ao tratamento recebido pela mulher ou se tão somente numa atualização discursiva.

Diante de tal conjuntura, parece-nos necessário dedicar um espaço para tratar sobre tais questões, apesar do fato de que dissertar sobre a violência contra a mulher não seja algo simples, visto atravessar as várias esferas da sociedade e dar-se em diferentes formas. No entanto, acreditamos ser especialmente relevante olharmos para o Estado, um Estado que deveria garantir os direitos a todos os sujeitos indiscriminadamente – como normatiza a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988³ –, significando afirmar que, em situações de violência, deveríamos recorrer a ele, contudo acaba reproduzindo e, por consequência, incentivando certas práticas.

³ A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 regulamenta que:
Art 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...].

Buscamos debruçar-nos, à vista disso, sobre o discurso do Estado brasileiro sobre/para as mulheres e o discurso produzido pelas mulheres militantes a respeito do que vivenciaram enquanto estiveram sob a tutela estatal. Para isso, fez-se necessário um recorte na história do país, fazendo com que nos dedicássemos a dois momentos estritamente: a ditadura militar brasileira (1964-1985) e o hoje (2014, 2016 e 2017).

Consideramos primeiramente a ditadura militar, época de grande silêncio da história nacional, época em que muitas vozes foram caladas, uma vez que se reprimia hostilmente qualquer espécie de posicionamento contrário ao regime. Não obstante, o que nos faz olhar atentamente para esse período é o fato de o tratamento destinado aos militantes, de acordo com seus relatos, distinguia-se conforme o gênero do sujeito em questão, ainda que ocupassem posições semelhantes.

Posteriormente, passamos a refletir sobre a forma como a mulher é discursivizada pelo Estado brasileiro de hoje, tomando como base o observado no discurso dos tempos ditatoriais, traçando uma espécie de analogia entre o discurso posto em prática atualmente e o discurso dos militares. Para isso, levamos em consideração, particularmente, três casos: a posição de um promotor de justiça do Rio Grande do Sul diante de um caso de estupro de uma menor (2014), o documento denominado *Dicas de segurança e comportamento*⁴ elaborado pela Polícia Militar de Pernambuco (2016), devido ao aumento de casos de estupro no estado, e, por fim, o tratamento destinado a mais um episódio de violência moral-sexual dentro do transporte público de São Paulo por parte de um magistrado (2017).

Em outras palavras, debruçamo-nos sobre o discurso estatal, objetivando analisar os efeitos de sentidos⁵ produzidos para o feminino pelo Estado brasileiro.

⁴ *Dicas de segurança e comportamento* teve grande repercussão em meio à sociedade pernambucana – especialmente entre as mulheres vinculadas à ideologia feminista –, devido aos seus dizeres buscarem uma espécie de controle dos comportamentos femininos pelo Estado, de modo que foi designada como *cartilha antiestupro*.

⁵ Entendemos que o(s) sentido(s) não é(são) pré-determinado(s), mas mobilizado(s)/construído(s)/reconstruído(s) a partir da relação dada entre interlocutores, o que se encontra diretamente relacionado às condições de produção discursivas, permitindo-nos falar, então, em efeitos de sentido.

De tal modo, buscamos observar o jogo do ideológico em tais dizeres e, conseqüentemente, reconhecer as memórias mobilizadas e a importância da língua para a tessitura do(s) sentido(s) sobre a mulher.

Este trabalho encontra-se inscrito na ordem da resistência e na busca por transformação. Ancoramo-lo, por isso, na intersecção da Análise do Discurso com filiação em Michel Pêcheux e dos estudos sobre a mulher, dado que os entendemos como lugares de ação política, sendo, então, importantes na leitura dos discursos das mulheres e sobre as mulheres.

Situamo-nos, especificamente, no espaço da Análise do Discurso, doravante AD, devido aos seus dizeres a respeito da língua, uma vez se constituírem num caminho plausível para analisar os sentidos produzidos para as mulheres pelo Estado, considerando o funcionamento da ideologia em meio ao processo discursivo. Logo, podemos olhar para a materialidade constitutiva do nosso *corpus*, considerando a ideologia e a historicidade que a compõe, o que possibilita perceber a tessitura do(s) sentido(s) na/pela língua.

Os estudos sobre a mulher, por sua vez, ajudam-nos a refletir sobre a situação das mulheres, entendendo que as imagens postas para o feminino e o masculino não são naturais, mas, em realidade, construções sociais reguladas pelo jogo do ideológico. Assim, faz com que ponderemos aquilo colocado pela sociedade de forma naturalizada, levando-nos a (re)pensar o(s) sentido(s) produzido(s) para as mulheres e, conseqüentemente, a questionar os modelos sociais que nos são impostos.

Nossa reflexão, neste sentido, busca olhar para o modo como a mulher é concebida pelo Estado por meio da palavra, pois na/pela língua(gem) a posição estatal é evidenciada, visto que, no decorrer do processo discursivo, é possível perceber a formação ideológica a qual se vincula, onde ditos e não-ditos acabam significando.

Esta dissertação nasce, portanto, a partir do desejo de lançar alguma luz sobre a violência estatal sofrida pela mulher brasileira, mobilizando as relações existentes entre língua, mulher e Estado. Não buscamos, no entanto, a construção de uma verdade ou um único sentido acerca dos fatos, isso não seria possível diante do mar

de possibilidades de leituras, como confirma Pêcheux ([1975] 2009a). Configura-se aqui o nosso gesto de leitura sobre o *corpus*.

Nosso primeiro passo é tratar sobre a mulher e suas questões. Ocupamo-nos, assim, em discutir como é ser mulher no Brasil, a partir de uma perspectiva discursiva, de modo que possamos dar-nos conta das dificuldades vivenciadas pela brasileira cotidianamente e também questionar os modelos sociais pré-definidos. Ou seja, buscamos trazer à tona as situações naturalizadas pela sociedade, apoiando-nos, especialmente, nos dizeres de Michel Pêcheux ([1975] 2009a; [1983] 2015) e nos estudos de Simone de Beauvoir ([1949] 2016a; [1949] 2016b), além de termos considerado também o trabalho de Heleieth Saffioti (1987; 2004), entre outras importantes leituras.

Em seguida, dedicamo-nos a abordar diretamente as questões de língua(gem), que alicerçam este trabalho. Começamos por expor brevemente uma memória sobre o percurso dos estudos linguísticos, buscando compreender os rumos tomados pela AD, para, então, chegarmos propriamente a ela. Procuramos trabalhar, especificamente, a noção de língua a partir da perspectiva pêcheuxtiana, em sua relação com a ideologia e a memória, conceitos que nos auxiliarão a entender os movimentos discursivos que se relacionam à mulher e ao Estado.

O último capítulo, por sua vez, é dedicado a olhar atentamente o *corpus*. Primeiramente, reservamos um instante para discorrer diretamente sobre a materialidade com a qual trabalhamos, explicando os caminhos percorridos. Logo após, dedicamo-nos à análise, local onde vemos a teoria discutida fazendo sentido na materialidade linguística. Debruçamo-nos, a princípio, sobre os gestos testemunhais das militantes registrados pela Comissão Nacional da Verdade; em seguida, nosso olhar volta-se para os documentos que retratam a violência estatal vivenciada atualmente pelas mulheres. Expomos, assim, a maneira como lemos o *corpus*.

De tal modo, esperamos que nossa pesquisa possa somar-se, em meio ao âmbito linguístico, aos outros estudos a respeito da questão da mulher, contribuindo para a resistência e um possível deslocamento do cenário brasileiro.

2. SOBRE AS MULHERES

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”
(Rosa Luxemburgo)

Tratar sobre a mulher é colocar-se diante de uma questão que é pessoal e concomitantemente coletiva, uma vez que as práticas a ela relacionadas têm suas bases no social e afetam a todas e todos, ainda que de diferentes formas. Falar a respeito da situação feminina, então, implica considerarmos especialmente o público, ultrapassando as fronteiras do privado.

Reflitamos brevemente a respeito da forma como a sociedade brasileira encontra-se organizada. Não é difícil dar-se conta das significativas diferenças entre mulheres e homens. Ele é tomado como o um, ela é o outro (BEAUVOIR, [1949] 2016a), significando afirmar que o homem ocupa um papel de protagonismo no seio social, sendo ele o essencial, enquanto a mulher restringe-se ao que resta, o inessencial.

Podemos falar, assim, a respeito dos diferentes lugares sociais ocupados pelos sujeitos no Brasil⁶. Observando nossa sociedade, damos-nos conta de que tais lugares têm relação direta com o gênero de cada um deles. Homens e mulheres têm seus lugares recortados de forma bastante precisa pela ideologia patriarcal⁷, entendida por nós como dominante, de modo que, ao desviarem de alguma forma desse já-dado, poderão vir a sofrer as consequências desse movimento. Basta pensarmos numa família onde a mulher trabalha fora do lar e o homem permanece no espaço privado, responsabilizando-se pelos cuidados domésticos e familiares, e nos comentários que surgirão diante de tal situação.

⁶ É válido lembrar que essa distinção entre os lugares sociais atribuídos segundo o gênero do sujeito não se restringe ao Brasil, no entanto é sobre este país que aqui tratamos, de modo que nos referiremos, especificamente, às situações nele desenvolvidas.

⁷ Entendemos por ideologia patriarcal um conjunto de práticas que tomam o homem como superior, sendo a mulher submissa a ele. Tais práticas fazem-se presentes na sociedade como um todo, impregnando inclusive o Estado, o que significa afirmar que somos interpelados por ela e, conseqüentemente, auxiliamos em sua reprodução. Entendemo-la, assim, como dominante no seio social.

Desse modo, temos modelos pré-definidos de como devemos nos comportar e lugares próprios para ocupar. No caso das mulheres, somos historicamente destinadas ao ambiente privado, que tem como marcas a sentimentalização e a sensibilização, consideradas socialmente menores. Por outro lado, nega-se toda a possibilidade de desenvolvimento de características diferentes das anteriormente citadas, elas acabam sendo “amputadas”, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder” (SAFFIOTI, 2004, p. 35), visto que o direito ao espaço público é limitado.

É preciso que reflitamos a respeito da educação oferecida à mulher e ao homem, pois não somos frutos simplesmente do biológico, mas também das relações sociais. “As expectativas sociais conduzem ao desenvolvimento de habilidades diferenciadas pelas mulheres e pelos homens” (BIROLI, 2014, p. 35). A mulher, então, desde menina é educada para o cuidado, para a maternidade e o casamento, busca-se nela desenvolver comportamentos dóceis e de fragilidade, colocando-a sempre numa posição de dependência, de inferioridade. Os homens, por sua vez, são educados para pôr em prática comportamentos relacionados à força.

Não por um acaso, as falas dos agentes estatais dos tempos da ditadura de 1964 apresentam a ideia de ensinar a mulher o seu lugar e de “cuidá-la”. As práticas de alguns oficiais, especialmente, carregavam uma distorcida ideia de um pai que está para ajudar aquela menina a encontrar o que seria o caminho “correto”⁸, refletindo o lugar no qual o Estado encontrava-se inscrito. Por fim, ignorava-se a capacidade de aquela mulher assumir o controle das suas próprias questões.

Pensando ainda nessa educação para o cuidado, nos dias de hoje esse discurso segue fazendo-se bastante presente, infelizmente não é algo que ficou lá atrás, nos tempos do regime militar. Esse conjunto de práticas é perceptível mesmo nos dias hoje. Considerando as profissões, por exemplo, damos conta de que algumas são ditas para homens e outras mulheres, mesmo havendo um movimento

⁸ Uma análise mais detalhada do que aqui apresentamos será feita no capítulo 3, onde encontramos nossa análise.

que busca desorganizar essa ordem⁹. O fato de as mulheres exercerem profissões mais relacionadas ao cuidado, como professora ou psicóloga, não se resume a uma simples casualidade.

Jung (1992 *apud* SAFFIOTI, 2004) traz uma consideração interessante sobre esse desequilíbrio social. Segundo ele, somos todos dotados do que se denomina de *animus* e *anima*, em que o primeiro seria o princípio do masculino e o segundo do feminino, socialmente falando. Se ambos os princípios fossem desenvolvidos de forma equilibrada, teríamos uma sociedade mais coerente. Todavia, estimula-se a mulher a desenvolver a *anima*, fazendo com que tenha a tendência a desenvolver comportamentos mais emotivos, o que se dá de forma oposta com relação ao homem, que desenvolve mais seu *animus*, configurando-se o desequilíbrio. Assim, “sendo o núcleo central de *animus* o poder, tem-se, no terreno político, homens aptos ao seu desempenho, e mulheres não-treinadas para exercê-lo” (p. 37). Embora em nossa sociedade ainda encontremos discursos que trabalham no sentido de naturalizar essa divisão, Jung mostra que ela encontra-se inscrita no âmbito do social.

A organização da política brasileira ilustra o que dizíamos. Numa consulta à página da Câmara dos Deputados¹⁰, deparamo-nos com um número de 513 parlamentares em exercício, sendo 459 homens para 54 mulheres, legislando para/sobre nós. Ou seja, encontramos diante de uma contradição se levarmos em consideração o fato de que a maior parte da população brasileira constitui-se por sujeitos do sexo feminino¹¹.

A situação é tão alarmante que se fizeram necessários aparatos legais que garantissem a participação feminina na política. A Lei nº 9504/1997, que trata sobre

⁹ É interessante que pensemos nas mulheres que optam por outras profissões e nos desafios ainda maiores que enfrentam cotidianamente por terem escolhido uma área socialmente dita para homens, como mostra a tese *Mulheres na ciência*, defendida por Fabiane Ferreira da Silva, no Programa de Pós-graduação em Educação em Ciência da Universidade Federal do Rio Grande. Disponível em: <<http://www.ppgeducacaociencias.furg.br/images/stories/2.2012/teses/fabiane.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2018.

¹⁰ Informação disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

¹¹ Segundo dados do PNAD disponíveis na página *online* do IBGE, em 2015, a população brasileira era composta em sua maioria por mulheres, de modo que constituíam cerca de 51,48%, enquanto os homens eram 48,52% do total.

as eleições no Brasil, em seu Artigo 10, parágrafo 3º, estabelecia que “cada partido ou coligação [...] [deveria] reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento pra candidaturas de cada sexo”¹². No entanto, o uso da palavra “reservar” dava margem para seu descumprimento, sob a justificativa de que as vagas eram reservadas e não apareciam mulheres para preencherem. Fez-se necessária, assim, sua reformulação. Em 2009, após muita luta, tivemos o texto modificado pela Lei nº 12034, segundo a qual, “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”¹³. Há que se considerar, contudo, que nossos problemas não acabaram aí, uma vez que os partidos costumam colocar mulheres apenas para completar essa cota, mas, na prática, são sempre os homens os verdadeiros candidatos, como confirmam os números da Câmara dos Deputados.

É interessante dedicar um momento a pensar no fato de que essa realidade é muito pouco questionada. Na verdade, essa situação funciona como se fosse algo natural, já que o lugar do político/público é um espaço de/para homens, as mulheres, no que lhes concerne, não têm capacidade para ali estarem, pois não nasceram para esse tipo de função, segundo a ideologia que nos rege.

Todo esse processo é, então, naturalizado pela ideologia dominante em meio a nossa sociedade, produzindo “um efeito de completude dos sentidos” (DE NARDI, 2007, p. 62). Trabalha-se de modo a parecer que tais práticas são inevitáveis, que pareçam “coisa de homem” ou “coisa de mulher”. Para isso, faz-se uso especialmente de argumentos biologizantes, como a questão da maternidade – tomada como destino certo de toda mulher –, da emotividade, a questão da força física, entre outros. E assim determinados enunciados vão se repetindo, produzindo um efeito de naturalidade, o que leva a legitimação do espaço do privado como algo próprio do feminino¹⁴.

¹² Citação da Lei nº 9504/1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em 28 fev. 2018.

¹³ Citação da Lei nº 12034/2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12034.htm#art3>. Acesso em 28 fev. 2018.

¹⁴ Ao refletir sobre a estrutura e o acontecimento, Pêcheux ([1983] 2015) explica que, a partir da repetibilidade, os enunciados aparentam ter nascido junto ao acontecimento. No entanto, restringe-se a uma ilusão, de modo que o enunciado vai tomando sentido conforme a

Como exemplo dessa tentativa de controle e de recolocar a mulher em seu lugar, podemos citar o discurso da Polícia Militar de Pernambuco e do governador em meio ao aumento dos casos de estupro no estado. A popularmente conhecida *cartilha antiestupro*¹⁵ marca bem a posição daquele que enuncia para o sexo feminino e a respeito dele, o sexo biologicamente “frágil”, pois, de acordo com o que se pode compreender a partir do que se diz no documento, se as mulheres estivessem dentro dos seus lares – uma vez que são frágeis e não têm condição de se cuidarem sozinhas –, o número de estupro não teria crescido¹⁶. Entretanto, como melhor discutiremos adiante, isso não está no dito, em realidade, vai sendo dissimulado na materialidade linguística para que a população, especialmente a mulher, não questione e possa voltar a ocupar o lugar que é tomado como seu.

Em meio à explicação biológica, as questões do dimorfismo sexual e, especialmente, da reprodução constituem-se em pontos-chave para que a ideologia patriarcal defenda a desigualdade entre os gêneros. Com isso, tecem-se uma série de “verdades” que contribuem para essa imagem que paira no imaginário¹⁷ brasileiro a respeito da mulher, entre as quais poderíamos destacar a ideia de que são emotivas, enquanto os homens são racionais. E essas “verdades” acabam por se materializar nos comportamentos/nas práticas dos sujeitos.

Uma dessas verdades segue sendo a de parir. Isso não significa considerar que não houve deslocamentos, que a relação entre a mulher e a maternidade não tenha sido deslocada, mas, sim, observar que ainda é muito forte em nossa sociedade, mesmo que de forma velada, a afirmação do ser mulher vinculado à maternidade. Não por acaso, aquela que abdica de ser mãe, contrariando a ordem natural, segundo a ideologia dominante, tem sua feminilidade colocada em xeque, como se ser mulher levasse, necessariamente, à assunção desse lugar. Outro

posição do enunciador, e assim “verdades” vão sendo construídas por meio do discurso e da sua repetição.

¹⁵ Entre os muitos comentários gerados pela popularmente denominada *cartilha antiestupro*, destacou-se o da cantora e compositora Karina Buhr. Em vídeo, ela ironizou a publicação do estado e afirmou que com tal atitude o governo de Pernambuco acabava por reforçar a cultura do estupro.

¹⁶ A *cartilha antiestupro* será melhor trabalhada no capítulo 3.

¹⁷ O imaginário é tomado aqui como “uma série de discursos anteriores pelos quais se cria para o sujeito a imagem [...]” de algo, ou seja, funcionará como “uma forma de conhecimento que determinará o modo como o sujeito apreende a realidade” (DE NARDI, 2003, p. 79).

exemplo da força dessa ligação entre a mulher e a maternidade é o jogo perverso que se faz em relação às mulheres que são também profissionais: são menos atraentes para o mercado, justamente porque podem vir a ser mães; quando são mães, veem cair sobre si a responsabilidade quase exclusiva de cuidar dos filhos e de sua vida – são elas, em geral, que “devem” ir à escola, que “devem” acompanhar os filhos ao médico, que “devem” saber do que o filho gosta, do que necessita, o que faz...

A questão da reprodução, especificamente, e conseqüentemente a da maternidade, relacionam-se diretamente ao domínio do privado. Essa continuada repetição de que são lugares naturais e inerentes ao ser mulher colabora para sua permanência no lar, uma vez que a educação dos filhos é dita como algo que lhe cabe exclusivamente. Assim, maternidade e domesticidade são tomadas como espaços próprios do feminino. Enunciados que reproduzem determinadas práticas, como “o instinto materno”, “o amor inato da mãe” ou “a mulher é mais organizada”, são constantemente atualizados no que se discursiviza a respeito da mulher. Isto é, enunciados próprios de uma ideologia patriarcal vêm à tona frequentemente, de modo a reforçar o imaginário social sobre as mulheres.

Isso é tão forte que desde muito cedo é ensinado às crianças. Observemos, por exemplo, os brinquedos que damos às meninas e aos meninos. Normalmente, elas ganham bonecas e pratinhos, para que possam ir aprendendo seus papéis de mãe e “mulher”; eles, por outro lado, ganham carrinhos. Ou seja, vivemos numa sociedade em que inclusive os brinquedos são adequados aos gêneros, objetivando ensinar o lugar que deve ser ocupado por cada sujeito.

Todo esse processo, no entanto, é tomado como natural, quando, em realidade, é a ideologia trabalhando para que assim pareça. Uma série de estratégias é desenvolvida como meio de manter as relações de exploração e dominação sobre as mulheres. Mas obviamente isso é dissimulado, oculta-se, nega-se todo esse processo para que a ideologia possa seguir interpelando os indivíduos em sujeitos (DE NARDI, 2007). E poucas mulheres param para refletir/questionar tal situação. Inclusive, muitas vezes, interpeladas, acabamos por reproduzir determinadas práticas que colaboram com a perpetuação dessa ideologia, entendida por nós como o falar do patriarcado, quer dizer, os sujeitos são “levados a exercer o

seu lugar social sob a ilusão de que o fazem por uma escolha livre e independente de qualquer força que não a do seu próprio desejo” (p. 62). É preciso que dessa forma seja para que o sistema mantenha-se de pé e que não haja ameaça ao poder do macho.

Desse modo, tais práticas são contínuas em meio à sociedade, acabando por serem tomadas como reais. E esse processo de repetibilidade serve como forma de sedimentar um sentido singular a respeito do e para o sexo feminino, apagando, por conseguinte, os tantos outros possíveis. Em outras palavras, a pluralidade na qual se constituem as mulheres é deixada de lado, dando lugar a uma única forma de ser, não se levando em consideração o que pensam ou desejam para suas próprias vidas.

A ideologia vai criando, assim, efeitos de evidência e, conseqüentemente, verdades para o que significa ser mulher no Brasil (PÊCHEUX, [1945] 2009a). A partir de então, as condições de produção do discurso são mascaradas, fazendo com que somente o sentido desejado venha à tona. No caso dos dizeres da PMPE, o desejado é que aparentemente esse discurso busca “a segurança da mulher”, apagando ou silenciando o que, em nome disso, acaba por reproduzir, que é a culpabilização dessa mulher pela violência sofrida e o seu enclausuramento no espaço privado.

Diante disso, não há como afirmar que as diferenças entre mulheres e homens têm origem biológica. Pelo contrário. Essas diferenças são basicamente construções sociais, o que se torna bastante claro ao consideramos realidades distintas da nossa, como em tribos indígenas brasileiras, onde as mulheres, segundo Saffioti (1987), logo após o parto, lavam-se num rio e voltam ao trabalho normalmente, enquanto o pai repousa e tem uma alimentação diferenciada. Isto é, “[...] cada sociedade elabora distintos significados para o mesmo fenômeno [...]” (p. 9). Entendemos, assim, que por trás do que é aparentemente natural, existe todo o jogo do ideológico a regular nossas práticas.

É importante considerarmos, contudo, o fato de que a sociedade não se encontra dividida dicotomicamente em homens dominadores e mulheres dominadas, ainda que estas vivam sob a dominação e a exploração daqueles, não significando

afirmar que todos eles estejam plenamente de acordo, embora todos se beneficiem. De acordo com Carmen Silva, educadora do SOS Corpo¹⁸, “nós mulheres somos um grupo social que tem em comum viver sob a dominação e exploração de outro grupo social, os homens”¹⁹, mas a sociedade não se resume a esse desequilíbrio, de modo que o patriarcado não se constitui como único pilar deste sistema sob o qual nos encontramos.

Não entendemos, assim, que seja uma luta entre mulheres e homens, uns contra os outros, que se coloca como questão, mas a imersão desses sujeitos, independentemente de gênero, num sistema que produz exclusões e determina lugares. Gostaríamos de afirmar com isso que as desigualdades fazem-se presentes também entre as próprias mulheres – que muitas vezes contribuem fortemente para a manutenção desse sistema, ainda que interpeladas estejam – ou mesmo apenas entre homens, o que significa dizer que todos juntos constituímos outros grupos sociais, que têm como base as questões de classe, raça, gênero etc (SILVA). Desse modo, essas questões funcionam como princípios que estruturam o sistema capitalista neoliberal sob o qual vivemos, ou seja, essas são as bases da sociedade brasileira.

Diante de tal situação, a questão da mulher acaba sendo ocultada, uma vez que as diferenças entre as classes dominadas e as classes dominantes ganham o foco, inclusive de movimentos que dizem pensar as minorias de modo geral. No entanto, não podemos desconsiderar que a mulher brasileira, independentemente de classe social, de alguma forma precisa lidar com o fato de que, para a sociedade, ela é inferior a ele, pois, segundo Saffioti (1987, p. 16),

o poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens

¹⁸ O SOS Corpo constitui-se num instituto feminista para a democracia, com sede no Recife-PE, que tem como foco a luta pela emancipação da mulher.

Disponível em: <<http://soscorpo.org/quem-somos/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

¹⁹ SILVA, Carmen. **Pensando sobre o pensamento feminista**. Texto disponibilizado no curso *Feminismo com quem tá chegando*, oferecido pela Universidade Livre Feminista, no entanto, não há indicativo do ano de publicação.

subjugados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres detêm poder junto a outras mulheres na relação amorosa.

Para manter esta situação, o capitalismo serve-se “do sistema educacional e de outras instâncias e instituições” (ALTHUSSER, 1994, p. 108). É aí onde reside a colaboração do Estado no que tange à manutenção da ideologia patriarcal, pois se constitui como “uma máquina de repressão que permite às classes dominantes [...] assegurar sua dominação” (*op. cit.*, 1980, p. 31). Isto é, o Estado brasileiro não somente reproduz as práticas patriarcais, como possui os meios para perpetuá-las, através dos seus Aparelhos²⁰.

Assim, diversos espaços sociais funcionam com/para o Estado, perpetuando a formação ideológica ao qual se encontra filiado. Em outras palavras, Althusser (1994, p. 108) explica que “a escola (além de outras instituições de Estado, como a Igreja, ou outros aparelhos, como o Exército) ensina a ‘habilidade’ [o dito “bom” comportamento], mas sob formas que assegurem a *sujeição à ideologia dominante* ou o domínio de sua ‘prática’”. Desse modo, homens e mulheres “devem de um modo ou de outro, estar ‘impregnados’ dessa ideologia [neste caso, consideremos especificamente o patriarcado], a fim de cumprir ‘conscientiosamente’ suas tarefas”, quer dizer, que ocupem os papéis determinados socialmente sem contestação.

2.1 O PATRIARCADO

Refletir sobre a dominação e a exploração da mulher implica tratar a respeito do patriarcado²¹, tomado por nós como um sistema onde os sujeitos são diferenciados segundo seu gênero. Nas palavras de Carmen Silva, podemos defini-lo como um sistema que se constitui a partir da “exploração e dominação dos homens sobre as mulheres em todos os âmbitos da vida, o que inclui como dominado tudo que se assemelha às mulheres, ou que seja tido como feminino [...]”.

²⁰ Discutiremos a questão dos Aparelhos estatais no capítulo seguinte.

²¹ É válido esclarecer que o patriarcado, segundo Saffioti (2004), tem começo em 3100 a.C., mas é consolidado apenas em 600 a.C., o que significa afirmar que, se comparado à história da humanidade, ele ainda é bastante jovem.

Podemos tomá-lo, dessa forma, no rastro de Saffioti (2004), como uma espécie de máquina, que trabalha constantemente, embora seja passível de falha, de modo a sujeitar os indivíduos, especialmente as mulheres. Ou seja, entendemo-lo como um dos pilares, uma ideologia responsável por manter a unidade social, em que os gêneros sexuais têm valores diferentes, segundo os interesses daqueles que detêm o poder.

Sendo assim, o patriarcado trabalha de maneira a produzir o que entendemos sobre o que é ser mulher. É preciso compreender que não existem sentidos já-dados, que estejam simplesmente no mundo para serem descobertos. A ideologia patriarcal vai produzindo determinadas marcas de modo a parecer evidente/óbvio o que é ser mulher neste sistema. A ideologia, então, “através do ‘hábito’ e do ‘uso’ [...] [vai] designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*” (PÊCHEUX, 2009a, p. 146) o feminino e o que a ele se relaciona.

O patriarcado impõe-nos práticas para que possa seguir reproduzindo-se e, por conseguinte, manter firme o sistema como um todo. De tal forma, encontramos modelos pré-definidos a serem seguidos pelas mulheres, modelos que buscam recolocá-la no lugar que lhe foi reservado historicamente, o privado. É preciso considerar o fato de que o privado é tomado como aquele lugar onde as individualidades se manifestarão e que, portanto, não pode sofrer interferência do que vem de fora, excluindo, muitas vezes, as questões relacionadas às manifestações da humanidade e da cidadania, próprias da esfera pública, que deveriam ser comum a todas e todos, conforme Biroli (2014).

A sociedade destinou a mulher ao ambiente doméstico e à família, papel naturalizado pela ideologia patriarcal, o que implica em ter seus direitos diminuídos e, conseqüentemente, sua autonomia, dado que a entidade familiar e o privado “precisam” ser preservados, ainda que necessário seja deixar para segundo plano a integridade de alguns de seus membros. Tal configuração acaba por auxiliar a manutenção da dominação masculina, pois se compreende “que o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte [...] [servindo] para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis nas relações de poder correntes” (*op. cit.*, p, 32), o que vemos refletido em diversos enunciados já-ditos, como: em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher.

Sendo o privado destinado à mulher, essa configuração acaba dificultando seu acesso ao espaço público, pois toda a responsabilidade do lar e da família é jogada, no geral, em seus ombros. Eles, por outro lado, ficam isentos dos deveres domésticos, tendo sua autonomia e liberdade civil favorecidas. Todo esse cenário configura uma situação de subordinação delas em relação a eles – ainda que se diferencie de acordo com a classe social²² –, além de colaborar com o quadro de violência doméstica vivenciado pelas mulheres, já que nesse espaço “não” pode haver intervenção.

A mulher encontra-se, assim, numa posição inferior ao homem no seio social, de modo que nem mesmo é necessária a presença de um deles para que as práticas patriarcais sejam postas em funcionamento, a ideologia dá conta de se reproduzir. Para isso, muitos já-ditos sobre as mulheres “são difundidos e circulam produzindo seus efeitos de evidência; efeito ideológico elementar, que cria obstáculo para os sujeitos [...], impedindo-os de tomar posição pelo questionamento e pela postura crítica [...]” (SILVA SOBRINHO, 2011, p. 23). Exemplo disso é quando uma mulher julga outra pelo que se entende como “comportamento inadequado”, de modo que um homem não se faz necessário para que aquela mulher seja tomada como menor. Ou seja, as próprias mulheres, interpeladas pela ideologia, fazem com que essa máquina funcione.

Desse modo, enunciados, que são “lugares-comuns” entre nós, a exemplo de “mulher pra casar”, “mulher no volante, perigo constante”, “toda mulher sonha em ser mãe”, “está se fazendo de difícil”²³, entre outros, são colocados na ordem da repetibilidade, buscando consolidar o que significa ser mulher em meio a este sistema. Por outro lado, os tantos outros sentidos possíveis para a brasileira são marginalizados para que o sentido dominante possa significar.

Podemos falar numa espécie de padrão patriarcal, imposto a todas as mulheres, ainda que haja equívocos e falhas no processo de interpelação ideológica.

²² Como exemplo das diferenças entre as classes sociais das mulheres, podemos pensar na questão dos cuidados dos filhos. Enquanto as mulheres das classes dominadas responsabilizam-se diretamente pela educação, aquelas da classe dominante não necessariamente, podendo delegar essa função a uma segunda pessoa – provavelmente outra mulher –, cabendo a ela fiscalizá-la (SAFFIOTI, 2004).

²³ Tais enunciados não serão aqui analisados, foram citados, entretanto, como forma de exemplificar o que dizíamos.

Se encontrarmos, entretanto, mulheres que se diferenciam desse já-dado, logo serão tomadas como desviantes, uma vez que fogem das leituras já estabilizadas para elas e seus corpos. Socialmente falando, serão tomadas como incoerentes por não se adequarem aquilo que é tomado como mulher, como é o caso das mulheres militantes. Com isso, vem uma série de designações – em que podemos citar os termos *puta*, *vadia*... – na tentativa de fazê-las mulheres de segunda categoria.

Não há como ignorar o fato de que todo sentido que se produz para a mulher brasileira tem como base o histórico e o ideológico, o que significa afirmar que “a naturalidade e o caráter evidente dos sentidos são produtos de ‘espessos processos de produção de sentido historicamente determinados’ e ideologicamente construídos” (BAGAGLI, 2017, p. 165). A brasileira é, então, tomada a partir de expectativas socialmente pré-estabelecidas a respeito do que se compreende como mulher.

Desse modo, aqueles que compõem a sociedade, no nosso caso pensamos especificamente a brasileira, encontram-se sob esse imaginário social, no qual o sexo feminino é entendido como menor em contraposição ao masculino, o que é tomado como verdade, efeito provocado pelo trabalho do ideológico, e, portanto, constantemente faz-se presente no discurso sobre a mulher.

3. PELOS CAMINHOS DA LÍNGUA(GEM)

*“Dela não se foge. A ela não se cerceia. Ela
resiste. Sem ela não se é sujeito [...]”*
(Laís Medeiros)

3.1 UMA BREVE MEMÓRIA SOBRE OS ESTUDOS DA LÍNGUA

Buscamos, nesta seção, tratar a respeito da língua. Sabemos, entretanto, não ser tarefa fácil, uma vez que nos colocamos diante de um complexo objeto de estudo. Parece-nos relevante, assim, retomar alguns dizeres sobre os caminhos percorridos pela Linguística, especialmente no que toca ao pensamento de Ferdinand de Saussure, ainda que de forma breve, como modo de compreender o percurso tomado pela Análise do Discurso e as categorias de análise com as quais trabalharemos.

Embora saibamos que as reflexões saussurianas não são as primeiras a tratarem sobre as questões da língua, é com Saussure, em *Cours de Linguistique Générale* ([1916] 2006) – obra escrita a partir de suas considerações sobre o objeto da linguística –, que os estudos linguísticos alcançam o estatuto de cientificidade, além de fazer emergir o conceito de valor, “fundamental dentro da teoria saussuriana e que teve muitas vezes seu brilho ofuscado pela discussão entre o arbitrário e a distinção língua/fala” (DE NARDI, 2002, p. 15). Com isso, os estudos de Saussure rompem com os questionamentos que tínhamos até aquele instante no campo das ideias pré-linguísticas.

A linguística nasce, então, num momento em que se buscava a purificação (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004), assim tudo o que tangesse à imprecisão não interessava àqueles que procuravam fazer ciência. Isto é, naquele contexto, entre o estruturalismo saussuriano e a emergência do funcionalismo no contexto europeu, buscava-se um objeto bem recortado, que fosse, de certa forma, “palpável”, não podendo dar margem a falhas ou equívocos.

A história das ideias linguísticas, no entanto, não é feita de forma linear. Os caminhos pela linguística percorridos são plenos de “diásporas reais e reunificações enganosas” (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 37), diretamente relacionadas às questões

conjunturais, que se constituem no espaço para o desenvolvimento dessa ciência. Assim, no decorrer da história, percebe-se uma série de dizeres sobre a língua sendo retomados, reapropriados, reafirmados e negados.

Com os anos 20, configura-se o que Pêcheux ([1982] 1998) considera a primeira diáspora. Em tal momento, a Linguística passa por Praga, Viena e Copenhague, em que se percebe uma “difração epistemológica”, trabalhando-se de diferentes formas as questões linguísticas, como interpretações sociologistas, logicistas ou psicologistas do pensamento saussuriano.

Na década de 1950, por sua vez, deparamo-nos com uma aparente reunificação. Os dizeres saussurianos iam desde o funcionalismo de Martinet às teorias da comunicação, chegando ao estruturalismo distribucional de Bloomfield, a Harris e a Chomsky (*op. cit.*). Aparentemente, as ideias do genebrino ganhavam seus melhores contornos no que se relaciona a sua realização no plano da sintaxe, já que havia um movimento de retomada dos fundamentos por ele formulados nos níveis fonológico e morfológico. Essa dinâmica, entretanto, se dá em meio à retomada do desenvolvimento industrial do pós-guerra e, por conseguinte, ao desenvolvimento de novas tecnologias. Assim sendo, procurava-se compreender a natureza da linguagem na lógica, o que significa afirmar que a linguística dos anos 50 seguiu ligada à “regulação funcional controlada”.

Chegando à década de 1960, mais uma vez, as ideias linguísticas voltam a fragmentar-se. De acordo com Pêcheux (*op. cit.*), podemos falar em dois processos simultâneos: a soberania da Gramática Gerativo-transformacional (GGT) e o advento de uma nova corrente teórica francesa bastante heterogênea, configurada a partir da releitura de Marx, Freud e Saussure, que tinha como objetivo a superação do funcionalismo sociopsicologista.

Entre os muitos acontecimentos que atravessam a história dessa ciência, a linguística passa a olhar para o real da língua, o que significa toda uma reconfiguração na forma de encarar o fenômeno linguístico.

Em meio a esse contexto, existe um choque de ideias no cenário linguístico. De um lado, encontramos aqueles que lidavam com o fenômeno linguístico de modo mais formal, “entendendo ‘princípio’ atrás da palavra lei, ‘disposição’ atrás da palavra

ordem, ‘funcionamento’ atrás da palavra regra e ‘sistema’ atrás da palavra código” (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004, p. 30), quer dizer, o real da língua encontrava-se diretamente relacionado à estrutura linguística, a exemplo de Chomsky. Do outro, estavam aqueles que entendiam a língua como sendo da ordem do social, “traduzindo lei por ‘obrigação’, ordem por ‘mandamento’, regra por ‘regulamento’ e código por ‘jurisdição’” (*op. cit.*), como os estudos da Sociolinguística. Ou seja, para os primeiros, o real tem relação com aquilo que é interior à língua, enquanto para os segundos, com o que é exterior.

Os argumentos da teoria de Chomsky, inscrita numa ordem neurobiológica, assim, não convenceram o grupo francês. Diante da “subversão teórica da Tríplice Aliança estruturalista (Marx - Freud - Saussure), que envolvia a antropologia, a história, a política, a escrita literária e a poesia nos âmbitos da linguística e da psicanálise, [possibilitando espaço para a subjetividade e a liberdade], as minuciosas argumentações da GGT não tinham peso” (PÊCHEUX, [1982] 1998, p. 40). É em meio a essa conjuntura que nasce a Análise do Discurso francesa²⁴, em 1969, bastante influenciada por esse contexto epistemológico.

No período de 1960-1975, há uma reestruturação significativa do campo linguístico, em especial, no contexto francês. Rompe-se com que se tinha até então. O encontro das teorias psicanalítica, marxista e linguística leva a um efeito subversivo, de onde surge a possibilidade de uma “revolução cultural”, em que se contestava a articulação do biológico com o social e desconsiderava-se o simbólico.

O efeito subversivo desse estruturalismo terminou por ultrapassar os limites acadêmicos, afetando de modo geral o conjunto sociopolítico, chegando ao que Pêcheux (*op. cit.*, p. 44) denomina de “trabalho do significante no registro político, visando a uma outra maneira de perceber a política”. No entanto, o movimento estruturalista acaba tomando novos rumos devido à nova conjuntura, vindo à tona então uma “nova filosofia”.

²⁴ Em 1969, é publicada por Michel Pêcheux a *Analyse automatique du discours*, considerada obra fundadora da Análise do Discurso de linha francesa. Nela, Pêcheux (1969) toma como ponto de partida os estudos estruturalistas e a Gramática Gerativo-transformacional, dois movimentos dominantes no cenário dos estudos linguísticos da época. No entanto, como confirma Maldidier (2011), ele mesmo considerava um projeto aberto, que com o decorrer dos estudos linguísticos e sob a influência da conjuntura política, constantes retomadas a essa teoria foram dadas.

O começo dos anos 1980 é marcado pela negação do formalismo, justificado pelo argumento de que a linguística formal é “falaciosa e inútil”, sendo possível falar a respeito de um efeito antisaussuriano e antichomskysmo. Vê-se, assim, uma volta ao biologicismo, ao logicismo e ao psicologismo, entendido por Pêcheux (*op. cit.*) como uma “desconstrução das teorias linguísticas”.

Para Pêcheux, todavia, a língua e o sentido não devem ser restringidos a perspectivas biologicistas ou psicologicistas. Não se pode negar os “universos discursivos logicamente estabilizados”, como o das tecnologias. Contudo, não há como ignorar os “universos discursivos não estabilizados logicamente”, que têm nas línguas naturais e no espaço sócio-histórico seus constituintes. Assim sendo, o equívoco e a ambiguidade, dos quais não é possível escapar, também são integrantes da língua.

O “próprio da língua”, então, tem de ser tomado a partir de uma divisão de caráter discursivo, em que Pêcheux (*op. cit.*) propõe o espaço da manipulação das significações estabilizadas, relacionado ao que é normalizado, e das transformações dos sentidos, que vai além do que é pré-definido. Determinar, porém, suas fronteiras é bastante complexo, especialmente por existir uma zona intermediária dos processos discursivos em que as aparências lógicas não funcionam, levando-nos a pensar sobre os deslizamentos do sentido.

Pêcheux (*op. cit.*) nos faz refletir, desse modo, a respeito de uma linguística que considere o jogo linguístico, de fato, levando em consideração a ambiguidade, a contradição, o equívoco enquanto constitutivos de seu objeto, e não mais como um problema. Pois de nada serve “celebrar ou chorar a volatilização do real da língua, tratar-se-ia de pensá-la como um corpo atravessado por falhas, ou seja, submetido à irrupção interna da falha” (p. 54).

3.2 A LÍNGUA EM PÊCHEUX

Foram muitos os caminhos percorridos até chegarmos ao que entende como língua a Análise do Discurso de orientação pècheuxtiana, como dissemos anteriormente. Muitos foram os questionamentos na forma como tratar o sistema em

si e os tantos outros elementos exteriores a ele, que, decerto, exercem grande influência, no que entendemos como objetivo final, o(s) sentido(s).

A Análise do Discurso, corrente desenvolvida principalmente na França, nasce do interesse em desenvolver investigações sobre as relações de poder que se estabeleciam politicamente no cenário social da época. O filósofo Michel Pêcheux e o linguista Jean Dubois, seus fundadores, são unidos então pela política e pelo Marxismo, e conseqüentemente, pelas “ideias sobre a luta de classes, a história e os movimentos sociais” (DE NARDI, 2002, p. 20). Nessa perspectiva, o discurso ganha espaço privilegiado.

No entanto, como destaca Malidier (1994), Dubois e Pêcheux pretendiam objetivos distintos. O primeiro preocupava-se com a relação existente entre a Linguística e os outros modelos, como o sociológico ou o psicológico. Pêcheux, por sua vez, pensa a AD como uma “ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas” (p. 19).

O que se buscava era romper com o que até então era desenvolvido no âmbito das ciências humanas, uma vez que estas estavam diretamente relacionadas à prática política. Ou seja, a ciência era usada como meio de perpetuar a ideologia dominante e, por conseguinte, manter firme o sistema social, sendo justamente o discurso meio para que esse jogo ideológico fosse executado. Procurava-se, assim, por em relação a língua e o social. Com isso, podemos falar que nasce uma preocupação em tratar a língua em seu processo histórico, em uma perspectiva não-formal, privilegiando as condições de produção²⁵, logo, os efeitos de sentido.

Ao pensar as questões linguísticas, no entanto, Michel Pêcheux bebe, naturalmente, em alguns grandes nomes da Linguística, mas singularmente em Saussure. De tal modo, com base no corte saussuriano e relacionando três campos do conhecimento: a releitura da linguística saussuriana – de onde advém a ideia de

²⁵Pensar as condições de produção no âmbito da AD significa entender que o discurso é constituído pela estrutura linguística, mas que os elementos exteriores também exercem significativa importância ali. Conforme Malidier (2011, p. 45), “as condições de produção presidem a seleção das sequências que formam o espaço fechado do *corpus*. O discurso é um *objeto construído*, distinto do objeto empírico, do encaixamento de frases produzido por um texto ou por um sujeito”. Em síntese, podemos tomá-la como “as ‘circunstâncias’ de um discurso [...] e seu processo de produção” (PÊCHEUX ([1969] 1997, p. 75).

uma língua opaca –, a releitura da psicanálise freudiana por Lacan – em que podemos falar num sujeito não-transparente – e a releitura de Marx por Althusser – onde encontramos uma história turva –, vai além do que até então encontrávamos no domínio dos estudos linguísticos.

Pêcheux ([1975] 2009a) parte, nesse sentido, da dicotomia língua/fala, tão importante para o estruturalismo saussuriano, em que a primeira estaria relacionada ao social, enquanto a segunda, ao individual. Entretanto, a noção de fala é repensada no interior da AD, dado que todo o processo discursivo é atravessado pelas práticas de classe, não sendo possível concebê-la como individual.

A Análise do Discurso busca tratar a língua a partir da relação que estabelece com a história, o que implica falar que nos encontramos diante de uma teoria materialista do sentido, já que nos coloca a pensar o caráter material do sentido, quer dizer, a relação entre a produção do sentido e a inscrição da língua na história. Em outras palavras, a história intervém na forma como os homens organizam-se socialmente falando, e conseqüentemente esse processo influenciará os movimentos da/na língua (ORLANDI, 2007). O processo discursivo, de tal modo, estabelece-se com base na forma como a sociedade é pensada, da ideologia enquanto sua constituinte, levando-nos a compreendê-lo a partir de uma relação ideológica de classe.

Nessa perspectiva, falamos de uma língua que não é una, o que não significa afirmar que existam diferentes línguas. É possível dizer que, na verdade, a forma como a língua será posta em prática está diretamente relacionada à classe social daquele que enuncia, ou seja, ela se organizará segundo os interesses de classe. Pêcheux ([1975] 2009a, p. 81) nos diz que

o sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos.

O que significa afirmar que a estrutura linguística é a mesma, independentemente do enunciador. No entanto, a língua em si e o processo discursivo, no geral, não se restringem a isso e, para que o(s) sentido(s) se configure(m), depende de onde fala esse sujeito.

A língua permite, justamente, nessa aparência de unicidade, essas tantas diferenças que serão dadas a partir do lugar no qual está inscrito o sujeito-enunciador e das condições de produção em que o discurso é produzido. Será a língua um espaço em que se desenvolverão as contradições ideológicas relacionadas aos processos discursivos.

Tal afirmação leva-nos a considerar que a luta de classes não é indiferente à língua. Pensar o processo no qual se dá o discurso envolve impreterivelmente uma relação ideológica. A AD busca entender, desse modo, os efeitos da luta de classes sobre as práticas de linguagem.

É sempre pela língua que se dão os questionamentos daquilo que já está posto. Assim, podemos dar-nos conta de que o sistema não é tão rígido como pressuposto num primeiro momento. Henry ([1977] 1992) defende a ideia de que o sistema linguístico como um todo é possuidor de uma autonomia relativa, pois ainda que existam diferentes possibilidades no que tange à língua, há também leis internas que influenciarão, e que serão a base para o desenrolar dos processos discursivos.

Entendemos, nesse sentido, que a língua é estrutura, sim. Mas não apenas. Para que tal estrutura possa tecer sentido(s), dependerá inevitavelmente dos elementos exteriores que também são constituintes linguísticos e, que juntos, configurarão o processo discursivo, diretamente relacionado às questões de classe. Em palavras do próprio Pêcheux ([1975] 2009a, p. 82), “a língua não é uma superestrutura’ e [...] ela não se divide segundo as estruturas das classes em ‘línguas de classes’, com suas próprias ‘gramáticas de classe’”.

Debruçando-nos sobre essas ideias, é possível pensar a forma como a língua serve ao Estado no momento de reprodução do velho discurso. Vemos constantemente a distinção entre homens e mulheres, em que estas são tratadas sempre de forma objetificada, ainda que, aparentemente, isso não seja dito. Entretanto, é propriamente na/pela língua que o não-dito vai tecendo sentido(s),

clareando o que está verdadeiramente implicado ali. Assim, faz-se necessário que se conjuguem os elementos interiores e exteriores ao sistema.

Gadet e Pêcheux ([1981] 2004) falam-nos ainda da capacidade de reorganização que possui qualquer língua natural devido às suas marcas sintáticas, sendo exatamente aí que reside a dificuldade em estudá-las e o que torna possível sua competência em fazer política. Tal fato é algo inerente às línguas faladas por humanos, pois “os traços significantes, as ‘marcas’ linguísticas não se estruturam segundo a ordem lógico-matemática” (p. 24).

Há que se considerar a forma como se organizam as palavras no discurso. Falamos de uma língua em que nada é por acaso, para tudo existe um motivo. Pensemos na forma como os governos utilizam a língua. Esta sempre foi uma preocupação inclusive para ditadores. Olhando o discurso do governo militar brasileiro, por exemplo, constantemente, percebe-se uma preocupação com os dizeres que chegavam ao povo, de modo a justificar suas ações.

Parece-nos interessante, então, tratar brevemente sobre as diferentes formas de se marcar das línguas, das quais nos falam Gadet e Pêcheux (*op. cit.*). Podemos elencar três delas:

- Língua de ferro/fascista: a partir das “máquinas lógicas”, tecem-se e apagam-se memórias, segundo o interesse de alguns;

- Língua de madeira: por meio dela, nega-se, de forma política, a política. Uma língua de classe, a que poucos têm acesso, sendo esta utilizada pelo Estado e pelo Direito;

- Língua de vento: de forma “suave”, chega-se ao objetivo pretendido. É ela a língua dos comercias, muitas vezes, da política, e quem auxilia a manutenção das demais.

Pensar nessas distintas formas de manifestação linguística é especialmente interessante diante de um *corpus* como o nosso, em que nos depararemos com um discurso estatal que vai se marcando de diferentes maneiras na língua, a depender das condições de produção. Essas marcas podem nos dizer muito, sendo bastante importantes no tecer dos sentidos.

Partindo das ideias apresentadas por Gadet e Pêcheux (*op. cit.*) e olhando para o discurso do Estado, acreditamos que o patriarcado hoje, em determinadas situações, faz uso das línguas de madeira e de vento, ocultando o processo de dominação, uma vez que este, por vezes, não faz uso da “língua de ferro”. Desse modo, muitas mulheres não percebem que estão sob o julgo do sistema patriarcal capitalista neoliberal, que nos dita constantemente o que fazer ou não. Isto é, o discurso do patriarcado manifesta-se, muitas vezes, por meio das línguas de madeira e de vento, e ainda que se utilize delas continua pousando sua mão de ferro sobre os sujeitos.

Pensando nos diferentes modos de manifestar-se na língua, conseqüentemente emerge a questão da tessitura dos sentidos. Concebemo-la diretamente relacionada à articulação entre elementos formais e ideológicos, por conseguinte, à questão do sujeito. Isso, pois, conforme Henry ([1977] 1992, p. 140), o sentido se configurará com base “na relação desse texto, dessas palavras, desse discurso individual com outros textos, outras palavras, outros discursos, relação na qual esse sentido se constitui enquanto efeito ideológico”. Não há como desconsiderar, assim, a relevância da sintaxe para discurso, uma vez que se reconhece a relevância das relações estabelecidas entre as frases e, por conseguinte, da organização dos seus elementos para o sentido discursivo.

“A sintaxe seria então a ferramenta que dá acesso ao acontecimento discursivo, a partir da análise da organização da língua” (LEANDRO FERREIRA, 1999, p. 65). Isto é, a sintaxe configura-se como lugar estratégico para o analista do discurso, uma vez que o acesso à ordem do discurso é dado por meio da organização linguística. É possível, de tal modo, um debruçar-se sobre o real da língua.

Se assim considerarmos, já não faz sentido a tensão existente entre o gramatical e o agramatical, uma vez que à estrutura unem-se a história e o cultural, emergindo a ideia de que tudo não pode ser dito no que se relaciona à língua. Em outras palavras, admite-se a inscrição de um impossível na ordem da língua.

Encontramo-nos diante do real da língua, que, para a Análise do Discurso, é o verdadeiro objeto da Linguística. É o impossível de ser apreendido. É a possibilidade

de falta e falha como constituintes do que entendemos como língua, não sendo isto visto como um problema, todavia como uma possibilidade.

Em *O amor da língua* ([1978] 2012), Milner trabalha essa noção de real da língua, pois é necessário admitir que, inscritos na ordem da linguagem, “não se pode dizer tudo”. Recorre, assim, aos dizeres lacanianos, segundo os quais, “o dizer é da ordem do não-todo”, em que o “não-todo” seria justamente esse real ou a *alíngua*, como pode ser definida. A esse respeito e seu modo de operar na língua, Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 55) explicam que

[...] o real da língua não é costurado nas suas margens como uma língua lógica: ele é cortado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do *Witz* e das séries associativas que o desestratificam sem apagá-lo. O não-idêntico que aí se manifesta pressupõe a *alíngua*, enquanto lugar em que se realiza o retorno do idêntico sob outras formas: a repetição do significante na *alíngua* não coincide com o espaço do repetível e que é próprio à língua, mas ela o fundamenta e, com ele, o equívoco que afeta esse espaço: o que faz com que, em toda língua, um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, dos deslizamentos do lapso e do jogo de palavras, e do bom relacionamento entre os efeitos discursivos.

Há, desse modo, um impossível inscrito na língua, que aparece justamente em oposição ao Um almejado pela linguística. Ao trabalharmos com limites, então, algo se perderá nesse meio, e é da natureza da própria língua que se fuja do todo, possibilitando que algo se esconda esperando o momento para manifestar-se. Vem à tona uma ideia de língua que toma o equívoco como seu constituinte, dado a partir da ordem do simbólico.

O equívoco é, portanto, inerente à língua, é justamente o que une o impossível linguístico e a contradição histórica (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004), não podendo ser desconsiderado, como foi colocado por outras perspectivas dos estudos linguísticos. Ele é, na verdade, parte fundamental desse todo constituinte da língua. Sem o equívoco, não há língua.

Logo, é preciso compreender que o real e a realidade diferenciam-se, sendo o primeiro da ordem da língua e a segunda da ordem social (LEANDRO FERREIRA, 1994), de modo que o dito sobre determinado objeto não o alcança, já que entre eles está o real, fazendo-nos levar em consideração o fato de que há um impossível de

ser dito e das diferentes formas em que algo pode ser dito, pois, segundo Pêcheux ([1983] 2015, p. 53), “todo enunciado é [...] suscetível de tornar-se outro [...]”. “Essa realidade logicamente estabilizada é fruto de nossa necessidade de assim compreendê-la, aceitar essa determinação é provocar (entre outras consequências) a negação do fato de que seja a história uma ciência de interpretação” (DE NARDI, 2002, p. 47).

No âmbito da AD, somos colocados, definitivamente, diante de uma língua que é plural, uma língua que nos permite olhar além, buscando compreender o processo discursivo, onde estão imbricados o estrutural e o ideológico. Sendo ali lugar propício para observar o fenômeno linguístico.

Pêcheux ([1983] 2015) fala-nos, então, da relação entre o acontecimento e a estrutura que se dá na língua, sendo justamente o que permite o movimento linguístico. Todas essas questões podem apenas ser percebidas se considerarmos o discurso como ponto central, nele está a possibilidade de observação, pois é nele que tais questões são materializadas.

Assim concebendo as questões referentes à língua(gem), há a “possibilidade de que encontremos no dito o não-dito, aquilo que escapou ao dizer, mas que segue produzindo efeitos de sentido, resultando, ainda, na consideração de que todo fato é, sempre, produto de uma interpretação” (DE NARDI, 2002, p. 47-48).

Vai configurando-se uma língua que não se confunde com o sistema estrutural, como se dava nos estudos formais. A língua, na AD, é tomada “como a base sobre a qual se desenvolvem os processos discursivo-ideológicos” (MALDIDIER, 2011, p. 49). É a linguagem, então, lugar de confronto ideológico, não podendo ser compreendida fora do social.

Pêcheux, preocupado em unir a língua ao social, possibilita que possamos ouvir a voz da ideologia no tecer do(s) sentido(s), como no caso do nosso corpus, em que é possível ouvir o patriarcado falar, manifestando-se a partir das falhas. Observando-o, damos-nos conta de quão forte é a presença desses saberes no Estado brasileiro, isso desde a época da ditadura militar, em que, claramente, como confirma o relatório da Comissão Nacional da Verdade, as mulheres recebiam um tratamento diferenciado do destinado aos homens, até os fatos dados nos dias

atuais, em que, de forma mais velada, vê-se, no discurso estatal, a materialização do patriarcado.

Não há como conceber uma língua que desconsidere a ambiguidade, sem equívocos, que seja transparente. Pelo contrário. Na Análise do Discurso pècheuxtiana, a língua é compreendida a partir da sua opacidade, dos ruídos que podem ser ouvidos, sendo capaz de subversão. Uma língua que possui história e memória.

Nesse sentido, encontramos nessa teoria discursiva uma forma de ler o discurso do/sobre Estado brasileiro referente às mulheres. A AD, então, proporcionamos, a partir dos seus dizeres, a possibilidade de reconhecer o que, muitas vezes, está nas entrelinhas, escondido na opacidade constitutiva da língua, possibilitando-nos ir além do que é simplesmente aparente no discurso estatal.

3.3 LÍNGUA, IDEOLOGIA E MEMÓRIA

Quando nos colocamos a refletir acerca da ideologia, sabemos que estamos diante de uma noção bastante ampla, que, nas palavras de Žižek (1996, p. 9), pode

designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante.

Assim, inclusive onde não esperamos, a ideologia aparece produzindo seus efeitos. Pensemos, por exemplo, sobre o que se designa, no “senso-comum”, como ideologia de gênero, ou no projeto escola sem partido e nos dizeres a respeito do que é “a ideologia”, em que o termo aparece com o peso de algo negativo, inadequado, fala-se como se o trabalho com a palavra designasse o erro, o engodo, a doutrinação. O que não se leva em consideração, nessas formas de dizê-la, é o fato de que, ao falarem, também o fazem a partir de uma perspectiva ideológica.

Žižek (*op. cit.*) apresenta-nos, então, com base na tríade hegeliana, diferentes formas de pensar a ideologia, que seriam:

- ideologia “em-si”: esta estaria relacionada a um conjunto de ideias, sendo a ideologia tomada como doutrina, em que se busca pregar determinada “veracidade”, quando, em realidade, oculta um interesse particular, ou seja, seria uma espécie de “texto em que, sob a influência de interesses sociais inconfessos [...], uma lacuna separa seu sentido público ‘oficial’ e sua verdadeira intenção” (p. 16);

- ideologia “para-si”: há um deslocamento da ideologia “em-si”, passando a constituir-se materialmente no seio das “práticas, rituais e instituições ideológicas” (p. 18), relacionando-se aos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) de Althusser ([1971] 1980);

- ideologia “em-si-e-para-si”: todo o efeito do “para si” acaba refletindo “em-si”, de modo que se desintegra, autolimita-se e autodispersa-se.

O estudioso, como destaca Godoy (2016), entende que a forma como a ideologia é tratada na AD estaria na ordem da ideologia “em-si”, entretanto vai um pouco além, uma vez que trabalha “[...] nesses três campos de possibilidades, procurando observar a ideologia manifesta e a ideologia encoberta, o ritual e a crença com base na doutrina [...]”, na busca do “traço ideológico para que possa se dar a compreensão do discurso” (p. 44).

Não há como pensar o discurso sem relacioná-lo à ideologia. Para tanto, Pêcheux ([1975] 2009a) parte da releitura althusseriana de Marx, que a compreende como responsável pelas formações sociais, relacionando-a aos modos de produção dentro de tais formações e, portanto, às lutas de classe (ALTHUSSER, [1971] 1980). Entende-se a ideologia, assim, como sendo representações imaginárias dos indivíduos com as relações de produção e com o que delas descende (*op. cit.*), de modo que é responsável pela interpelação desses indivíduos em sujeitos.

Pensar a ideologia a partir da Análise do Discurso é concebê-la como algo do qual não se pode escapar. Pêcheux ([1975] 2009a) compreende-a como eterna, de modo que somos permanentemente perpassados por ela, levando-nos a afirmar que estamos constantemente inscritos no jogo do ideológico. Não é possível escapar à interpelação. Há, então, uma superestrutura jurídico-político-ideológica a qual estamos subordinados.

Essa superestrutura está diretamente relacionada aos aparelhos de Estado, e tem domínio sobre os sujeitos sociais. Sendo os sujeitos interpelados, inevitavelmente auxiliam o processo de reprodução-transformação das relações de produção, funcionando como o motor dessa superestrutura. E é dessa forma que diversas práticas ideológicas se reproduzem na sociedade.

De tal modo, os sujeitos são levados a ocupar certas posições dentro da sociedade, uma vez estarem interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente, ou seja, o processo de interpelação se dá a partir do trabalho das representações imaginárias que os indivíduos estabelecem com as relações empíricas. Constituem-se, assim, os grupos/as classes sociais, que, por seu turno, reproduzem determinadas práticas, o que se garante devido à presença dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Pensemos no caso da ideologia patriarcal, que está constantemente a se reproduzir ainda nos dias de hoje. Tal fato se dá devido à forma como funciona a ideologia em meio à sociedade, que tem, nos Aparelhos Ideológicos de Estado, um dos espaços privilegiados de sua manifestação. Consideremos, especialmente, o discurso patriarcal-machista que muitas mulheres seguem reproduzindo sem que realmente reflitam sobre seus dizeres.

Althusser ([1971] 1980) fala-nos sobre os Aparelhos de Estado, que têm como função garantir a reprodução de determinados padrões, assim como a transformação. Por meio de mecanismos distintos, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e os Aparelhos Repressores de Estados (ARE) atuam socialmente. Os AIE – entre os quais poderíamos citar a escola, as igrejas, entre outros – trabalham preponderantemente pela ideologia, enquanto os ARE – como a Polícia Militar, o Exército –, pela repressão, o que não significa afirmar que não façam uso de ambas as formas.

Tratando, especificamente, dos AIE, podemos falar que são constituídos na/pela heterogeneidade, servindo de palco às disputas ideológicas. Contudo, nos Aparelhos Ideológicos de Estado, a classe dominante exerce sua soberania de diferentes formas, trabalhando de modo que determinadas práticas sejam

reproduzidas, uma vez que o poder do Estado encontra-se em suas mãos²⁶. É preciso considerar ainda que essa dominação dos AIE não se dá de maneira simples, pois “a resistência das classes exploradas pode encontrar meios e ocasiões de se exprimir neles, quer utilizando as contradições existentes (nos AIE), quer conquistando pela luta (nos AIE) posições de combate” (*op. cit.*, p. 50), tornando possível a transformação. Ou seja, os AIE são o alvo e o local da luta de classes.

Considerando a época em que os militares estavam no poder, a partir do que afirmam as vítimas do regime no relatório da CNV, vemos claramente o uso dos ARE. Em tal situação, agiam sobre as(os) militantes especialmente pela violência, pela repressão, mas havia ali também a tentativa de dominação ideológica, o que nos mostra justamente essa heterogeneidade dos Aparelhos de Estado da qual nos falava Althusser (*op. cit.*). É interessante pensar, no entanto, que a forma como o Estado atuava criava a falsa ilusão de segurança sobre a população, ilusão que ainda hoje perdura nos discursos sobre a ditadura, daqueles que defendem a intervenção militar, configurando-se como trabalho da ideologia a partir dos AIE.

O trabalho do ideológico produz a ilusória impressão de que esses indivíduos, enquanto sujeitos do discurso, são donos dos seus dizeres e, por consequência, o sentido pareça singular e linear, o que acaba por fornecer a evidência do que é (re)conhecido por “todos”. Constitui-se o denominado efeito de evidência produzido pela ideologia, subjugando sujeitos e sentidos.

A partir de seus mecanismos imaginários, a ideologia vai impondo-nos tais evidências. Não é por um acaso que determinados saberes parecem-nos óbvios, é impossível não reconhecê-los, pois

é a ideologia que fornece as evidências daquilo que ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÉCHEUX, [1975] 2009a, p. 146).

²⁶ É preciso ter em mente, entretanto, que outra classe também pode assumir o poder, mas não consegue, necessariamente, dominar e reorganizar o Aparelho, e, portanto, não consegue produzir as mudanças que seriam relevantes para uma transformação efetiva das relações.

É o que Althusser (*op. cit.*) denomina de reconhecimento ideológico, sendo esta uma de suas funções. Assim, devido a esse jogo, os sentidos parecem transparentes, simulando um possível apagamento da contradição. Isto é, a ideologia leva ao apagamento dos processos histórico e discursivo, “produzindo uma rede de *verdades ‘subjetivas’ evidentes*, com o ‘subjetivas’ significando, aqui, não ‘que afetam o sujeito’, mas ‘em que o sujeito se constitui’” (PÊCHEUX, 1996, p. 148).

Podemos afirmar que à ideologia cabe criar os efeitos de sentidos, criar determinadas verdades, dando a falsa ilusão de completude dos sentidos, o que acaba levando à naturalização de alguns, enquanto outros são deixados de lado. A exemplo, podemos citar o modelo que a sociedade impõe à mulher, sendo a ideologia responsável por fazer com que pareça natural, quando, na verdade, é o trabalho da ideologia. Então, sentidos são deslegitimados ou não segundo o lugar em que está inscrito aquele que discursiviza, uma vez que há o encobrimento das condições de produção discursiva, logo determinados dizeres não estão presentes ali. Ou seja,

por meio desse funcionamento, mascaram-se as condições de produção que estão na base dos processos discursivos e culturais e faz-se com que enquanto alguns sentidos são legitimados, outros sejam sufocados, permanecendo, no entanto, latentes, abrindo espaços de imersão entre os furos dessa estrutura que os apaga (DE NARDI, 2007, p. 63).

É importante lembrar também a questão do inconsciente, pensado por Pêcheux de modo articulado à ideologia, pois não há sujeito que deixe de ser interpelado pela ideologia e afetado pelo inconsciente, uma vez que juntos são responsáveis pelo lugar no qual o sujeito inscreve-se discursivamente falando e pelo sentido que por ele é tecido. Contudo, de forma alguma podem ser compreendidos como iguais, apesar de funcionarem de modo semelhante.

Isto posto, estamos todos em meio ao movimento do ideológico, sendo o que nos faz sujeitos. Em outras palavras, somos interpelados ideologicamente como sujeitos, o que não permite compreender a ideologia como um simples conjunto de ideias, entretanto como prática e determinante do jogo de sentido.

Pêcheux ([1975] 2009a), no desenvolvimento do seu pensamento, debruça-se sobre os apontamentos de Althusser ([1971] 1980) a respeito da teoria de Marx. O processo discursivo é inscrito, assim, numa relação ideológica de classe, sendo possível sua materialização apenas na língua, visto ser atravessada pela história, levando-o a compreender que a luta de classes não é indiferente à língua, ainda que esta seja em relação aquela.

No seio da AD, então, a ideologia encontra-se em relação direta com as questões de classe. Diante disso, Pêcheux ([1975] 2009a) fala-nos a respeito de ideologias, o que implica falarmos em ideologias dominantes e ideologias dominadas, em que poderíamos citar o caso das ideologias patriarcal e feminista respectivamente.

Tais ideologias, sejam estas dominantes ou dominadas, têm origem no mesmo espaço. Considerando as mencionadas anteriormente, entendemos que o nascer da ideologia feminista se dá no meio em que encontramos também a patriarcal – sendo esta a ideologia dominante –, “na forma dessas múltiplas falhas e resistências, cujo estudo discursivo concreto supõe abranger o efeito do real histórico que, no interdiscurso, funciona como causalidade e, ao mesmo tempo, o efeito do real sintático, que condiciona a estrutura internamente contraditória da sequência intradiscursiva” (PÊCHEUX, 2009b, p. 26).

Todavia ideologia nenhuma se torna dominante aleatoriamente. Podemos falar, então, a respeito dos Aparelhos Ideológicos de Estado novamente, dado que são o palco para as lutas de classe, não estando simplesmente como representação da ideologia dominante, sendo, em realidade, “o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, [1975] 2009a, p. 131), o que nos permite dizer que os AIE estão diretamente relacionados tanto à produção como à transformação das relações de produção.

Dentro dos Aparelhos Ideológicos de Estado, desse modo, é possível perceber o conflito entre diferentes posições político-ideológicas, que estabelecerão diferentes relações entre si, sendo justamente o que se denomina formação ideológica (FI). Fala-se, assim, a respeito de

formação ideológica para caracterizar um elemento susceptível de intervir, como uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social num momento dado: cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relações às outras. (HAROCHE et al., 1971, p. 102 *apud* COURTINE, 2009, p. 71-72).

E é exatamente no discurso que a materialidade ideológica encontra espaço. Isto é, discurso e ideologia estão em relação, de modo que as formações ideológicas são constituídas por uma(s) formação(ões) discursiva(s) (FD), levando-nos a afirmar que, em conjunto, FD e FI são as responsáveis pelo fluir do jogo do ideológico.

Tratando especificamente sobre a formação discursiva, termo emprestado de Foucault ([1969] 2008), entretanto concebido de forma distinta na AD, aparece pela primeira vez em *La sémantique et la Coupure saussurienne: langue, langages, discours*, artigo escrito por Haroche, Henry e Pêcheux, no ano de 1971. Em meio ao contexto da Análise do Discurso, a FD é entendida como “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)” (PÊCHEUX, [1975] 2009a, p. 147).

Olhando nosso *corpus*, entendemos que há a presença de duas formações discursivas a regular os dizeres relacionados à mulher, denominadas por nós como formação discursiva patriarcal e formação discursiva feminista. Grosso modo, na primeira, percebemos saberes próprios do patriarcado, onde encontramos enunciados que tratam o feminino como menor. No caso da FD feminista, circulam saberes em que se busca a equidade entre mulheres e homens. Elas vão regulando, assim, as falas das mulheres e dos representantes estatais, como melhor perceberemos na análise.

Sendo as formações discursivas responsáveis pela configuração do sentido, compreendemos que as estruturas linguísticas não possuem sentido próprio, uma vez que “as palavras, proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (*op. cit.*, p. 146-147). Então, não é possível que determinada estrutura possua um sentido “próprio”. Pelo contrário.

Essa mesma materialidade poderá significar de diferentes formas a partir do lugar daquele que enuncia, a partir da FD a que se filie, não havendo como falar na existência de uma relação de transparência com a literalidade, assim como diferentes palavras podem ter sentidos semelhantes dentro de uma única FD. O sentido dessas estruturas, em realidade, encontra-se diretamente relacionado à formação discursiva na qual estão inscritas, ou seja, às FDs cabem autorizar ou não a tessitura de determinados sentidos.

Podemos tomar a palavra *vadia* como exemplo. Num primeiro momento, encontra-se carregada de um sentido negativo, buscando designar a mulher com comportamentos que a sociedade patriarcal não concorda, entendemo-la, assim, inscrita numa formação discursiva patriarcal. No entanto, essa mesma estrutura passou a fazer-se presente também numa FD em que encontramos saberes próprios do Feminismo. Na formação discursiva denominada por nós como feminista, ela aparece ressignificada, a exemplo do projeto denominado *Marcha das Vadias*, passando a ser considerada palavra relevante no que tange à luta por transformação da vida das mulheres.

Essa migração da palavra *vadia* traz-nos à tona a questão da porosidade das fronteiras das formações discursivas, que se encontram em constante contato com outras FDs, e inclusive dentro delas existe uma multiplicidade de posições, fazendo com que estejam permanentemente a se configurar e reconfigurar. Então, as formações discursivas precisam ser pensadas a partir da heterogeneidade, da contradição que as constituem.

Para que a FD possa configurar-se, uma série de já-ditos são disponibilizados pelo interdiscurso, de modo que pode ser tomada como “regionalizações do interdiscurso, configurações específicas em suas relações” (ORLANDI, 1999, p. 43-44). No entanto, isso é dissimulado pela formação discursiva, constituindo a transparência do sentido em seu interior.

Pensemos no caso da reprodução da ideologia do patriarcado. Os enunciados que são produzidos, irremediavelmente, apresentam fissuras, pois o sujeito produz seu discurso a partir do lugar no qual está inscrito – no geral, uma sociedade preponderantemente ligada aos valores de tal ideologia –, no que ele faz estando

afetado pela ideologia e pelo inconsciente. Assim, ainda que tentemos desse discurso escapar, ou supostamente escapar, somos por ele atravessados.

Quando determinado sujeito afirma que “as mulheres devem evitar andar ou ficar dentro de veículos nos locais de risco”, como enunciou a Polícia Militar de Pernambuco (PMPE), no pano de fundo desse dito está significando a ideia de que às mulheres está reservado o espaço privado, de que deveriam restringir-se a esse espaço e que, portanto, a culpa pelo aumento de casos de estupro no estado tem relação com o descumprimento dessa “norma” por parte delas. Assim, evidencia-se um sujeito inscrito num lugar em que a ideologia patriarcal fala fortemente, e tais enunciados podem significar porque há uma FD permitindo que eles façam sentido, e que esse sentido apareça como evidência.

O sujeito, por seu turno, vai (re)significando seus dizeres conforme a formação discursiva a que se encontra filiado. Porém, todo esse processo não é feito racionalmente, uma vez que há o trabalho da ideologia e do inconsciente sobre o sujeito-enunciador.

A formação discursiva assim compreendida faz com que afirmemos que essa liberdade que o sujeito acredita possuir com relação à construção do sentido não passa de uma ilusão, pois a criatividade dele ao enunciar é limitada, há que se considerar a influência de um pré-construído e do sistema linguístico em si.

O sujeito, conforme é concebido pela Análise do Discurso, está submetido à história e à linguagem, sendo esta relação mediada pelo imaginário, e apenas dessa forma esse sujeito consegue constituir-se e produzir sentidos.

Diante disso, aquele que enuncia é social (ALTHUSSER, [1971] 1980), configurando-se como agente de uma prática social. Para tanto, é preciso que se revista de uma forma de sujeito, marcando-se social e historicamente. Nesse caso, a forma-sujeito é o sujeito universal de uma formação discursiva, ou ainda, “uma FD comporta uma forma-sujeito historicamente determinada que regula e organiza o dizer das diferentes posições-sujeito que nela convivem” (CAZARIN, 2005, p. 2). O enunciador, portanto, assumirá uma posição de sujeito que dialogará com a forma-sujeito de uma formação discursiva.

Nos discursos referentes à mulher, quando um sujeito-enunciador fala desde um lugar em que se encontram ideias machistas-patriarcais, existe uma série de já-ditos que se farão presentes em seu discurso, podendo trazer dizeres de diferentes formações discursivas, que significarão de “n” maneiras. Isso nos clareia a ideia de termos posições-sujeito diversas.

Além do mais, a partir do dito anteriormente, é possível perceber que as FDs são heterogêneas, bastante flexíveis, compõem-se na contradição, estão em constante contato com outras formações discursivas, estando, permanentemente, a se (re)configurar. O que nos mostra que o sentido não se resume ao puramente linguístico, estando submetido às relações existentes dentro de determinada formação discursiva.

Pêcheux ([1975] 2009a), ciente que esse sujeito é dividido no que tange a si próprio, fala das suas diferentes tomadas de posição, que se relacionam aos saberes da FD na qual está inscrito. De tal modo, estão associadas às relações existentes entre “o sujeito da enunciação” e o “sujeito universal”. Apresenta-se, então, em três modalidades.

A primeira delas é designada por ele como *superposição* entre o sujeito universal e o da enunciação, onde há plena identificação entre esses sujeitos, caracterizando o “bom sujeito”.

Na segunda modalidade, existe a caracterização do “mau sujeito”, devido à contraidentificação do sujeito da enunciação com o sujeito universal. Assim,

Desta superposição incompleta e, por conseguinte, imperfeita resulta um certo recuo que permite a instauração da diferença e da dúvida que são responsáveis pela constituição da contradição no âmbito dos saberes da Formação Discursiva (INDURSKY, 2005, p. 6).

A partir daí, é proposta uma terceira. Nessa, se dá um movimento de desidentificação entre os dois sujeitos. “Esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas de ‘tipo novo’*” (PÊCHEUX, [1975] 2009a, p. 202); ou também, há a possibilidade de o sujeito identificar-se a uma nova FD e, de modo consequente, a sua forma-sujeito. É importante ressaltar que a

ideologia segue atuando em meio a esse processo, no entanto ela funciona “*sobre e contra si mesma*, através do ‘desarranjo-rearranjo’ do complexo das formações ideológicas” (op. cit.).

Considerando os dizeres do nosso *corpus*, eles são enunciados por diferentes sujeitos empíricos. Se esses sujeitos inscrevem-se em diferentes FDs, ou em diferentes posições dentro de uma mesma formação discursiva, podemos pensar em diferentes tomadas de posição. Mas pode acontecer de todos enunciarem a partir de uma mesma posição sujeito. De modo que os sentidos serão variados de acordo com aquele que fala, com as formações ideológicas nas quais se inscrevem.

O sentido então não é livre, existe todo um trabalho do ideológico para que ele possa ser tecido. Não é possível falar em uma produção de sentido que seja estática e inquestionável, “o que faz destacar sua relação com a formação discursiva na base da qual o sentido se manifesta sem que ela constitua para ele, propriamente falando, um fundamento, é o rebuliço do sentido, sua instabilidade constituinte” (MACHEREY, 2014, p. 26-27).

O sentido está na ordem do repetível, assim os saberes discursivizados são anteriores ao intradiscurso²⁷ e ao próprio sujeito-enunciador. Concebendo dessa forma, podemos afirmar que todo o processo de discursivização se dá a partir do efeito de esquecimento sob o qual se encontra esse enunciador, que crê ser “dono” do que enuncia. Emerge, então, a noção de memória a partir da forma como é pensada pela Análise do Discurso.

A memória aqui, de tal modo, não é pensada de forma psicologizante, mas falamos de uma memória social construída historicamente, uma vez que toda lembrança origina-se num processo coletivo e faz parte de um contexto social específico (HALBWACHS, [1950] 2013). Podemos falar, assim, que pensar a noção de memória em meio ao contexto discursivo “diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, [1981] 2009, p. 106).

²⁷ Entendemos por intradiscurso aquilo que se encontra no eixo da formulação, em outras palavras, “aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (ORLANDI, 1999, p. 33).

A memória discursiva é estudada com mais veemência a partir do olhar de Courtine, ainda que a ideia já se fizesse presente em pensamentos anteriores. Desse modo, apenas nos anos 1980 é que o termo passa a integrar, de fato, os estudos da AD. Para isso, buscam-se os conhecimentos foucaultianos, fazendo referência à *Arqueologia do saber* (1969).

Foucault ([1969] 2008) entende a memória como sendo uma série de enunciados pertencente à determinada formação discursiva que será atualizada no intradiscurso, pois “os discursos [...] para além de sua formulação, são *ditos*, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, [1970] 1999, p. 22). Assim, a memória tem relação tanto com o enunciado como com a rede de formulação.

É nessa perspectiva que Courtine ([1981] 2009) pensa a noção de memória dentro da AD, entendendo que “toda formulação apresenta em seu ‘domínio associado’ outras formulações que ela repete, refuta, transforma, denega..., isto é: em relação às quais ela produz efeitos de memória específicos” (p. 104). Em outras palavras, todo discurso constitui-se a partir da relação que se dá entre uma anterioridade e uma atualidade, de modo que juntas trabalharão a dissimular o(s) já-dito(s) que nesses dizeres manifesta(m)-se.

Inevitavelmente todo discurso traz à tona uma série de já-ditos no momento da enunciação, significando que, no instante da discursivização, determinada memória faz-se presente, atualizando-se então. Considera-se, assim, que “o entrelaçamento de vários discursos é [...] condição do dizer, que sempre traz consigo uma palavra vinda de outro lugar” (DE NARDI, 2003, p. 77), levando-nos a afirmar que as palavras estão carregadas de sentidos, de memórias, de história que inevitavelmente emergirão no discurso enunciado.

No discurso do Estado a respeito da questão da mulher, vemos continuamente o ressoar de enunciados anteriores, em que estes se encontram embebidos da ideologia patriarcal. Entendemos, assim, que há uma memória referente ao que é ser mulher, vinculada a uma FD patriarcal, sendo constantemente atualizada, seja no dizer do governador de Pernambuco ou nos outros dizeres do nosso *corpus*. Precisamos considerar, entretanto, que tais atualizações “não são nunca simples voltas a um estado anterior, de forma que a memória supostamente

original é impossível de ser resgatada sem falhas ou pressuposições” (GODOY, 2016, p. 61).

Os enunciados já-ditos, no entanto, não emergem aleatoriamente. Toda lembrança tem sua origem em meio ao processo coletivo, em que as lembranças individuais ajudam a compor a história social. Encontramo-nos diante do que Halbwachs ([1950] 2013) denominou de memória coletiva. Quer dizer, as lembranças que vêm à tona na fala de determinado sujeito são sempre construídas em grupo, coletivamente, e então vão reestruturando-se a cada novo dizer.

Tais enunciados “existem [necessariamente] *no tempo longo de uma memória*, ao passo que as ‘formulações’ são tomadas no *tempo da atualidade de uma enunciação*” (COURTINE, [1981] 2009, p. 106). É possível dar-se conta do jogo que há entre o interdiscurso e o intradiscurso, em que ditos e já-ditos estão em relação, ou ainda, “uma formulação-origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’”, sendo aí onde reside o efeito de memória.

Assim, o pré-construído “à mulher está reservado o privado”, enunciado este que povoa o imaginário do brasileiro, constitui uma memória que é recortada da FD patriarcal, inscrita no interdiscurso e ressoa no falar do Estado brasileiro, como demonstram os dizeres de seus representantes. No entanto, há a tentativa de apagamento desse pré-construído, a exemplo dos dizeres da PMPE, buscando-se criar a ilusão de que o dito funciona independente de dizeres outros, porém essa memória estará sempre ali significando no discurso, uma vez que deixam falhas, inerentes ao processo discursivo (DE NARDI, 2003). Percebemos, então, quão relevante é a memória em meio ao processo discursivo, possibilitando vermos passado e presentes juntos significando.

De tal modo, seguindo o pensamento de Courtine ([1981] 2009), memória e formação discursiva estão relacionadas, o que significa afirmar que juntas coordenam o que pode vir à tona ou não, ou seja, o que pode ser lembrado e o que deve ser esquecido. Cabe à FD então, dentro da heterogeneidade de sentidos da qual é constituída, ir regulando a(s) memória(s) que emergirão em determinado dizer, não podendo desconsiderar o trabalho do ideológico em meio a esse processo.

Há que se considerar também a importância do interdiscurso no que tange ao trabalho da memória. De acordo com Courtine (1999), há um lugar anterior em que a memória permanece armazenada até que seja dita. Constitui-se, então, o domínio de memória, sendo um “conjunto de sequências discursivas que pré-existem à sdr [sequência discursiva de referência]” (COURTINE, [1981] 2009, p. 111), possibilitando a apreensão dos “[...] funcionamentos discursivos de encaixe de pré-construído e de articulação de enunciados” (p. 112).

Faz-se necessário, de tal forma, não confundir interdiscurso com memória. Segundo Indursky (2011), a memória discursiva não pode ser considerada plena, sendo, em realidade, insaturada. O interdiscurso, por sua vez, denominado por Pêcheux ([1975] 2009a) como o complexo com dominante, ou seja, onde encontramos todas as formações discursivas, seria justamente o contrário, sendo um espaço já saturado. Enquanto a memória está na ordem dos sentidos possíveis já-lá; o interdiscurso seria esse todo no qual estão “os pré-construídos, o discurso transversal, e todos os sentidos: ‘já-ditos, não-ditos e por dizer’” (MEDEIROS, 2016, p. 38).

A memória é, por conseguinte, faltosa, pois quando determinado enunciado é dito, outro é silenciado, de modo que não é possível considerá-la

[...] como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos, de regularização [...] (PÉCHEUX, [1983] 1999, p. 56).

E isso fica muito presente quando pensamos no período iniciado no Brasil em 1964. Calaram-se uma série de dizeres, permitindo que outros viessem à superfície da enunciação. As mulheres militantes da época da ditadura militar ouviram desde sempre as vozes daquele sistema, enquanto suas vozes, de/em luta, nele eram silenciadas. Assim, a memória que se buscava tecer a respeito da mulher pelo regime acabou por ocultar sentidos outros, fazendo com que apenas os sentidos “desejáveis” aparecessem. Mas conforme essa mesma memória vai sendo atualizada, deslocamentos também vão se dando.

Quando trabalha com a memória, Ricoeur ([2000] 2007) nos mostra que, ao trazer à tona determinada memória, estabelece-se como verdadeiro aquilo que a partir dela se diz, ou seja, faz-se dessa memória uma “medida da realidade”. Como efeito desse movimento, o que temos é que as outras possibilidades de recordação acabam sendo tomadas como irreais. É como se determinada realidade fosse da forma como é lembrada no momento da enunciação.

Se considerarmos nosso *corpus* e a relação entre realidade e memória, podemos pensar que a palavra daquele que enuncia a partir de um lugar de poder, no caso, o Estado, configura-se como verdade. Dessa forma, a voz estatal acaba por produzir uma espécie de “filtro da memória”, sendo seus dizeres disseminados como a realidade e, por fim, povoam o imaginário do brasileiro, como no caso da forma como a mulher militante era(é) concebida. A partir do compartilhamento de certos dizeres, é possível falar que se dá a manipulação de determinada memória para que apenas os sentidos desejados possam ser tecidos, sendo essa uma das formas de constituir o “senso comum”. A memória que tínhamos (ou temos) sobre as mulheres e a ditadura, então, é construída a partir do discurso oficial, sendo o discurso delas silenciado, vindo à tona apenas com a Comissão Nacional da Verdade, quando o Estado permite. Foi preciso, no entanto, que seus testemunhos dissessem o mesmo para que suas vozes ganhassem legitimidade e existência. É interessante pensar no fato de que o testemunho adquire um estatuto da verdade, uma vez que “o crédito outorgado à palavra [...] [de determinado sujeito] faz do mundo social um mundo intersubjetivamente compartilhado” (*op. cit.*, p. 175).

A memória coletiva vai sendo organizada, assim, conforme o interesse do grupo, de modo que a classe dominante, enquanto detentora do poder, regula com maior facilidade as lembranças que a constituirão. Segundo Halbwachs ([1950] 2013), é o grupo quem vai ditando o que deve ou não ser lembrado, de modo que é no meio social que o sujeito vai sendo construído e, por conseguinte, vai se filiando a determinada ideologia.

De tal modo, utilizando os termos de Pollak (1989), acaba por consagrar-se uma memória oficial e dominante, o que tem ligação com os fenômenos de dominação e, conseqüentemente, com os processos ideológicos, de modo que as lembranças outras, tomadas como memórias subterrâneas, ficam a esperar “a hora

da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas” (p. 5). Esse é o caso dos testemunhos das militantes, em que suas memórias tiveram de esperar anos para significarem. Mas temos de levar em consideração também que o processo de emersão dessas memórias foi possível apenas a partir de uma ação estatal, que possibilitou uma brecha nesse discurso para legitimar a fala dos que haviam sido silenciados.

A memória constitui-se, assim, a partir do movimento que há entre algo que se lembra e aquilo que se esquece. Nessa acepção, a tessitura dos sentidos encontra-se sujeita a isso, pois alguns deles precisam ser esquecidos para que outros possam irromper no discurso, e é nessa dinâmica que vão sendo produzidos deslocamentos. Mas, como questiona Indursky (2001), de que ordem é esse esquecimento? Ao pensarmos no caso das mulheres, poderíamos falar em silenciamento, busca-se sempre invisibilizar o sujeito-mulher, sendo a linguagem ferramenta de significativa importância para isso, de modo que “o esquecimento revelará, então, uma estratégia astuciosa que lhe é muito própria” (RICOEUR, [2000] 2007, p. 427), colocando-se em questão a confiabilidade da memória e a fidelidade ao passado, já que a lembrança é posta nas mãos de determinados sujeitos e, por fim, está à mercê de ser esquecida, o que nos leva a entender o ato de esquecer não necessariamente como uma falha. Pensando de tal forma, precisamos levar em consideração as “condições históricas” que se relacionam a essa memória emergente. No entanto, é válido lembrar que apagar certo sentido de uma formação discursiva não faz com que ele desapareça também do interdiscurso, ele permanece ali, esperando o momento de ser lembrado.

Precisamos considerar, ainda, a possibilidade de que, dentro da formação discursiva, responsável pelo emergir de determinada memória, pode inclusive haver um movimento de preservação do(s) sentido(s) dominante(s), todavia não se pode deixar de lado o fato de que aquilo que não foi lembrado pode voltar, colocando “em xeque a ideologia dominante” (PÊCHEUX, [1975] 2009a, p. 278). Vê-se então a luta de classe em meio a uma única FD.

Desse modo, ainda que o discurso produza ritualidade, não se pode desconsiderar o acontecimento. Pêcheux ([1983] 2015, p. 16) o compreende como

“ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, o que significa afirmar que memória e acontecimento estão em relação.

É relevante, contudo, que pensemos duas questões. Primeiramente, é preciso considerar que existe a possibilidade dessa memória ser incorporada, digamos assim, a esse acontecimento. Porém é possível também que haja uma perturbação dessa memória, podendo vir a ser modificada por esse acontecimento, em que uma série de regularidades pode sofrer movimentos. Ou nas palavras do próprio Pêcheux (1999, p. 52),

A memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática prolonga-se conjeturando o termo seguinte em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa “regularização” e produzir retrospectivamente uma outra série sob a primeira, desmascarar o aparecimento de uma nova série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior.

O movimento Feminista pode ser tomado aqui como exemplo de acontecimento. Ele nasce com o propósito de romper com os dizeres que circulam na formação discursiva patriarcal, pois “o que antes era da ordem do não-dito, do impensável aparece, agora, como o que pode/deve ser dito” (INDURSKY, 2003, p. 115). Desse modo, há uma memória dominante que é perturbada, fazendo com que novos sentidos possam ser tecidos no que se relaciona à questão da mulher. E como bem sabemos que a memória é plena de fissuras, é exatamente nelas que se busca agir.

O acontecimento configura-se, portanto, como um romper com a repetibilidade. Assim sendo, um novo sentido pode ser tecido, o que não tem a ver com o fato de que o outro desaparecerá. Pelo contrário. Não é possível que sentidos ou memórias sejam simplesmente apagados. Eles seguem, em realidade, produzindo ecos.

O que é perceptível se pensarmos nos discursos feminista e patriarcal. Constantemente ouvimos ressoar a ideologia feminista, uma vez estarmos vivenciando o desabrochar da primavera feminista no Brasil. Mas ainda que o

movimento tenha feito furos na memória patriarcal, esta segue sendo a ideologia dominante, de modo que o discurso patriarcal segue ecoando.

É imprescindível tomar o sentido como estando na ordem do repetível, a partir da qual vai buscando regularizar-se. Contudo, com a irrupção do acontecimento, movimenta-se o que estabilizado estava, havendo um esvaziamento de um já-dito, uma vez que “todo enunciado é [...] suscetível de tornar-se outro, diferente de si, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, [1983] 2015, p. 53).

Existe sempre um jogo entre a lembrança e o esquecimento, entre as tantas possibilidades do dizer. E é justamente aí que podemos perceber a questão da mulher. Há uma constante luta em que de um lado estão as forças patriarcais na tentativa de atualizar suas memórias e silenciar o sujeito-mulher; enquanto do outro, vem a força das mulheres, buscando afirmar-se na luta pela construção de uma memória realmente nossa no que tange a uma questão que é propriamente nossa.

4. A MULHER E A PALAVRA: O DISCURSO EM ANÁLISE

“[...] a realidade não precisa ser simplesmente
o que tá dado aí [...]”
(Nancy Mangabeira Unger)

4.1 ALGUNS DIZERES A RESPEITO DO *CORPUS* E DA ANÁLISE

Na perspectiva da Análise do Discurso, não há caminho metodológico previamente traçado a ser percorrido. A metodologia é, em realidade, construída a partir de um processo de leitura e das condições de produção no momento de sua realização, tecendo, conseqüentemente, um sentido entre os tantos outros possíveis.

O processo de leitura, então, não é algo acabado, implicando afirmar que os sentidos são sempre plurais e nunca já-dados, e que existe uma série de fatores que influenciarão tal processo. Orlandi (2013, p. 1) explica que

na construção de um dispositivo analítico [...], a questão posta pelo pesquisador, a maneira como ele considera seu material, construindo o objeto de sua análise, seus objetivos e seu campo teórico, onde se dará a interpretação dos resultados de sua compreensão, podem trazer contribuições sempre diferentes e extremamente frutíferas para o conhecimento do objeto simbólico em questão e a observação dos processos de significação.

Ou seja, não há como pensar a interpretação sem relacioná-la à ideologia, dado que o trabalho do ideológico pode ser observado naquela.

Sabemos, assim, que o analista do discurso ao realizar um gesto interpretativo também o faz interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente (PÊCHEUX, [1975] 2009a). Isto é, o real inscreve-se na ordem do inalcançável, de modo que a análise a ser apresentada constitui a nossa forma de ler o *corpus*, passível de outras interpretações.

O analista do discurso encontrar-se-á diante de um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2010, p. 51). Neste caso, são documentos relacionados à mulher e ao Estado brasileiro. Ou seja, encontramos-

nos diante de um arquivo, e é sobre ele que nos debruçamos, efetuando recortes, para chegar ao nosso *corpus*. É válido dizer ainda que, no espaço do arquivo, os discursos encontram-se dispersos, sendo, justamente, o olhar do analista responsável por dar uma possível ordem àquele todo.

Vem, então, a seguinte pergunta: por que trabalhar um arquivo constituído por documentos que tratam a respeito da questão da mulher no Estado brasileiro?

Dedicar-se a refletir a questão da mulher é no mínimo angustiante. São notícias em cima de notícias retratando a violência diária que sofremos enquanto mulheres no Brasil, em suas diferentes formas. Ser mulher nesta sociedade exige-nos estar em resistência constantemente. Este trabalho é fruto, assim, desta inquietação.

Tratamos aqui de fatos relacionados à mulher, do que é ser mulher no Estado brasileiro. Um Estado que se constitui basicamente por homens, o que é facilmente perceptível se olharmos, por exemplo, para os indivíduos que, hoje, ocupam os cargos políticos neste país. Isto é, ainda que sejamos a maior parte da população, há permanentemente um movimento que busca silenciar nossas vozes, somos, muitas vezes, faladas por eles, que mobilizam dizeres conforme esse lugar de privilégio no qual se encontram.

E para além de ser uma questão dos dias de hoje, é uma questão histórica. Pesquisas mostram-nos que a mulher sempre foi destinada a papéis menores socialmente falando, de modo que o substantivo luta sempre se fez presente na vida da brasileira, independente de quem fosse essa mulher. Assim, diante de toda uma história, foi imperativo recortá-la, visto os limites desta dissertação.

Pensamos, primeiramente, na ditadura militar instaurada no Brasil em 1964. A escolha desse momento histórico deu-se pelo fato de ter sido uma época de muitos silêncios. Entretanto, interessa-nos, em particular, nesse período, olhar para o que caracteriza a diferença de tratamento destinada a mulheres e homens, seguindo o que afirma Colling (1997).

Além disso, nos últimos anos, assistimos aos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada de modo a “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos [relacionados ao regime militar], a fim de efetivar o direito à

memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”²⁸, a partir da Lei nº 12.528, de novembro de 2011, propiciando o aparecimento de memórias outras sobre a época em questão. Entendemos, assim, que a CNV vem para romper com o que até então era o discurso oficial sobre a ditadura militar, tornando possível o deslizamento de sentidos, de forma que esse período passou a inscrever-se numa diferente matriz de sentido.

A Comissão Nacional da Verdade, no entanto, é implantada mais de vinte anos após o fim da ditadura, no dia 16 de maio de 2012, pela então presidenta Dilma Rousseff, enquanto outros países latinos já a tinham colocado em prática há anos, atendendo o direito à memória, à justiça e à verdade. E essa implantação se dá apenas após a condenação sofrida pelo Brasil por parte da Organização dos Estados Americanos (OEA), devido ao Caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia, 1972-1975), como confirma Daltoé (2016), na época em que o general Médici encontrava-se no poder.

Sua importância reside em tirar do silêncio os tantos crimes cometidos pelo Estado, numa tentativa de reparar “a dor e o prejuízo das vítimas [e de seus familiares], como também trazer à tona uma história que, para muitos, ou foi esquecida ou ainda hoje é desconhecida” (*op. cit.*, p. 155), além de que se constituía num passo importante para a legitimação da democracia no país. O trabalho da memória é, portanto, fundamental, devido à existência de movimentos que buscam silenciar determinadas práticas do regime militar, silenciar a história. Assim, “é preciso lembrá-la sempre, redizê-la, ressignificá-la, repará-la” (*op. cit.*).

O trabalho, então, da Comissão Nacional da Verdade foi dividido em 13 eixos temáticos, objetivando “permitir a descentralização das investigações e a autonomia das equipes de pesquisa”²⁹, de acordo com a página da própria CNV. Houve, especificamente, um deles responsável por tratar a respeito das questões

²⁸Citação recortada da Lei nº 12.528. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em: 3 out. 2016.

²⁹ Citação direta da página *online* da Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/grupos-de-trabalho.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

relacionadas à ditadura e gênero, que, entre diversos pontos, buscava contemplar a participação das mulheres no processo de resistência ao regime imposto.

Durante o processo de investigação, fez-se necessário a realização de oitivas de “pessoas que [...] [guardassem] qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados”, segundo o Artigo 4º, inciso III, da Lei nº 12.528/2011, que, num segundo momento, foram publicadas no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Entre esses muitos depoimentos, encontramos, especificamente, o de mulheres militantes no período ditatorial, sendo justamente sobre estes que nos detemos, uma vez que retiram da penumbra uma série de crimes de tortura cometidos pelo Estado contra a mulher. Há que se considerar ainda o fato de que, pela primeira vez, oficialmente falando, as mulheres foram convidadas a construir essa nova memória a respeito de tal trecho da história nacional.

É interessante pensar, assim, que o relatório da CNV é produzido a partir dos dizeres das militantes. Pela primeira vez encontram, num espaço legitimado pelo Estado, o direito de contar suas histórias, que durante anos foram silenciadas. No entanto, precisamos levar em consideração que, mesmo as condições de produção sendo outras, essas mulheres encontravam-se sob os traumas vividos, impedindo-as de falar ou dificultando essa fala, as traições da própria memória, entre outras questões, e o esquecimento que nos constitui, pois, conforme Daltoé (2014, p. 148), “não podemos de tudo lembrar e muita coisa precisa, de fato, ficar no passado”.

Tais depoimentos, disponíveis na página *online* da CNV, denominados como Tomada de Testemunho, foram realizados em diferentes cidades brasileiras, entre os anos de 2012 e 2014, por diferentes membros da Comissão, e tinham duração aproximada de duas horas. Neles, as mulheres falavam livremente sobre o que viveram em meio ao período em questão, e, no caso de dúvida, eram questionadas pelos responsáveis (NUNES, 2017).

Dedicamo-nos, assim, a 11 desses depoimentos, para, sobre eles, produzir um gesto de leitura. O objetivo foi buscar compreender os movimentos discursivos que tangem à forma como a mulher, o feminino eram falados pelo regime militar a partir dos dizeres das militantes.

Ocupamo-nos, desse modo, com uma espécie de *corpus* denominada *corpora de arquivo* (COURTINE, [1981] 2009). Ou seja, não trabalhamos com um material produzido especialmente para esta pesquisa. Nosso *corpus*, na verdade, foi “construído a partir de materiais pré-existentes” (p. 77), que seriam os depoimentos recortados das pesquisas da CNV juntamente com os outros materiais, que serão comentados adiante.

A partir da leitura desses depoimentos, percebemos a constância de alguns elementos, de modo que nos pareceu necessária uma subdivisão, intencionando melhor abordá-los. Sendo eles a questão da ofensa, do corpo e da maternidade, visto que são sempre sobre esses pontos que os representantes do regime agiam. Trataremos, assim, sobre cada um deles intercalando nossa interpretação dos fatos com fragmentos de tais depoimentos.

Procuramos olhar também para o hoje, refletindo sobre os dizeres do Estado no que se relaciona à mulher. Questionando-nos se houve ruptura no discurso estatal dos tempos ditatoriais para o que vivenciamos atualmente, levando em consideração a materialidade linguística e também o acontecimento no qual se configura a Constituição Federal de 1988, marco da redemocratização do país, em que, teoricamente, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, como afirma seu Artigo 5º. Assim sendo, tecemos uma espécie de analogia entre o discurso do regime militar e o atual discurso do Estado brasileiro.

Chamou-nos atenção, em especial, três fatos sucedidos recentemente, uma vez que todos são executados por representantes da lei, em quem teoricamente deveríamos encontrar apoio em circunstâncias de violência. No entanto, a prática não tem se dado exatamente dessa forma. Aqueles que falam em nome do Estado acabam, frequentemente, por reproduzir o discurso patriarcal, reforçando uma situação que é estrutural e endêmica no Brasil, como observaremos na análise.

Atentamo-nos para as seguintes situações: a posição de um promotor de justiça do estado do Rio Grande do Sul diante de um caso de estupro de uma menor, em 2014; a cartilha antiestupro da Polícia Militar de Pernambuco (PMPE), publicada devido ao aumento de casos de estupro no estado, em 2016, tendo sido defendida inclusive pelo governador de Pernambuco; por fim, o tratamento dado por

um representante do Poder Judiciário de São Paulo a um caso de violência moral-sexual ocorrido dentro do transporte público da capital paulista, acontecido na segunda metade de 2017.

Para tratar sobre o caso do Rio Grande do Sul, partimos do documento da Justiça denominado *Acórdão*, que se constitui numa espécie de decisão tomada por um colegiado, levando em consideração apenas a parte da sentença que foi objeto de recurso. O *Acórdão* desse caso, especificamente, é elaborado devido à forma de agir do promotor, entendido como inapropriado pela Justiça, tratando a vítima como criminosa e não dando importância para a situação por ela vivenciada. Trabalhamos, assim, com os registros de uma audiência anterior, em que uma menina foi estuprada pelo pai e negligenciada pela família, e que se encontrava sozinha durante a sessão.

No caso de Pernambuco, fez-se importante um olhar para o documento nomeado pela própria PMPE como *Dicas de comportamento e segurança*, ditando regras para a forma como a mulher deveria portar-se para evitar o estupro. Tal documento é publicado devido ao aumento de casos de estupro na Zona Norte do Recife, especificamente na rua Amélia, região nobre da cidade, o que gerou uma situação de desespero nas recifenses e a cobrança das classes sociais média alta e alta, de modo que o Estado, representado pelas Secretarias da Mulher e de Defesa Social e pelo governador do estado, foi obrigado a manifestar-se.

Chegando a São Paulo, o caso ocorreu dentro do transporte público da cidade. O agressor encontrava-se dentro de um ônibus, masturbando-se e, logo, ejaculando sobre a vítima. Com isso, outras pessoas presentes no local tentaram agredi-lo, mas a situação foi percebida pelo motorista e pelo cobrador, que pararam e chamaram a Polícia, detendo-o. Sua ação foi tomada como flagrante, no entanto, sua prisão foi relaxada, pois, segundo o Termo de Audiência de Custódia, não constituía crime de fato, sendo todo o texto sempre justificado com partes da lei.

É interessante pensar a respeito das condições de produção desse discurso sobre a mulher. O discurso que analisamos do Estado hoje é produzido em meio ao âmbito da Justiça/Segurança. Como dissemos anteriormente, o Estado brasileiro é constituído em sua maioria por homens. Olhando para o Legislativo, encontramos

homens, no geral, pensando leis para a mulher e seu corpo, buscando regular seu comportamento. Do outro lado, o Judiciário, em que sujeitos, sejam homens ou mulheres – interpeladas pelo espaço onde se encontram – a partir desse lugar de poder, agem sobre as mulheres reproduzindo já-ditos. Assim, os espaços da Justiça e da Segurança são marcados por um caráter masculino. No entanto, diferentemente da época da ditadura, atualmente, determinados enunciados que remetem à ideia da submissão feminina ao masculino, via de regra, não podem ecoar no dito, não significando afirmar uma ausência, mas, sim, uma dissimulação pelo trabalho da ideologia.

Entendemos, em vista disso, o discurso aqui analisado, que aponta para o lugar de inscrição do Estado, como sendo constituído na ordem da ideologia do patriarcado. Nele, encontramos saberes que falam da dominação do masculino sobre o feminino, falam sobre a liberdade do homem ao mesmo tempo em que reafirmam a sujeição da mulher a esse homem. São esses saberes que dominam a produção discursiva estatal em análise, independentemente do momento cronológico da discursivização. As diferenças dos tempos ditatoriais para o hoje se mostram essencialmente na maneira como esses dizeres se marcam na língua.

Seguimos, então, um trajeto temático, visto possibilitar “por em ‘estado de dispersão’ enunciados produzidos em lugares, tempos e gêneros distintos e por locutores diferentes” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 249). Em outras palavras, nosso *corpus* é dito heterogêneo, uma vez ser composto por diferentes materiais, em que encontramos diferentes gêneros – entre eles os depoimentos, a cartilha antiesturpro, os documentos do Poder Judiciário –, produções realizadas em diferentes momentos históricos – a ditadura militar e o hoje – e por uma pluralidade de sujeitos empíricos – como os representantes do Poder Judiciário, as vítimas da ditadura, os representantes do regime militar, a PMPE.

Trabalhar de tal forma possibilita melhor compreender a discursivização da mulher pelo Estado brasileiro, pois é possível observar o jogo do ideológico em dizeres enunciados em tempos distintos e por diferentes representantes estatais, assim como as memórias mobilizadas nesse processo, olhando, continuamente, para a materialidade linguística, lugar onde esse todo se desenvolve. O tema, de tal forma, funcionará como o “fio condutor” na seleção do que será analisado. Nosso

trajeto temático, nesse sentido, segue a forma de tratamento destinado às mulheres pelo Estado por meio da palavra, em que percebemos constantemente o falar do patriarcado.

Além disso, os documentos citados anteriormente – desde os depoimentos da CNV até os dos dias de hoje – para fins de análise, encontram-se recortados em sequências discursivas, sendo identificadas a cada bloco:

- A mulher e a ofensa: SD1 a SD6;
- A mulher e o corpo: SD1 a SD8;
- A mulher e a maternidade: SD1 a SD10;
- A mulher no Brasil de hoje: SD1 a SD13.

A partir de então, dedicar-nos-emos a pensar a mulher e o Estado no *corpus* selecionado, considerando os movimentos discursivos, seus ditos e não-ditos, na busca de um gesto de leitura que possa trazer à tona a forma como a mulher foi/é falada pelo Estado brasileiro.

4.2 A FORMA DE FALAR A MULHER PELO REGIME MILITAR

Ser mulher no Brasil é tarefa árdua. Todavia ser mulher num Brasil em meio à ditadura militar era ainda mais duro. Afinal, conceber uma mulher que não aceitasse um papel que lhe tinha sido reservado, historicamente falando, e que ainda se opusesse claramente ao regime imposto, era algo, no mínimo, incoerente.

O regime militar, nesse sentido, atuou sobre essas mulheres, buscando recolocá-las naquele lugar onde se negavam a permanecer. Elas eram ditas sempre “vagabundas”, “putas”, tinham seus corpos expostos e violados por agentes da ditadura – basicamente homens. Até mesmo a maternidade era usada como objeto de fragilização da mulher. Grávidas eram violentadas; as mães viam pesar sobre seus filhos as ameaças de morte ou tortura, tendo sido uma prática obrigá-los a participarem das sessões de tortura. Em outras palavras, agia-se sobre pontos característicos do feminino.

O corpo feminino foi alvo constante, uma vez ser capaz de discursivizar (LEANDRO FERREIRA, 2013)³⁰. Mas a violência pela palavra também era algo muito forte no tratamento recebido por essas militantes, sendo a língua usada constantemente como objeto de tortura. A repressão ditatorial, de tal modo, foi sentida no corpo e pela língua, em uma tentativa de fazer menores às mulheres da resistência, era uma tentativa de detê-las, de mostrar que o espaço público não lhes pertencia.

E por que a língua?

A língua é usada para grandes feitos. Por ela constrói-se e destrói-se. Pêcheux ([1975] 2009a) já nos falava de sua relevância para a luta de classes. Sempre recorria-se/recorre-se a ela como meio de perpetuação de práticas ideológicas. Ou seja, atuar, a partir da língua, constituía-se numa tentativa de dominá-las também pelo viés do ideológico.

Aqueles que representavam o Estado no período em questão sabiam o poderoso “instrumento” que tinham em mãos. Não pouparam seu uso. A violência pela palavra é recorrente no gesto testemunhal das militantes, sendo, muitas vezes, mais insidiosa que a física.

Na língua e no corpo, então, percebemos a materialização da violência do regime ditatorial. Neles, podemos observar o poder da ideologia, que, inevitavelmente, é o que age sobre essas mulheres. E com ele, as memórias que são mobilizadas nesse processo discursivo, levam-nos a compreender não apenas os ditos, porém, em especial, os não-ditos que também significam.

Olhemos agora para os citados depoimentos.

4.2.1 A MULHER E A OFENSA

Para a sociedade brasileira, a mulher *realmente* mulher seria aquela dedicada à família e ao lar, isto é, aquela que aceitava submeter-se ao privado, deixando a

³⁰ A questão relacionada ao poder de discursivização do corpo será melhor discutida no tópico 3.2.2, intitulado *A mulher e o corpo*.

arena pública para o homem. A mulher, então, que ousasse inscrever-se em um espaço diferente do que lhe havia sido reservado, sofreria as consequências por sua não resignação. É nesse sentido que percebemos a atuação da ditadura militar sobre as mulheres.

Depreendemos, assim, que além de barrar a oposição ao regime, a violência contra a mulher parecia conter um elemento a mais, que seria contestar e punir essa mulher que não se submetia por completo ao poder do macho. Buscava-se, com isso, recolocá-la em seu lugar.

A ditadura atuava a partir dos saberes patriarcais, uma vez estar inscrita nessa formação ideológica, como melhor perceberemos observando os fragmentos dos depoimentos. Vemos que, constantemente, já-ditos próprios de uma formação discursiva em que encontramos o patriarcado ecoam no agir do Estado com relação à forma de conceber a mulher.

Olhando a sequência discursiva 1, podemos dar-nos conta da atuação estatal sobre essas mulheres, da forma como o regime militar as concebia.

SD1:

Olha, eu tenho uma filha da sua idade, **mas** ela tá em um bom caminho, **você optou pelo caminho dos bandidos, do terrorismo**, isso é uma escolha que você fez, agora **tem que aguentar as consequências**, mas está em tempo ainda de mudar [...] (Izabel Fávero, 2013. Grifos nossos).

Na SD1, temos Izabel Fávero falando a respeito dos “conselhos” dados pelo coronel Emídio, um dos agentes do regime, no período em que esteve no Batalhão de Fronteira, em Foz do Iguaçu - PR. Observando sua fala, é possível tecer algumas considerações a respeito do discurso do Estado no que tange à mulher enquanto sujeito social.

O coronel começa comparando a militante à sua filha. No entanto, o uso da conjunção *mas* vem para marcar as diferenças entre elas: uma escolheu o *bom* caminho, a outra o *mau*. Esse *mas* marca, então, essa oposição, evidenciando o lugar no qual se inscreve o enunciador e, por consequência, o Estado brasileiro. A forma como seu dizer é organizado, ou seja, sua organização sintática dá indícios da

formação ideológica a qual se vincula, uma vez que “a organização das palavras não é jamais aleatória” (LEANDRO FERREIRA, 1999, p. 62).

Na SD1, parte-se de um pré-construído a respeito do que é ser mulher, revelado, em especial, pela citada oposição. Obviamente isso não é dito com todas as letras no corpo textual, porém ecoa no não-dito, ou seja, significa nessa sequência que a mulher ideal é aquela que aceita o papel historicamente definido para ela, o que acaba retornando nesses dizeres. A partir da língua, então, o ideológico, com toda sua força, atua na fala do coronel, atualizando dizeres outros.

Encontramo-nos diante do equívoco, constituinte linguístico, segundo a AD, que “sob diferentes formas, encoberto sob diferentes marcas sintáticas, [...] se manifesta, vem à tona e ganha corpo e significação” (LEANDRO FERREIRA, 1994, p. 134), materializando-se de diferentes modos, o que é evidenciado pelo emprego da conjunção *mas*, dissimulando o fato de que a militante para ele distancia-se do que é ser mulher. Contudo, no caso da SD1, podemos falar que o já-dito sobre a mulher se dá pelo viés da repetição, que vai sendo atualizado no linguístico. Isto é, ainda que o militar não coloque no dito a sua concepção do feminino, inevitavelmente ele (re)aparece por meio da língua ao traçar essa analogia entre a filha e a militante, pois, como afirma De Nardi (2007, p. 11), muitas vezes, “não falamos a língua, somos ditos por ela”.

A língua, assim, “estabelece inter-relações de distintas ordens, que vão do gramatical ao ideológico, passando pelo social e cultural” (LEANDRO FERREIRA, 1994, p. 139), o que é bastante nítido na observação atenta da fala do coronel na SD1, pois vemos que a escolha da estrutura linguística utilizada por ele – a questão do uso do *mas*, por exemplo – se dá devido aos fatores ideológicos, evidenciado, em seguida, o lugar no qual se encontra, ao afirmar que ela “optou pelo caminho dos bandidos”, mostrando também a influência dos fatores sociohistóricos ao trazer a questão do terrorismo, termo bastante recorrente no cenário ditatorial, além do fato de que traz à tona a concepção, de modo geral, que a sociedade brasileira tem da mulher. Olhando para essa materialidade, uma série de indícios é percebida com relação à posição do Estado sobre a mulher militante.

Na sequência discursiva 1, podemos falar ainda sobre a culpabilização da vítima. Constantemente os dizeres do coronel deixam claro que o vivenciado pela militante tem como única culpada ela mesma, uma vez ter optado “pelo caminho dos bandidos” e que, portanto, teria de arcar com as possíveis consequências da sua escolha. Isto é, toda espécie de violência que vivenciaria nas mãos estatais era responsabilidade apenas dela, já que havia “escolhido” romper, de alguma forma, com a ideologia dominante.

Desse modo, a fala do coronel Emídio marca o lugar ideológico no qual o Estado brasileiro encontrava-se, apresentando as evidências do que se compreendia como mulher e seu papel. Evidências essas que só fazem sentido devido ao trabalho do ideológico na materialidade linguística, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009a).

Em outras palavras, é justamente o funcionamento da ideologia que permite que pareça óbvio o que é uma mulher, como se não houvesse uma pluralidade de possíveis sentidos. No entanto, como vemos na sequência discursiva 1, o agente estatal simplesmente limita, singulariza o ser mulher, fazendo funcionar aí uma memória em que o correto é a opção feita pela sua filha, ou seja, aquela que não ousou resistir.

Entendemos ainda que o coronel coloca-se na posição de pai diante dessa mulher. Nessa relação pai e filha, investe-se do poder de punir, não porque deseje fazê-lo, mas porque ela merece, porque está no caminho incorreto, política não é lugar de mulher, e ele, que sabe o certo, vai “bondosamente” levá-la para esse outro lugar. E esse é o discurso de muitos pais, que são inclusive “perdoados” pelo Estado porque agem pelo “bem” de suas filhas. Podemos citar como exemplo um caso acontecido em setembro de 2017, em que um pai foi absolvido pela Justiça de São Paulo após humilhar e espancar a filha com fio de televisão. Segundo o juiz, “a conduta não pode ser considerada criminosa, mas apenas mero exercício do direito de correção”³¹. Podemos lembrar também dos casos de maridos que ofendem, agredem, violentam suas companheiras por algo que elas supostamente tenham feito

³¹ Fala do juiz recortada de matéria jornalística publicada no G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/justica-de-sp-absolve-pai-que-espancou-filha-com-fio-de-tv- apenas- protecao.ghtml>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

de errado – como no caso de uma suposta traição, em que muitas mulheres são violentadas de diferentes formas ou até mesmo mortas por se “desviarem do caminho correto”.

Não há como não falar no imaginário social, constituinte das práticas discursivas, que se faz fortemente presente na fala do militar na SD1, permitindo o tal jogo da ideologia. A forma como a mulher é concebida encontra sua base no social e está inscrita no interdiscurso. Segundo a Análise do Discurso, esse imaginário tem a ver com o modelo pré-definido socialmente sobre a mulher, que vemos no desenvolver do discurso do Estado, fazendo-nos levar em consideração a comparação feita entre a filha e Izabel, isto é, entre a mulher de verdade – a comportada, submissa do lar... – e a mulher militante – a vagabunda, terrorista...

Assim, o imaginário possui um importante papel no que tange à produção do(s) sentido(s) no discurso. Em tal caso, o sentido tecido para a mulher no discurso da ditadura está sujeito ao mecanismo imaginário, que acaba por dar indícios da posição político-ideológica daquele que enuncia, nesse caso, do Estado representado por um dos seus agentes.

Pensando ainda a respeito das formações imaginárias das quais nos fala Pêcheux ([1969] 1997), entendemos que, ao se dirigir à militante, o coronel discursiviza a partir de formações imaginárias. Isto é, as denominadas formações imaginárias “designam o lugar que A e B [– aquele que fala e aquele com quem se fala –] se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro” (p. 82), acabando por trazer indícios do modo como a formação social do enunciador encontra-se na história. É levada em consideração a imagem que ele tem do que é ser mulher e de quem poderá ler seu dizer – no caso, Izabel e outras militantes enquanto sujeitos inscritos em uma formação discursiva de saberes relacionados ao feminismo, denominada aqui como FD feminista –, considerando-se aí a posição discursiva e não, simplesmente, o lugar empírico.

Na SD1, assim, ao falar para a militante, o coronel antecipa-se a ela, elaborando seu dizer conforme os efeitos de sentido que pretende causar em sua interlocutora, que, neste caso, é convencê-la que optou pelo “caminho dos bandidos”, o que justificaria sua prisão. Ele fala a partir do lugar de agente do

regime, aquele conhecedor da “ordem” – evidenciado quando designa o caminho escolhido por Izabel como “do terrorismo” –, e que, portanto, tem o poder em mãos, o que lhe dá o direito de puni-la, uma vez que tenha escolhido o “caminho mau”, tendo, assim, “que aguentar as consequências”. Entendemos que há, por parte do produtor do discurso, uma antecipação de uma imagem social que tem relação com a voz do sistema ditatorial, o que lhe permite agir de tal maneira. Mas podemos falar ainda num funcionamento cínico desse discurso, pois quando “explica” sua prisão e a tortura que virá, o agente sabe que isso não justifica, sabe que a tortura é uma prática vil, ele sabe que não quer “recuperar” essa moça ou levá-la para o “bom caminho”, entretanto joga com as palavras como mais uma forma de punição, de agressão.

Olhando ainda a sequência discursiva 1, parece-nos relevante uma atenção a mais para o emprego das palavras *bandido* e *terrorismo*, bastante recorrentes no falar do Estado para designar a militância que resistia ao regime imposto. O que não é ao acaso, especialmente, se considerarmos a situação e a carga negativa que ambas carregam.

Desse modo, para que as palavras sejam empregadas no discurso do regime, há um porquê de cunho ideológico, o que significa afirmar que são definidas a partir de onde fala o militar-enunciador. Assim, por meio das palavras de seus agentes, como lemos na sequência discursiva 1 e na posterior, materializa-se na língua a forma como os sujeitos militantes eram tomados pelo Estado.

SD2:

Com relação, primeiro, à História, a História do Brasil ainda é contada como a Revolução de 64 veio para pôr ordem no país, [...] e que **terrorista** é quem ficou contra ela [...] (Eugenia Cristina Godoy de Jesus Zerbini, 2013. Grifos nossos).

Observando as sequências discursivas anteriores, há que se considerar as condições de produção discursivas, que têm a ver com os sujeitos e o contexto sócio-histórico (ORLANDI, 1999), regulando os sentidos. Quer dizer, tínhamos um país que vivenciava uma ditadura, não havendo possibilidade de contestação. Aqueles que se opusessem, então, à dita “ordem”, ou melhor, à formação ideológica a que se filiava o Estado seriam denominados bandidos/terroristas. De tal modo,

para o regime, o que configurava um terrorista, no geral, era o lugar onde estava inscrito o sujeito que o contestava politicamente falando.

O ato de designar, como diz Prellvitz (2006, p. 91), “é a materialização da voz *sem nome* do interdiscurso, que se lineariza e passa a constituir os enunciados”. Entendemos, desse modo, que as palavras terrorista/bandido significam devido à formação discursiva na qual se encontra o Estado, a FD patriarcal – dado ser a responsável por regular o que pode vir à tona ou não no seio da enunciação (PÊCHEUX, [1975] 2009a) –, a partir de uma espécie de recorte realizado no interdiscurso que passa a integrar o intradiscurso.

Vemos, a partir dessas sequências, uma tentativa de silenciar esses sujeitos da resistência, buscando apagar suas causas, categorizando-os por fim. As práticas do Estado, então, acabam por dividir a realidade, em favor da legitimação de um poder político dominante, e ainda que tal fato não apareça no dito, o não-dito também está na ordem da significação.

Os efeitos causados pelo uso de *terrorista* e *bandido* têm como base o que se compreende popularmente como tal, ou seja, configuram-se como ameaça, como aquilo que se deve eliminar, sendo formas de dizer o outro que reduzem sua “humanidade”, passando a ser mais justificável tudo o que se possa fazer com e sobre ele. É como se a esse corpo, que é ameaçador, pudesse ser impingida toda dor, todo sofrimento, aquele que “desvia” deve ser responsabilizado por isso, porque o que se está fazendo é tirar o mau da sociedade. Esses sujeitos são inscritos, assim, num determinado espaço social que os levará à exclusão pelo fato de serem considerados “os fora da lei” e, dessa maneira, sujeitos sem direito de fala e os únicos culpados pelo que vivenciariam, visto que praticaram atos considerados pelo sistema como ilegais. E é dessa forma que os sentidos para esses sujeitos vão sendo tecidos.

O Estado vai apelando, de tal modo, para aquilo que “todo mundo sabe” o que é um *bandido* ou um *terrorista* (PÊCHEUX, [1975] 2009a). Em outras palavras, trabalha-se com as evidências produzidas pela ideologia para essas militantes, deslegitimando todo o processo de luta no qual estavam envolvidas, enquanto o

verdadeiro motivo que levava ao tratamento destinado a elas acabava sendo mascarado pelo regime.

As designações anteriormente citadas não foram as únicas relativas às mulheres a aparecerem nos depoimentos das militantes. A exemplo das seguintes sequências discursivas.

SD3:

O simples fato, eu acho, de você estar **no meio de homens**, só homens. Só homens que têm sobre você um olhar, como eu diria? É o olhar que te... Pelo **fato de você ser mulher**, também você percebe que há talvez, às vezes, **uma raiva muito maior**, eu não sei se é pela questão de achar **“por que uma mulher está fazendo isso? Por que uma moça está fazendo isso?”** E é uma forma, talvez, muito de querer **te desqualificar** de todas as maneiras. Inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma **“vaca”** (Maria Aparecida da Costa, 2013. Grifos nossos).

SD4:

[...] ficamos 16 mulheres lá, que nem eu falei, fizemos a tal greve de fome e os caras, quando ficavam bêbados, da Força Pública, **queriam estuprar** a gente, ficavam ameaçando, [...] de xingar de tudo que é nome: **“suas cadelas, suas vagabundas, suas putas, suas ordinárias, vocês não têm o que fazer na vida, vão dar aí para os comunistas, suas cadelas.”** Aquelas coisas que a gente sabe como que a gente era tratada (Vilma Amaro, 2013. Grifos nossos).

SD5:

Era um jogo de tortura psicológica, física, pra desestruturar mesmo, desestabilizar a gente. **Eu fui muito ofendida**, como mulher, porque ser mulher e militante é um carma, a gente, além de ser torturada física e psicologicamente, **a mulher é vadia, a palavra mesmo era “puta”**, “menina decente, olha para a sua cara, com essa idade, olha o que tu está fazendo aqui, que educação os teus pais te deram, tu é uma **vadia, tu não presta**” [...] (Izabel Fávero, 2013. Grifos nossos).

As sequências discursivas 3, 4 e 5 mostram-nos outras formas de como o feminino foi designado. Existe um constante empenho em desqualificar, como afirma Maria Aparecida Costa, a mulher militante, o que fez o regime militar de diferentes maneiras.

Toda questão reside na invasão da arena pública pela mulher, espaço preponderantemente masculino. O Estado, nesse sentido, não aceita que elas também ocupem esse espaço, pois, como explica-nos Perrot (2007, p. 21), “quando as mulheres aparecem no espaço público, os observadores ficam desconcertados”, elas representam uma espécie de ameaça aos seus privilégios. Na sequência discursiva 3, a militante traz isso em sua fala ao colocar que se notava uma raiva muito maior no tratamento dado à mulher, como ela mesma diz, “por que uma moça

está fazendo isso”?. É como se dissessem que aquele lugar não lhes pertencia, como mostra a SD5, quando Izabel Fávero escuta que não prestava por estar ali, questionava-se sobre a educação recebida por ela. *Que educação é essa que não ensinou seu devido lugar?* Os dizeres desse agente estatal refletem bem esse pré-construído que se atualiza nessa fala. O lugar da mulher, na formação discursiva reguladora do falar estatal, resumia-se ao privado.

As formas de dizer o feminino pelos agentes do Estado nos levam a considerar, portanto, que o discurso desse Estado inscreve-se na FD patriarcal, pois as militantes eram designadas sempre de maneira pejorativa, buscando permanentemente diminuí-las, uma vez que se encontravam inscritas num lugar de subversão e resistência, em uma FD feminista, onde mulheres não são tomadas como apolíticas ou menores. Não por um acaso vemos as designações *vaca, cadelas, vadia, vagabundas, puta*, como nas SDs 3, 4 e 5. Todas se configuram como formas de associar suas condutas à promiscuidade; é uma forma de fazê-las menos mulher, já que o papel que exercem dentro da militância não tem a ver com a singularidade do modelo de mulher sustentado pelo Estado.

Essas palavras usadas para designar a mulher encontram-se repletas de sentidos. Quando há falha no processo de interpelação ideológica, como é o caso dessas mulheres, um dos caminhos encontrados é o da violência pela língua, pois *puta* ou *vadia* são adjetivos curtos, porém cheios de sentidos em meio a esta sociedade. É o que se faz quando já não se têm argumentos para convencê-las, apostando, assim, que se sentirão incomodadas, humilhadas, diminuídas, porque nesse *puta* ou *vadia* não tem só a ofensa, tem o jogar essa ofensa sobre um corpo que se vende, que se entrega a qualquer um, e tem o reduzir essa mulher a esse corpo, como se a sua atuação não pudesse ir além disso.

Outro ponto relevante com relação ao uso de *puta* no discurso do regime tem a ver com o não saber lidar com a autonomia feminina, pois, nesta sociedade, as mulheres normalmente designadas desse modo são aquelas com comportamentos bastante semelhantes aos dos homens. Ou seja, aquela que se permite ser minimamente livre, que se permite o mínimo de autonomia sobre sua mente e seu corpo. As militantes acabam por se inscreverem nesse lugar da mulher que não se cala diante da imposição da ideologia patriarcal.

Chama-nos atenção ainda, especificamente, o fato de as militantes serem designadas com nomes de animais. Essa também é uma prática bastante comum. A partir dos nomes dos animais, busca-se destacar os comportamentos do sujeito considerados inferiores pela sociedade, o que se aplica normalmente à mulher. Ela é sempre a *vaca*, a *cadela*, entre outros animais, como exemplificam as sequências discursivas 3 e 4. Designá-las de tal modo configura-se em mais uma maneira de marcar a resistência delas à ideologia dominante, em que ousaram não permanecer no lugar reservado historicamente para o seu gênero. Pensemos ainda no fato de os animais não possuírem direito de escolha sobre si, sobre seus corpos; é possível afirmar ser uma situação semelhante a das mulheres. Sem direito de escolha. Sem direito de voz. Ali elas estavam completamente submissas às mãos dos agentes estatais, no geral, homens, como diz que tem de ser a FD a qual o Estado filiava-se.

Designá-las dessa forma constitui-se num modo de construir uma identidade social para as mulheres militantes, mostrando que não estavam ocupando o lugar “correto”. A designação vem como meio de desqualificar a luta das mulheres pela redemocratização do país, construindo um imaginário sobre elas onde as ideias pejorativas encontravam-se(encontram-se) aos montes, uma vez que muito dos dizeres sobre elas seguem ecoando nos dias de hoje, fato que ficou bastante nítido ao vivenciarmos o processo de impedimento da então presidenta Dilma Rousseff, militante nos tempos ditatoriais.

Vemos a designação funcionando como uma forma de atualização dos saberes sociais sobre a mulher, trabalhando a partir das evidências produzidas pelo jogo ideológico, dando um tom de universalidade aquilo que se discursiviza, ou seja, como se o sentido apresentado ali fosse o único possível. Segundo Prellvitz (2006), tal processo é possível apenas devido ao recorte feito no interdiscurso que traz à tona os saberes da formação discursiva onde se encontra o Estado.

Em outras palavras, a designação constitui-se num ato ideológico, uma vez que ela se dá a partir do momento em que o sujeito – neste caso, os agentes estatais –, é interpelado pela ideologia patriarcal, levando-nos ao lugar no qual o Estado inscreve-se. A ideologia vai regulando então os sentidos das palavras no decorrer do processo discursivo.

Nessas sequências, entendemos que há outro pré-construído funcionando, quer dizer, há uma construção que é anterior e exterior ao intradiscurso dos agentes, mas que retorna nesses dizeres³². Ou seja, a imagem da mulher foi construída anteriormente a partir do lugar social por ela ocupado, que seria a sua subserviência ao homem, dando-se pelo efeito da ideologia. Desse modo, é possível compreender que “as formações ideológicas estão relacionadas às formações sociais, já que é no interior da formação social que o ideológico se institui, determinando, pelo viés da formação discursiva, os lugares empíricos que cada sujeito pode ocupar, bem como estabelecendo imagens que representam tais lugares” (GRIGOLETTO, 2005, p. 156). Na SD4, o agente diz a mulher da militância que ela ali se encontra para *dar para aos comunistas*. Esses dizeres refletem a inferioridade da mulher para aquele sistema, a imagem que se tem dela. A mulher não poderia estar ali para contestar, para pensar e atuar politicamente, em realidade, ela devia estar ali para servir ao homem. Os militares, segundo Rago (2010, p. 171),

[...] entendiam que as militantes [...] [poderiam] ser companheiras, amantes ou filhas, girando sempre em torno do eixo masculino, obedecendo incondicionalmente às ordens dos companheiros e líderes. Sempre as olhavam com menosprezo, pois reconhecer qualquer capacidade de iniciativa feminina seria destruir seu próprio sentido de masculinidade [...].

É justamente o que se atualiza nessas falas. Mesmo a mulher buscando colocar-se, ela necessariamente é vinculada à figura masculina, aos comunistas, no caso.

Podemos falar, assim, na forma como o Estado marca-se na língua. Ao analisar os dizeres estatais sobre/para as mulheres militantes damos-nos conta de que esse Estado faz uso da língua de ferro/fascista da qual nos falava Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 23), consistindo numa língua em que buscam fabricar “[...] suas próprias memórias para melhor apagarem as dos povos, e para melhor administrarem os complexos industriais, administrativos e militares [...]”. Poderíamos afirmar, nesse sentido, que por meio desse modo de marcar-se na língua, tornava-se possível colocar suas ações em prática de forma direta, manipulando o que poderia ou não aparecer ali, segundo seus próprios interesses. Ou ainda, há um empenho

³² Nas palavras de Pêcheux ([1975] 2009a, p. 151), o conceito de pré-construído é definido como o “‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”.

em tecer memórias conforme parecesse favorável ao regime, buscando apagar aquelas desfavoráveis.

Olhando para as sequências discursivas anteriores, vemos o Estado agir sempre de forma bastante dura sobre as militantes. No seu atuar, não se permitia vir à tona o motivo pelo qual aquelas mulheres estavam na luta, isso era apagado, para que a memória estatal pudesse ser tecida, de modo que não existia necessidade de ser político com as mulheres, tal e qual se faria num sistema distinto em que poderia ser feito uso das outras formas de marcação na língua, como na utilização das línguas de madeira e vento. Pelo contrário. O uso da violência é sempre muito presente também no agir linguístico dos agentes, na tentativa de (re)colocá-las no seu lugar de direito.

Trabalhando por esse viés, acreditamos que essas mulheres carregavam consigo princípios distintos daqueles carregados pelo sistema ditatorial, significando afirmar que se filiavam a uma formação ideológica contrária à estatal. Desse modo, há uma tentativa de apagar tais princípios, o que seria uma revolução se permitissem sua significação, construindo uma imagem para elas a partir de designações negativas, a exemplo de *terrorista*, *vadia*, entre outras – como nos mostram todas as SDs anteriores –, de modo que pudessem ser mal vistas pela sociedade, especialmente pelas outras mulheres. Assim, dissimulava-se a verdade para evitar que as mulheres pudessem realmente enxergar-se como sujeitos e não mais como objeto, ou seja, a ideologia cria fatos para neutralizar outros.

O Estado, para isso, faz uso da língua, como meio também de reinscrever essas militantes na formação ideológica dominante, buscando perpetuar a ideologia a qual ele estava filiado. É nesse sentido que entendemos a relevância da língua, visto que nela o discurso pode materializar-se e, por consequência, a ideologia (ORLANDI, 1999), possibilitando o (re)aparecimento de certos sentidos.

Em outras palavras, a língua permite que memórias já-ditas no que tange à concepção de mulher estejam sempre presentes quando esse Estado fala. Exemplo disso é quando, na SD3, a militante diz que a forma como agiam com elas é como se perguntassem *por que uma mulher está fazendo isso*, ou na SD2, quando se

questiona a educação dada pelos pais. E trabalhando com essa memória, consequentemente outra não pode aparecer (INDURSKY, 2011).

Falamos, mais uma vez, na língua de ferro (GADET; PÊCHEUX, [1981] 2004). Levando em consideração as condições de produção do momento em questão, no Estado de exceção não há a necessidade de se marcar de forma diferente na língua. Claramente vinha à tona simplesmente aquilo que o regime militar permitia que viesse, ou seja, apenas as memórias do seu interesse.

O discurso estatal encontra-se inscrito na ordem do repetível, as sequências discursivas em questão mostram-nos que dizeres ditos em um lugar outro no que tange à forma de conceber a mulher e seu papel na sociedade emergem nas práticas/falas dos agentes estatais, ilustrando o que a Análise do Discurso teoriza.

Entendemos, então, que o enunciado “a mulher se está perdendo, a mulher está perdida”, apresentado por Beauvoir ([1945] 2016a, p. 9), é sempre mobilizado na atuação do Estado ditatorial. Sendo assim, a questão reside no fato de as militantes terem invadido a arena pública, o espaço da política, perturbando o reinado masculino.

Essas mulheres representavam uma ameaça ao patriarcado, a esse lugar de domínio do homem. A posição delas representava um romper com a repetibilidade, ou seja, esvaziava os sentidos já-dados para o que significava ser mulher na sociedade brasileira. Assim, o Estado mobilizava certas memórias a partir desse local onde ele estava, intencionando silenciá-las e, desse modo, violá-las pela língua.

Tomando emprestadas as palavras de Beauvoir ([1945] 2016b), essas mulheres em/de resistência ousaram destronar o mito da feminilidade. “Que espécie de mulher é essa que não aceita cumprir seu papel?” – este enunciado ecoa constantemente nos depoimentos das militantes ao falarem a respeito do tratamento que recebiam dos agentes do regime. Entendemo-lo como um pré-construído que se atualiza nos dizeres dos militares. Na sequência discursiva 3, a militante refere-se à raiva que sentiam diante daquelas mulheres.

O que deixa ainda mais claro esse lugar no qual o regime militar inscrevia-se é a fala de Raíssa Ventura, integrante da Comissão Nacional da Verdade, quando se referia ao fato de o coronel Ustra levar a filha e a mulher ao encontro das presas políticas.

SD6:

[...] para assistir, para levar comida para as presas, tem presas que receberam aulas para ensinar a fazer crochê, mas, assim, depois que elas eram barbaramente torturadas, chegava a filha e a mulher.

Isto é, após torturá-las fisicamente, pela palavra, ainda vinham essas supostas “aulas”, que funcionavam como meio de ensiná-las como uma mulher deveria comportar-se, tendo como modelo a mulher e a filha do coronel. Após o uso da repressão, havia, então, uma tentativa de assujeitá-las à ideologia estatal, com objetivo de recolocá-las em “seus lugares”.

4.2.2 A MULHER E O CORPO

O corpo feminino encontra-se inscrito na ordem do silêncio. Um corpo que por todos é falado, mas que não pode falar (PERROT, 2003). Assim, a mulher, desde menina, é ensinada a encobri-lo, sendo esta uma das marcas da feminilidade, segundo a ideologia patriarcal sob a qual vivemos.

A ideologia do patriarcado cria os efeitos de sentidos para o corpo da mulher. Como esse corpo deve ser? Como deve atuar socialmente falando? Quem pode manipulá-lo? Isto é, há um modelo pré-estabelecido de como tem de ser esse corpo e como deve funcionar. E aquele corpo que de algum modo não se adequar às ditas regras, será, de alguma forma, penalizado.

Podemos afirmar, então, que o modo como o corpo é falado se dá a partir de um lugar ideológico (PÊCHEUX, [1975] 2009a). Aquele que enuncia a respeito do corpo, neste caso, o da mulher, o faz a partir do lugar social no qual está inscrito, que seria o lugar de representante do regime militar, e este põe em prática um discurso que “tenta ‘moralizar’ o país através de suas regras, não somente econômicas e políticas, mas também de comportamento” (COLLING, 1997, p. 22). E é nesse sentido que podemos perceber o agir do Estado brasileiro em tempos de

ditadura, em que se atuava duramente sobre o corpo das mulheres que ousavam resistir.

Os depoimentos tomados pela Comissão Nacional da Verdade mostram-nos claramente a posição do Estado no que tange à forma de conceber o corpo feminino e a forma como essas mulheres lidavam com tal situação. Observemos, então, a seguinte sequência discursiva:

SD1:

[...] você é **obrigado a se despir**, os homens também foram, **mas** talvez, **para uma mulher, eu acho que isso tem um peso terrível, pela sua formação, pela formação social, ideológica**, você por si já é uma **exposição**, aumenta ainda mais a tua **exposição** [...] (Maria Aparecida Costa, 2013. Grifos nossos).

Na SD1, não há como ignorar o lugar no qual o Estado brasileiro inscreve-se, assim como a posição da militante. Observem que a sequência inicia-se com “você é *obrigado a se despir*”, a palavra *obrigado* marca o masculino, ou seja, tanto mulheres como homens eram obrigados a despir-se. Em seguida, no entanto, vemos a conjunção *mas* empregada, trazendo uma ideia de adversão, e logo uma tentativa de explicitação do porquê, para uma mulher, o ato de despir-se era mais violento, apresentando a questão da “formação”. Em sua fala, então encontramos no dito a sua formação socioideológica e, que, conseqüentemente, reflete a do regime militar, trazendo à tona sua forma de conceber a mulher e seu corpo.

O corpo é sempre atacado, é sempre violentado, isso de diferentes formas. Ao agir sobre esse corpo, socialmente pensado para ser escondido, o que se marca na fala da militante especialmente ao falar do *peso terrível* que é para a mulher ter de despir-se devido à *formação social*. Obrigar o corpo feminino a despir-se é uma forma de expô-lo, de expor a feminilidade dessa mulher. Inclusive a própria depoente faz uso da palavra *exposição* repetidamente para designar a nudez compulsória.

SD2:

[...] eu acho que você se sente exposto, você é exposto, você, enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira, **você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina, você está nu**, você está à mercê disso tudo [...] (Maria Aparecida Costa, 2013. Grifos nossos).

SD3:

[...] depois eles vieram me buscar. Aí foi aquele sofrimento, ele [referia-se ao companheiro] já estava com o rosto todo inchado, toda inflamada assim as costas, o

rosto todo inchado. Aí, **me penduraram no pau de arara, pelada, sem roupa**, e começaram a me dar choque. (Antônia Ribeiro de Magalhães, 2013. Grifos nossos).

Observando as sequências discursivas anteriores, percebemos que em ambas vêm a questão da feminilidade, do que é ser mulher. O Estado ditatorial constantemente agiu sobre pontos característicos do feminino, sobre o corpo dessas mulheres, não na intenção apenas de sufocar a resistência contra o regime, mas pela atuação delas. A questão residia no fato de “ser mulher” e se negar a ocupar um lugar historicamente seu, como nos mostram as SDs expostas e as que ainda estão por vir.

Nas SDs 1, 2 e 3, as militantes tratam sobre a nudez e a sua condição feminina, questões que estão interconectadas, marcadas especialmente pelas estruturas “a se despir”, “exposição”, “condição feminina”, “pelada”, “sem roupa”, “pela sua formação”. Vemos, então, reproduzir-se em suas falas um conjunto de práticas em que o corpo é pensado independente de quem possa ser essa mulher, de um corpo que precisa ser escondido para que, de fato, possa constituir-se enquanto mulher, sendo essa a formação ideológica a qual se vinculava o Estado.

O simples fato de nascer mulher já era suficiente para que a sociedade tecesse um sentido para ela e seu corpo, e tudo isso é discursivizado como se fosse natural, como fica evidente, especialmente, nas SDs 1 e 2 ao tratar sobre a *formação social* e a *condição feminina*, respectivamente. Naturaliza-se, assim, o modo como a sociedade concebe a mulher e seu corpo, desconsiderando suas características pessoais. Não se leva em consideração o fato de que “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define [ou deveria definir] a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino” (BEAUVOIR, [1949] 2016b, p. 11). O problema reside no fato de essa mulher militante não aceitar essa prévia definição do seu lugar social, de modo que é punida pelo regime então, sendo a nudez uma dessas maneiras. Ou seja, a construção dessa mulher, desse corpo pela sociedade brasileira, pela ditadura sintetiza-se em uma construção social, ou ainda, trata-se do trabalho do ideológico, como vemos nas palavras das sequências discursivas anteriores.

A nudez constituía-se, desse modo, em uma forma de humilhar ainda mais essa mulher. Em realidade, o Estado atuava justamente no que apresentava relação direta com a feminilidade, como é possível perceber, uma vez que, para a sociedade, o corpo de uma mulher “de verdade” deveria estar sempre encoberto, e isso era algo que atravessava a todas as mulheres, inclusive as militantes, como vemos nas palavras de Maria Aparecida Costa (SDs 1 e 2). Colling (1997) relata ainda, a partir de entrevistas com militantes homens, que mesmo também tendo passado pela nudez, é um fato que, no geral, não se menciona, não é algo que lhes pareça relevante, diferentemente da situação da mulher. Para eles, o que incomodava realmente era “a violência da venda, do capuz, lhes negando a visão, o contato visual com o local e o torturador” (p. 89), dado que “o homem é criado sem vergonha de seu corpo, e em várias situações, estritamente masculinas, desnudam-se na frente de outras pessoas” (p. 90), a exemplo dos banheiros coletivos.

Assim, deixar as mulheres despidas diante de agentes homens do regime tem relação direta com o processo ideológico configurado aí. Havia, então, a necessidade de mostrar-lhes quem, de fato, detinha o poder, exercendo diversos tipos de violência para marcar esses lugares.

É possível afirmar, com base na Análise do Discurso, que os sentidos presentes nas falas dessas mulheres, que trazem, conseqüentemente, a fala do sistema ditatorial, estão na ordem do repetível, significando afirmar que nem elas, nem mesmo o Estado são realmente “donos” desses dizeres, dessa forma de ler a feminilidade. Toda essa questão do encobrimento do corpo feminino é anterior a eles. Nos depoimentos, vemos tão somente a atualização desse discurso, quer dizer, temos a atualização de uma memória (COURTINE [1981] 2009), ou seja, um já-dito sobre esse corpo é recuperado e atualiza-se nessa “conjuntura discursiva”.

Entendemos que pôr em funcionamento determinada memória sobre/para o corpo da mulher, como o faz a ditadura militar, – memória esta plena de saberes patriarcais – é uma tentativa de silenciar outros possíveis sentidos para/por ele, pois, como bem sabemos, as mulheres militantes carregam o “gene da subversão”, forma como, muitas vezes, foram ditas pelo sistema. De tal modo, podemos dizer que essa tentativa de silenciar esses corpos tem relação com uma espécie de receio de perda de controle sobre os corpos femininos, uma vez que se esses corpos pudessem falar

livremente, representariam uma ameaça ao lugar ocupado pelo homem nesta sociedade.

Essa memória de encobrimento do corpo feminino vem à tona devido à ideologia, que trabalha tanto sobre o Estado, como sobre as mulheres, já que elas demonstram o constrangimento em seus dizeres ao falar sobre a exposição de seus corpos, como vemos nas SDs anteriores, mas especialmente na sequência 2, quando ela afirma estar “inteiramente nas mãos” do regime. Assim, o enunciado “o corpo da mulher não pode falar” acaba por vir à tona nessas falas, é como se fosse óbvio esse sentido para o corpo feminino, sendo a ideologia responsável por criar essa evidência de como deve funcionar esse corpo. Pêcheux ([1975] 2009a) já nos falava a respeito das evidências criadas pela ideologia. E pensando o corpo a partir dessas considerações pêcheuxtianas, entendemos que se causa a impressão de que o único sentido possível para esses corpos é o que está discursivizado em suas falas/seu agir.

Não há como não tratar, nessa perspectiva, a partir das SDs 1 e 2, da interpelação ideológica. Estamos diante de uma militante que se coloca em posição de contestar os padrões pré-estabelecidos, ecoando em suas práticas saberes da FD feminista. No entanto, ainda que essa mulher possa conhecer algumas questões, inclusive ela fala claramente sobre o “peso terrível” de estar nua diante de sua *formação social e ideológica*, não é possível deixá-la de lado simplesmente, ela não consegue livrar-se inteiramente da ideologia imperante. E essa imposição a coloca numa condição de sofrimento, assim como o fato de não seguir essa norma ao ser obrigada a despir-se: “você está nu, você está à mercê de tudo isso”, a repetição do pronome pessoal *você* aponta para o sofrimento que é estar naquela situação, que *estar nu* significa encontrar-se nas mãos de outra pessoa, chocando-se com o que aprendeu durante toda a vida. Apesar de lutar contra essa dominância, por vezes, acaba por reproduzi-la, visto ser por ela também perpassada.

Então, ainda que na SD1 tenhamos uma mulher filiada às ideias de liberdade e democracia, contestante do regime imposto, encontra-se, ao mesmo tempo, reproduzindo dizeres próprios da formação discursiva em que se inscrevia o sistema ditatorial, o que nos mostra a porosidade das fronteiras das FDs, pois estas não são fechadas nelas mesmas, mas estão em constante contato com outras FDs,

refletindo, por conseguinte, o constante processo de (re)configuração sob o qual se encontram. Tal fato demonstra a “impossibilidade de que encontremos um sujeito pleno, representante da ‘voz’ dominadora da FD à qual se identifica, e, ao mesmo tempo, como uma prova irrefutável da heterogeneidade que constitui essa formação e nos impede de limitar com precisão suas fronteiras” (COURTINE, 1981 *apud* DE NARDI, 2003, p. 74). Ou ainda, mesmo que elas rompam com determinados padrões – em que poderíamos citar o fato de irem à luta – acabam por reproduzir também os valores próprios do Estado no que tange à mulher, pois temos de levar em consideração que sobre elas também há o peso do trabalho da ideologia e do inconsciente, significando afirmar que essas duas ordens articulam-se de modo a determinar e condicionar suas práticas. Entendemos, por isso, que essas mulheres também se encontram atravessadas pelo discurso dominante, que as constituem historicamente, e desvencilhar-se de tais dizeres exige mais do que um desejo pessoal, exige, na verdade, um longo trabalho de desconstrução desses mesmos dizeres e seus efeitos sobre si.

Tomado como evidência, esse modo de conceber o corpo feminino, é uma forma de ocultar as reais condições de produção do discurso do regime militar. Quer dizer, o Estado justificava-se uma vez que essas mulheres não cumpriam com seus deveres enquanto mulheres no seio da sociedade, tornando necessária e justa, segundo palavras dos torturadores, a intervenção sobre esses corpos, a exemplo da *nudez* (SD 1, 2 e 3).

O Estado tinha consciência da maneira como atuava sobre as militantes. Não por um acaso, essas mulheres eram colocadas sem roupas em meio aos agentes do regime, que, no geral, eram homens, como mostra um fragmento de um dos depoimentos:

SD4:

[...] você já é recebido assim, com choque elétrico, com tudo que você tem direito, quer dizer, **pelo fato, inclusive, de ser mulher, a questão de ser mulher**, aí vocês estão falando da questão de gêneros, o simples fato, eu acho que você, você está no meio de **homens, só homens**, não? **Só homens que têm sobre você um olhar, como diria? É um olhar que te...** [...] (Maria Aparecida Costa, 2013. Grifos nossos).

Pensemos primeiramente nessa dificuldade em falar sobre esse *olhar* no fim da SD4, entendemo-lo como sendo um impossível de dizer. É tão significativa essa exposição do corpo, da sua intimidade que a militante nem mesmo consegue definir esse *olhar*, não há palavras para ele, há algo que não se diz; encontramos-nos diante do impronunciável ou do indefinível. Compreendemos, assim, que essa falta de palavras para descrever o que foi vivenciado está inscrito na ordem do indizível, do real, desse impossível que se inscreve na língua e no sujeito.

Chama-nos atenção o fato de a palavra *homem* aparecer repetidamente, marcando o impacto de ter sua intimidade, seu corpo exposto diante dos agentes estatais. O Estado, assim, buscava desestabilizar aquelas mulheres, criando situações bastante tensas. Seus corpos estavam ali completamente submissos, sujeitos à vontade do Estado, composto majoritariamente por homens, o que funcionava como uma espécie de “ensinamento”, fazendo ecoar o pré-construído *mulheres são inferiores aos homens*, e se são menores, é preciso que sejam tratadas como tal, cabendo aos agentes do Estado, “ensinar” seus “reais” locais dentro da sociedade brasileira. Como vemos, todo o universo da repressão é representado pelo masculino, que retoma também a voz do coronel Emídio ou mesmo de Ustra, o pai “bondoso” que se vê obrigado a corrigir a filha.

Há que se considerar também que o corpo discursiviza, que ele fala, que ele pode expor-se, como confirma Leandro Ferreira (2013, p. 77), ao afirmar que o corpo é “[...] uma linguagem [e] [...] uma forma de subjetivação”. No entanto, para um regime inscrito claramente em uma formação discursiva pautada nos dizeres patriarcais, permitir o falar do corpo da mulher seria algo impensável perto do que seria essencial, sendo este o corpo do homem (BEAUVOIR, [1949] 2016b). De tal modo que o primeiro passo do regime é justamente a tentativa de controle desses corpos capazes de subversão, seja isso pelo meio físico ou pela palavra, como nos mostram as SDs anteriores.

O Estado busca, então, deter essas militantes. O agir sobre o corpo é uma forma de tentar apagar essa ideologia materializada em seus corpos, é uma forma de buscar assujeitá-las completamente à formação ideológica sobre a qual se inscreve o sistema ditatorial. Em outras palavras, “mais do que objeto teórico o corpo comparece como dispositivo de visualização, como modo de ver o sujeito, suas

circunstâncias, sua historicidade e a cultura que o constituem” (LEANDRO FERREIRA, 2013, p. 78), assim o corpo feminino passa a ser lugar de intervenção do Estado, como forma de impedir a perpetuação de determinada formação ideológica.

De tal modo, não há como desconsiderar a inscrição do corpo na ordem do político, responsável pela “cena das forças políticas” (CORTEN, 1999, p. 38), o que está diretamente relacionado com o trabalho do ideológico. O Estado cria uma cena em que as mulheres são colocadas como inimigas, de modo que precisam ser expostas, como confirma a SD1 ao repetir a palavra exposição, e que precisam ter seus corpos “nas mãos” do Estado, “à mercê disso tudo” (SD2). É necessário, assim, atacar esse corpo, submetendo-o.

Além disso, no rastro ainda de Beauvoir ([1949] 2016b), é possível afirmar que o corpo é uma espécie de instrumento que auxiliará o sujeito a ler o mundo. Desse modo, limitando a forma de concepção da mulher, do seu corpo é uma forma, por conseguinte, de fazê-la enxergar-se menor diante do todo, garantindo o domínio da ideologia do patriarcado. É nesse sentido que o Estado ditatorial atua.

SD5:

[...] você estar absolutamente nas mãos de pessoas que **decidem sobre tudo, sobre o seu corpo, sobre a sua vida**, sobre o grau de dor que você deve ou não sentir, sobre aquilo que é mais ou menos eficiente, ou seja, você está absolutamente vulnerável, absolutamente na mão de outros que dispõem de você [...] (Maria Aparecida Costa, 2013. Grifos nossos).

A SD5 corrobora com o que falávamos. O Estado decidia sobre esses corpos. Não por um acaso a fala da militante anterior é marcada pela preposição *sobre*, marcando o fato de o Estado estar “por cima de”. À mulher cabia simplesmente aceitar, não havia direito ou lei que lhes amparasse naquele momento. Enquanto mulher não se tinha direito sobre aquilo que é exclusivamente seu, o corpo. Estava nas mãos do Estado o tecer de sentidos para/sobre o corpo feminino.

No fragmento anterior, assim como nas SDs 1 e 2, vemos a atualização da ideia de objetificação da mulher. Seu corpo não pode “ser”, de fato, ele é simplesmente coisificado. Seu corpo está para servir, resumindo-se a um objeto que

está a dispor do homem, cabe a ele decidir “sobre o seu corpo, sobre a sua vida, sobre o grau de dor que você deve ou não sentir”.

Em outras palavras, tratam-se de corpos atravessados por uma memória construída historicamente, em que a mulher é tomada de forma objetificada. Sendo justamente tal memória a responsável por permitir a produção intradiscursiva, uma vez que aparece no discurso sob a forma de pré-construído. Vemos nesses depoimentos que vários já-ditos a respeito do corpo feminino, relação direta com o que significa ser mulher na sociedade brasileira, fazem ecos no dizer/agir do Estado ditatorial sobre as militantes.

O Estado agia de forma bastante pesada, além das ameaças que as militantes sofriam, da tortura pela palavra, a questão da nudez – que por si só já se configurava como tortura física e psicológica –, falaremos agora na materialização propriamente dita dessa violência no corpo. Apresentaremos agora fragmentos de depoimentos que tratam diretamente da violência física também enfrentada pelas mulheres.

Olhando para esses depoimentos, há que se destacar que falamos aqui, apesar dos muitos pesares, de corpos que não se curvavam, por completo, à ideologia dominante. Falamos de corpos de luta, de resistência e, por consequência, de corpos torturados, isso fosse pela palavra ou fisicamente.

Observemos a seguinte SD:

SD6:

Raíssa (CNV) – Eles colocaram os fios na [trecho incompreensível].

Antônia – É um negócio que **eles colocam na gente**, aquilo puxa assim e dói.

Aquela coisa dóida.

Raíssa (CNV) – E foi **na vagina?**

Antônia – É. **Uma humilhação.**

(Antônia Ribeiro de Magalhães, 2013. Grifos nossos).

A SD3 e a SD6 permitem que tenhamos ideia da dimensão do que sofreram esses corpos por resistirem. Como modo de impedir que discursivizassem, a ditadura militar foi capaz de grandes crueldades, como nos mostram os mencionados fragmentos.

A sequência discursiva 3 fala-nos do *pau-de-arara*, prática constante nos tempos de ditadura. Como se não fosse suficiente tal situação, essa mulher ainda era colocada *despida*, objetivando diminuí-la de diferentes modos.

Na sequência 6, há o relato dos choques elétricos, outra prática bastante comum. E como se pode observar, escolhia-se pontos delicados do corpo, como a *vagina*, com vistas a deixar aquela mulher desestabilizada. É interessante de se pensar na localização, no porquê de ser justamente nos órgãos sexuais, pois, para além de uma questão física, tem relação também com a constituição daquele sujeito enquanto mulher, de expor por completa a sua intimidade.

Vemos configurar-se, na verdade, uma penalização por serem quem eram. Por contestarem o regime imposto, mas, especialmente, pela ruptura que representavam no que tange às regras socialmente estabelecidas. Por serem sujeitos ativos politicamente falando.

Entendemos que a forma como o Estado atuou sobre essas mulheres tem relação direta com o fato de não se limitarem ao espaço privado, o que significa afirmar que houve falha no funcionamento dos Aparelhos Ideológicos do Estado. Ou seja, as militantes não foram, digamos assim, plenamente atravessadas pela ideologia estatal, a ideologia do patriarcado, já que seus lugares não apresentavam ligação com a arena pública. E quando os AIE não funcionam, quando eles falham no processo de interpelação, entram em cena os Aparelhos Repressores do Estado (ALTHUSSER, [1971] 1980).

Desse modo, os agentes estatais buscavam docilizar esses corpos, como confirma Colling (1997), tornando-os frágeis, levando-os a compreender sua “verdadeira” função dentro da sociedade brasileira. O todo vivenciado por elas tinha como objetivo (re)inscrevê-las “em seus locais”, o que tem relação direta com o funcionar de uma memória de saberes patriarcais. Nas palavras de Pagu (*apud* Colling, 1997, p. 84), “o que eles queriam, na verdade, era atingir a mulher, era dizer que a mulher que se mete em atividades políticas ou em militância política é uma prostituta, dada a vícios”, devendo, por isso, ser penalizada.

A sequência discursiva posterior corrobora com o que falávamos anteriormente.

SD 7:

Eu, eu **fui particularmente torturada com choques elétricos**, eu não fui colocada no pau de arara, os meninos foram, mas eu fui essencialmente torturada com choques, com socos, pontapés, toalhas molhadas, choques com os pés dentro da água, é horrível. **Eu tinha o cabelo comprido, aí o cara enroscava assim, enroscava, enroscava, e depois puxava, até arrancar um chumaço**, e doía muito. (Izabel Fávero, 2013. Grifos nossos.).

Os saberes patriarcais estão estampados nas práticas do sistema ditatorial. Podemos falar que a forma como agiam sobre esses corpos, sobre essas mulheres configura-se como meio de calá-las. Afinal, conceber uma mulher que se negava à ideologia dominante era algo inadmissível. Como afirma Rago (2010, p. 171), os agentes atuavam assim sobre as militantes, porque, em realidade, temiam por esse lugar que ocupavam dentro da sociedade. Permitir, desse modo, que esses corpos discursivizassem “seria destruir seu próprio sentido de masculinidade”.

Nessas práticas, então, atualizavam o já-dito no que tange à questão da submissão da mulher em relação ao homem. Essa era uma das formas encontradas para fazer com que tal memória seguisse significando, buscando silenciar outros possíveis sentidos para esse corpo que teimava em resistir.

Assim, como nos dão indícios, especialmente, as sequências discursivas 6 e 7, atuava-se sobre os pontos-chave, segundo a ideologia dominante, como os seios, a vagina, o cabelo.

Atacar essas partes do corpo feminino configura-se em uma maneira de significar todos os velhos já-ditos sobre a mulher. É um forma de buscar detê-la ou até mesmo destruí-la, como ao arrancar os cabelos (SD7) ou aos choques elétricos, uma vez que resiste a se encaixar dentro de um modelo pré-estabelecido, em que à mulher caberia tão somente o privado.

SD 8:

[...] Minha amiga morreu no dia 17 de maio, em uma chacina em Goiás, essa Maria Augusta. **Eles mutilaram todo o corpo dela**. Eu não sei por que **eles têm mania de mutilar o seio das mulheres**, não é? Coisa horrível. (Lúcia do Amaral Lopes, 2013. Grifos nossos.)

Observando a SD8, fica bastante claro esse ódio destinado à mulher que não se inscrevia no “seu” lugar social. A tortura em si não era suficiente, as mulheres

militantes resistiam a se dobrar diante da formação ideológica do regime, plena de saberes patriarcais, antidemocráticos. E se não se curvavam, o caminho era seguir penalizando-as.

Na SD8, fala-se claramente sobre isso, ao falar a respeito da morte de uma das mulheres de luta. Essa mulher teve seu corpo mutilado por resistir, por não aceitar ser simplesmente mais uma reprodutora da ideologia a qual se filiava a ditadura militar brasileira, tendo, por isso, seu corpo destroçado, especialmente o seio, como chama atenção a depoente. Justamente o seio, uma das características mais marcantes do corpo feminino. Isso diz muito. Isso significa muito. Podemos afirmar que, como houve falha no processo de interpelação ideológica e no processo de repressão, optaram por agir de tal maneira. Afinal que mulher é essa que recusa o espaço privado?

Chama-nos atenção ainda outros dois pontos nessa sequência. Ao comentar a violência sofrida por sua amiga, Lúcia diz: Eu não sei por que eles **têm mania** de mutilar o seio das mulheres [...]. É interessante observar nessa fala o emprego do verbo *ter* no presente do indicativo quando teoricamente estaria referindo-se a um fato acontecido no passado, temos então um passado que acabou, mas que é falado como presente. Seus dizeres podem significar também uma atualização dessa prática: a ditadura acabou, mas essa “mania” segue sendo vigente. Além disso, existe o uso da palavra *mania*, que nos parece uma forma bastante suave para descrever o acontecido. Talvez falem palavras para dizê-lo ou toma-se uma palavra por outra.

As palavras da militante Maria Aparecida Costa (2013) corroboram com o que vimos discutindo. Ver uma mulher desviar daquele caminho pré-estabelecido para ela era motivo de grande indignação por parte do regime, ou, como relata a militante, “o fato de você ser mulher também, você percebe que é um, talvez uma raiva muito maior” (p. 7).

Olhar para essas sequências discursivas é possível dar-se conta do agir estatal sobre os corpos femininos. Vimos, assim, o Estado exercendo sua força sobre esses corpos, corpos que estavam expostos à violência devido ao fato de essas mulheres,

de alguma forma, não se ajustarem aos modelos impostos socialmente para elas, sendo, portanto, culpabilizadas pela violência sofrida.

4.2.3 A MULHER E A MATERNIDADE

Sob a ideologia em que vivemos, não há como pensar de forma separada a mulher e a maternidade, pois, no modo como esta sociedade encontra-se organizada, “[...] é a maternidade sua vocação ‘natural’ [...]” (BEAUVOIR, [1949] 2016b, p. 279). Faz parte do “ser mulher” parir, de maneira que não fazê-lo ou fazê-lo de forma distinta do “tradicional” constitui-se numa forma de ser menos mulher, visto que, como dissemos anteriormente, é um meio de opor-se à “ordem natural” dos fatos.

Como não poderia deixar de ser, já-ditos relacionados à mulher e ao ser mãe ecoam nas práticas do regime militar. A dificuldade em conceber uma mulher que se negasse a aceitar como destino único a maternidade mostra-se nos dizeres dos agentes do Estado, pois a militância exigia que a mulher saísse do espaço do privado e se dedicasse a outras atividades além das domésticas e familiares. Ou seja, ser mulher, mãe e militante significava ser mais uma vez subversiva, já que se colocava em xeque a imagem do feminino que pairava no imaginário social brasileiro.

As mulheres militantes, assim, são tomadas como desviantes por não se dedicarem plenamente ao que, segundo a ideologia patriarcal, nasceram para ser. Desse modo, foram duramente penalizadas, devido ao fato de contestarem, invadirem o espaço político, o espaço público, representando, por conseguinte, uma ameaça ao poder que era “legitimamente” do homem.

Os trechos recortados dos documentos da Comissão Nacional da Verdade ilustram o tratamento recebido por essas mulheres-mães de luta. A fala de Maria Amélia de Almeida Teles conta-nos muito a respeito:

SD1:

Numa dessas sessões, um torturador da Operação Bandeirantes que tinha o nome de Mangabeira ou Gaeta [...] eu **amarrada** na cadeira do dragão, ele se masturbando e jogando a porra em cima do meu corpo. Eu não gosto de falar disso, mas eu vejo a

importância desse momento de tratar a verdade e gênero pensando nessas **desigualdades entre homens e mulheres**, em que **os agentes do Estado, os repressores usaram dessa desigualdade para nos torturar mais**, de certa forma. De usar essa condição nossa. Nós fomos torturadas com **violência sexual, usaram a maternidade contra nós**. Minha irmã acabou tendo parto, tendo **filho na prisão**. [...] Nós sabemos o quanto a **maternidade**, o **ônus da maternidade**, que nós **carregamos**. (Maria Amélia de Almeida Teles, 2013. Grifos nossos).

Observando a SD1, Maria Amélia menciona o peso da maternidade para as militantes. A palavra *maternidade* aparece várias vezes em seus dizeres. Por meio da repetição, entendemos que estava buscando reforçar determinado sentido para a maternidade: nós sabemos o quanto a *maternidade*, o *ônus da maternidade*, que nós carregamos. Mas ao mesmo tempo em que fala desse ônus, causa a impressão também de que não consegue dizer esse ônus, falta um complemento, acaba ficando nesse “nós sabemos”, uma verdade compartilhada a que o locutor deveria ter acesso.

Nesse recorte ainda, a militante traz, de modo geral, o que vivenciaram nas mãos estatais. Primeiramente, chama atenção, como ela diz, das “desigualdades entre homens e mulheres”. É exposto por ela, então, que a condição de ser mulher e militante era a razão por estarem naquela situação, por serem “mais” torturadas, e nomeia a violência sexual, colocando as duas na mesma ordem. Em outras palavras, o regime começou a usar a maternidade e o sexo feminino contra elas, de modo que ser mulher e mãe passou a ser motivo de dor.

A SD2 também traz considerações importantes sobre a questão da maternidade.

SD2:

É claro que, psicologicamente, na hora que você é preso, você é afetado. [...] através do serviço de análise da repressão, que começa a tentar detectar onde você é mais forte. E aí, óbvio, **a maternidade pesa**. Tanto quando eu estava grávida, como para as pessoas que tinham filhos. E **se ameaçavam os filhos**, como forma de abater o ânimo, a disposição daquela pessoa. (Criméia Schmidt de Almeida, 2014. Grifos nossos).

Na sequência anterior, a militante fala diretamente do peso que é a maternidade, faz uso inclusive do adjetivo *óbvio* – ou seja, aquilo que é evidente, que está claro –, dando destaque àquilo que sobre ela *pesa*. Em seguida, é tecida uma espécie de comparação, ao utilizar a estrutura “tanto como”, entre as mulheres

que estavam grávidas e aquelas que já tinham filhos, do quão sofrido era aquela situação para elas, pois ser mulher, mãe e militante era visto como um desvio a partir do lugar onde esse Estado estava inscrito. Olhando para a SD2, compreendemos, dessa forma, que o que se atacava não era simplesmente a maternidade, mas justamente o fato de serem mães e militantes. E o porquê disso? Segundo a ideologia estatal, a mulher nasce destinada à maternidade, o que significa afirmar total dedicação aos filhos, abrindo mão, muitas vezes, das suas próprias questões em prol da família, isto é, a mulher militante era vista como desviante do seu caminho, desse modelo ideal de ser mãe. Assim, não se questionava a maternidade em si, o atuar estatal faz trabalhar o materno e a maternidade a partir de alguns sentidos que desqualificam a mulher sempre que ela não cuidar do jeito “certo” de sua prole. Nessa perspectiva, podemos dizer que se trata de não se meter onde não se deve, na militância. E se ela erra, também seus filhos serão punidos, “como forma de abater o ânimo, a disposição daquela pessoa”. É como se os filhos funcionassem como uma extensão do corpo da mãe e trabalhava-se sobre eles a punição como forma de ferir ainda mais esse sujeito já maltratado. Sabemos, entretanto, que houve casos semelhantes com pais, todavia sob a mulher pesava a responsabilidade de “ter exposto” os filhos a essa violência, como se ela, por ter rompido com os já-ditos relacionados a ser mãe, sendo considerada desviante, tivesse provocado a ira sobre eles³³.

A fala de Eliane Bellini também evidencia o que falávamos.

SD3:

E a ameaça maior na Operação Bandeirantes e, depois, também no DOPS, era de pegar minha filha. Eles [os agentes da repressão] **usavam muito** [esse tipo de ameaça]. **De pegar.** Inclusive porque eles tinham algumas empresas que eram muito ligadas com eles, né? Então, tinha a Supergel, que era a que fornecia comida congelada [...] E outra era a Troll. **Eles diziam que iam usar os instrumentos de tortura da Troll com a minha filha. Eu tinha pavor** (Eliane Bellini Rolemberg, 2014. Grifos nossos).

A SD3 reforça esse trabalho estatal sobre as mães e os filhos. O temor, a dor que as mães sentiam é nítida em seus dizeres, quando fala, por exemplo, dessa *ameaça maior*, o que significa dizer que eram ameaçadas de outras formas,

³³ É interessante pensar ainda como isso se repete na violência doméstica. Não raro os homens agredem os filhos para atacar as mulheres, ou seja, os filhos acabam funcionando como uma extensão do corpo dessa mãe.

entretanto o adjetivo *maior* aponta para algo que superava as demais, uma ameaça direcionada diretamente aos seus filhos: *a ameaça maior [...] era de pegar minha filha*. Outro ponto relevante é especialmente o emprego do substantivo *pavor* por Eliana, revelando o que o regime causava nessas mães e como isso era realizado.

Na SD4, vemos também as ameaças sobre os filhos.

SD4:

Um dia, eles me levaram para um lugar que hoje eu localizo como sendo a sede do Exército, no Ibirapuera. **Lá estava a minha filha de um ano e dez meses, só de fralda, no frio. Eles a colocaram na minha frente, gritando, chorando, e ameaçavam dar choque nela.** O torturador era o Mangabeira [codinome do escrivão de polícia de nome Gaeta] e, junto dele, tinha uma criança de três anos que ele dizia ser sua filha. Só depois, quando fui levada para o presídio Tiradentes, eu vim a saber que eles entregaram minha filha para a minha cunhada, que a levou para a minha mãe, em Belo Horizonte. Até depois de sair da cadeia, quase três anos depois, eu **convivi com o medo de que a minha filha fosse pega** (Eleonora Menicucci de Oliveira, 2010. Grifos nossos).

Eleonora relata as ameaças à sua filha. Chama-nos atenção primeiramente a idade da criança, em seguida, ela destaca o fato de que estava apenas de fralda e fazia frio, o que vem marcado pelas partículas “só” e “no”, respectivamente, e separadas por vírgula, intensificando o que relatava. Em seguida, faz uso do gerúndio para descrever a forma como a filha estava: *gritando, chorando [...]*, o que indica uma ação contínua, demonstrando o estado que a criança estava e que nem mesmo isso impediu o agir dos representantes estatais.

Outro ponto relevante na SD4 é o fato de que ao lado do torturador havia outra criança, dita sua filha. Tecia-se, assim, uma comparação entre as duas crianças, entre a situação de cada uma delas. Isto é, toda aquela situação vivenciada pela filha da militante era posta ali simplesmente como culpa da mãe, porque a criança configurava-se como parte do corpo da militante, se ela cuidasse “corretamente” da filha, se estivesse do “lado certo”, como o escrivão encontrava-se, sua filha também estaria em boas condições como a dele.

Ela fala claramente também sobre o medo – o que é bastante comum na fala das militantes –, inclusive depois de ter saído da prisão. Quando entra a questão da maternidade, elas nem mesmo pensam naquilo que estavam vivenciando ali, mas

apenas no que seus filhos estavam passando ou poderiam vir a passar, uma vez que eram constantemente ameaçados.

Rosemary Nogueira é exemplo de outra mãe que compartilhou do sentimento das anteriores, como demonstram as SDs 5, 6 e 7.

SD5:

[...] E ele falou para mim: “Qualquer movimento...” Mas não assim, apontando, acho que estava no bolso dele, sei lá. “Escreve aí...” ele falou: “... e **dá tchau para o moleque.**” **Não tem dor maior.** (Rosemary Nogueira, 2013. Grifos nossos).

SD6:

Até hoje para mim é tão complicado esse momento, porque eu não queria e ele estava naquele cestinho que a gente carregava assim, que chamava Moisés, hoje em dia não vejo por aí. E eu abracei ele, e ele falou: “**Despede do moleque logo.**” **Ele chamou de moleque,** então não tem, não sei dizer para você, e tudo o que eu queria era ter filhos, adoro ser mãe até hoje. Fomos para o DOPS [...]. (Rosemary Nogueira, 2013. Grifos nossos).

SD7:

[...] eles falaram que iam levar meu filho para o juizado de menores, na hora da prisão eu falei: “**Então eu não vou.**” “**Vocês tão presos e o menino vai para o juizado**” (Rosemary Nogueira, 2013. Grifos nossos).

As sequências discursivas anteriores falam sobre a separação compulsória de mãe e filho. Como se percebe, a militante repete a história em diferentes momentos da sua fala, o que marca a forma como essa separação afetou-a. Novamente, o filho aparece como parte da mãe, de modo que separá-los seria causa de dor para ela. Nas SDs 5 e 6, especialmente, aparece a palavra *moleque*, empregada pelo agente da ditadura como forma de atingi-la ainda mais, dado que possui uma carga de sentido negativa. Entra aí o jogo do ideológico. Esse agente, para agir, toma como base aquilo que todos conhecem como *moleque*, ou seja, parte-se das evidências produzidas pela ideologia, sendo esta a responsável pelo que “[...] uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’” (PÊCHEUX, [1975] 2009a). A militante, assim, sente-se afetada pelos dizeres estatais, inclusive, na sequência 6, ela aparece mais de uma vez, evidenciando o efeito que o emprego de *moleque* causou na militante ao referir-se à criança.

Quando chegamos à SD7, essa separação é posta em destaque de novo. Rosemary fala mais de uma vez sobre o fato de que seu filho seria levado ao juizado na mesma sequência. Vemos aí o falar da maternidade fortemente, singularmente,

quando ela desafia o agente ao afirmar que não iria caso o filho dela fosse levado, de fato, para o juizado.

Olhar para essas mães-militantes é compreender que a ideologia está sujeita à falhas no seu processo de interpelação. Diante dessa citada falha, o Estado optou por fazer uso dos seus Aparelhos Repressores (ALTHUSSER, [1971] 1980), torturando essas militantes de diferentes maneiras. Seus filhos, seus corpos, suas mentes, suas feminilidades foram alvos constantes dos agentes ditatoriais.

SD8:

Agora, eles brigavam, **me xingavam**. Eu era muito magrinha, ainda sou. E diziam: “Onde já se viu, **acabou de parir e tem esse corpo?** É porque ela é uma **vaca terrorista**.” [...] E aí, começaram a me chamar de Miss Brasil, porque tinha uma vaca de verdade, leiteira, que ganhou um prêmio [...] (Rosemary Nogueira, 2013. Grifos nossos).

SD9:

Eu que falo... desculpa. Aí uma vaca ganhou, chamava Miss Brasil, vaca, e ganhou um prêmio. Um daqueles caras, chamado Tralli, trouxe o jornal que **mostrava a vaca e rasgava o jornal assim e passava em mim. Outra coisa é que eles me tiravam a roupa**. De todas, eu acho que não só de mim (Rosemary Nogueira, 2013. Grifos nossos).

SD10:

[...] veio o enfermeiro logo depois para me dar **uma injeção para cortar o leite**, porque esse Tralli dizia que leite atrapalhava ele, essa foi também uma das coisas horríveis, porque enquanto você tem o leite você está ligada com o seu filho, aí me deram **uma injeção à força**, eu não quis tomar, virei, empurrei, mas eles deram aqui na coxa, na frente, uma injeção aqui mim (Rosemary Nogueira, 2013. Grifos nossos).

Olhando para as sequências anteriores, o primeiro ponto a emergir é o fato de que a militante distanciava-se do seu papel de mãe. Afinal, *onde já se viu* (SD8) ter acabado de parir e estar ali ocupando um lugar que não lhe pertencia? A estrutura em destaque coloca em evidência a forma como o Estado brasileiro concebia a mulher-mãe, que certamente não tinha relação alguma com militância e política. Vem à tona, então, o xingamento *vaca terrorista*, numa tentativa de desqualificá-la, uma vez que esse adjetivo, como já discutimos, é usado com o objetivo de classificar o comportamento da mulher como imoral, aparecendo não apenas na sequência 8, mas também na 9. Além disso, o fato de ser comparada a uma vaca tem a ver também com o fato de que estava amamentando, de modo que acabou recebendo uma injeção para cortar a produção de leite, mais uma forma de puni-la por não ser como gostariam, como demonstra a SD10, pois era uma forma de separá-la ainda

mais do filho. A partir de uma concepção já-dada de mulher, de maternidade agem esses representantes estatais. O fato de essas mulheres não apresentarem o “comportamento ideal” dava-lhes liberdade para tratá-las como julgassem adequado, daí advém a exposição do corpo, os xingamentos, e as tantas outras torturas. E as mulheres sentiam-se, obviamente, atingidas por isso. Ainda na SD8 percebemos que a militante está elencando aquilo que com ela faziam: brigavam, xingavam, demonstrando que aquelas eram práticas corriqueiras naquele meio.

Chama atenção novamente a exposição do corpo. Outra vez, vemos o corpo sendo usado como meio de tortura, sendo sempre atacado, exposto, punido por ser quem ela é, por “ousar pensar e ousar se revoltar”, como nos mostra a SD9. Claramente esse corpo exposto constitui-se numa forma de atacar a feminilidade dessa que recusa seu lugar no sistema.

Entendemos, assim, que ser mulher, mãe e militante era inconcebível, é como se tivessem que escolher entre uma coisa ou outra. O Estado, a partir do lugar onde se inscrevia, compreende-a como estando num lugar impróprio, numa espécie de distorção do que seria o materno, a maternidade, o que justificava a punição aplicada a ela e a seus filhos, tomados como parte dela.

4.3 A MULHER NO BRASIL DE HOJE

Olhando para o discurso do Estado brasileiro nos tempos de ditadura militar, percebemos a existência de tratamento diferenciado conforme o gênero do sujeito militante. As sequências discursivas anteriormente analisadas mostram-nos que tal diferença encontrava-se diretamente relacionada ao papel que essas mulheres assumiam para si, o papel da resistência e da luta, significando afirmar que se negavam a ocupar o lugar para o qual eram previamente destinadas, segundo a formação ideológica na qual se inscrevia o Estado.

Vemos um Estado inscrito numa formação discursiva onde circulam saberes patriarcais. Uma mulher que ousasse sair do privado, invadindo o espaço da política, o espaço público era inconcebível. As militantes, assim, resultado da falha do assujeitamento à ideologia dominante, precisavam ser ensinadas como “ser mulher”

nesse sistema, o que se dava, especialmente, a partir dos Aparelhos Repressivos de Estado (ALTHUSSER, [1971] 1980).

Diz-se, no entanto, que muitas mudanças deram-se após os 21 anos de regime militar no Brasil. De fato, algumas conquistas são inquestionáveis. A Constituição Federal de 1988 constitui-se num dos acontecimentos, discursivamente falando, que marcaram o processo de redemocratização. Mas pensemos, especificamente, na situação das mulheres.

Consideremos o atual momento do Brasil. Acompanhando os canais de notícia, vemos que os números de violência contra a mulher não param de crescer. Tomemos como referência o estado de Pernambuco. Em 2017, a Secretaria estadual de Defesa Social, registrou 33.188 mulheres vítimas de violência doméstica e familiar³⁴, número que ultrapassa as estatísticas de 2016, isso sem contar com os casos não notificados.

Chama-nos atenção, no entanto, que muitas dessas mulheres, antes de serem mortas, recorrem aos Aparelhos Estatais em busca de proteção. Mas, normalmente, a medida protetiva, quando é expedida, demora algum tempo para ser colocada em prática, dando espaço para que o agressor possa agir novamente. Sem contar o fato de que os próprios agentes estatais buscam convencê-las a não seguir com a denúncia. Exemplo de tal situação é a morte da estudante de Pedagogia da UFPE Remís Carla Costa, morta pelo ex-companheiro e pela negligência do Estado brasileiro, como relatou uma de suas amigas³⁵.

³⁴ Dados retirados da página da Secretaria de Defesa Social de Pernambuco. Disponível em: <<http://www.sds.pe.gov.br/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

³⁵ O caso de Remís configura-se em mais um feminicídio. Segundo relato do *Jornal do Commercio online*, ela desapareceu no dia 17 de dezembro de 2017, sendo seu corpo encontrado aproximadamente uma semana depois, próximo à casa do ex-companheiro, que acabou assumindo o crime. Todavia, no mês anterior, ela havia buscado ajuda junto à Polícia, dado que havia sofrido agressão, injúria e ameaça. Mas seu pedido foi negligenciado. Este fato, no entanto, não constitui nosso *corpus*, é mencionado aqui para mostrar a relevância de tratar a respeito do assunto, uma vez que, infelizmente, a violência vivenciada pela mulher é algo constante no Brasil. E nós precisamos falar sobre isso.

Esse, entretanto, não é o único caso em que as mulheres recorrem ao Estado e acabam tendo a situação posta ao avesso. São sempre elas que têm suas vidas expostas, são questionadas e, quase sempre, recebem a culpa por terem sido vítimas da violência.

É interessante pensar, assim, a respeito da culpabilização da mulher nessas situações em que ela é, em realidade, vítima. Podemos afirmar que existe o trabalho da ideologia nessa situação, dado que o sujeito feminino é tomado como um ser que está para servir ao masculino, de modo que dificilmente os integrantes da sociedade enxergarão de forma diferente em meio a esta conjuntura. Entendemos que essa culpabilização aparece como um efeito dessa ideologia, tomada aqui como dominante.

Outro exemplo de como fatos distintos tomam rumos não muito diferentes foi um caso acontecido no estado do Rio Grande do Sul, julgado no município de Júlio de Castilhos, no ano de 2014. Em tal ocasião, uma menor de 14 anos foi estuprada pelo próprio pai e acabou engravidando, crime confirmado tanto por testemunhas, como por exame de DNA, segundo o Acórdão. E como se não bastasse toda a violência vivenciada pela menina dentro de casa, a forma como é tratada pelos agentes estatais configura-se, para nós, também como uma violação.

Na leitura do documento, o primeiro ponto que desperta a atenção são os dizeres da juíza para a menina:

SD1:

[...] tem uma acusação aqui contra o J. L. S, **ele é teu pai?** Diz aqui que entre o mês de janeiro de 2011 até o mês de outubro de 2012, por várias vezes, ele **teria** te estuprado. Inclusive, tu já foi ouvida e **foi autorizado o aborto** em relação a isso. Eu queria que tu contasse o que aconteceu, **se é verdade isso**, como tudo aconteceu, até porque **teve uma morte também né, foi autorizado um aborto**, que foi feito em Porto Alegre [...].

(Grifos nossos)

Observando a sequência discursiva 1, extraída do documento anteriormente citado, entendemos que, na voz da juíza, ecoam os saberes de uma formação discursiva relacionada ao patriarcado, regulando todo seu dizer. Ao longo de toda

chegou-a-fazer-publicacao-em-busca-de-remis-em-redes-sociais-321342.php>. Acesso em: 16 jan. 2018.

essa SD vemos significar enunciados da ideologia dominante, como mostraremos adiante.

É interessante pensar primeiramente que a mulher vítima de violência praticada pelo homem é sempre muito questionada, sua palavra nunca é suficiente para que acreditem no que coloca. A SD1 mostra-nos que esse fato também é ilustrado no caso em questão. Os dizeres da vítima são sempre colocados em dúvida. Ao mencionar o crime praticado pelo pai, a juíza faz uso do verbo conjugado na condicional/no futuro do pretérito do indicativo: *ele teria te estuprado*. Ou seja, trata-se de uma incerteza, de algo que poderia ter acontecido, mas não necessariamente aconteceu. Esse tempo verbal não está posto aí aleatoriamente. Há um não-dito que fala por meio dele, essa estrutura é escolhida porque no dito a magistrada não poderia simplesmente afirmar que nada aconteceu, que a palavra da vítima não tem valor. O uso desse tempo, então, acaba por produzir um efeito de suspeição sobre a vítima e sua palavra apesar das provas. Além disso, entendemos também que se trata de um recurso retórico para proteger a juíza com relação aquilo que afirma, por ser algo que ainda estava sendo investigado, não podendo chegar e acusá-la no dito.

Outro fato que corrobora com o que vimos discutindo, foi um caso de violência moral-sexual acontecido dentro do transporte público de São Paulo, em setembro de 2017. Segundo a vítima, ela encontrava-se sentada dentro de um ônibus quando um homem simplesmente ejaculou sobre sua perna. Diante da situação posta, o motorista do veículo parou em busca da Polícia, que encaminhou o abusador à delegacia.

Como nos expõe a sequência 2, recortada do Termo da Audiência de Custódia, mais uma vez, vemos os verbos empregados na condicional, mesmo havendo testemunhas oculares e a vítima tendo relatado o acontecido. É um discurso que coloca a vítima numa situação de suspeição, parecendo-nos que ela tende a desacreditar do que viveu.

SD2:

Consta que o indiciado **estaria** dentro de um ônibus e **teria** colocado seu pênis para fora da calça, masturbando-se e ejaculando em cima de uma passageira, que se surpreendeu e gritou, chorando.

Nada na fala dos magistrados está por um acaso. Toda estrutura empregada corrobora com o sentido que, pelo discurso, é tecido. Por isso, precisamos considerar “o funcionamento linguístico (ordem interna) e as condições de produção em que se realiza (ordem externa)” (LEANDRO FERREIRA, 1999, p. 64), aí reside a importância de estar atento ao tempo verbal empregado e conhecer o histórico da mulher no Brasil, auxiliando-nos a compreender o que se busca apagar, mas que também faz-se presente nas sequências discursivas 1 e 2.

Essa não credibilidade à fala da vítima aparece também quando a juíza, na SD1, emprega: *se isso é verdade*. Primeiro, ela pede para que a menina conte sobre o crime, em seguida faz uso dessa oração subordinada adverbial condicional, que coloca em xeque toda a situação de violência vivenciada. Não há como desconsiderar, então, a relevância da sintaxe no que tange à configuração do discurso, uma vez ser a organização sintática fundamental no tecer do(s) sentido(s), segundo Leandro Ferreira (*op. cit.*).

Mas, como sabemos, todo discurso inscreve-se na ordem da repetibilidade. Logo, os saberes presentes na fala dos magistrados são anteriores a eles e aos seus dizeres, os sentidos que ali emergem foram ditos num outro lugar, pois “quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam” (ORLANDI, 1999, p. 35).

As SDs 1 e 2, assim, mobilizam dizeres próprios de uma memória patriarcal, o que nos leva a afirmar que os enunciados empregados pelos magistrados são históricos, fazendo-se presentes devido ao trabalho dos Aparelhos Ideológicos de Estado (COURTINE, [1981] 2009), responsáveis por definir o que é atualizado no enunciado em evidência e o que precisa ser esquecido, neste caso, respectivamente, a mulher como culpada pelo acontecido e toda a situação de vulnerabilidade na qual a menina encontrava-se nas mãos de um homem, na circunstância da sequência 1, e a forma como a mulher é concebida historicamente neste país.

Compreendemos, nesse sentido, que essas formulações, como quaisquer outras, de acordo com Courtine (*op. cit.*), encontram-se relacionadas a uma série de outras formulações já-ditas, que vão atualizando-se nos dizeres das sequências discursivas 1 e 2. Assim, em meio à discursivização, uma memória em que a mulher é normalmente culpabilizada pela violência sofrida é reciclada no discurso dos representantes estatais, fazendo-nos falar no denominado efeito de memória, isto é, há o retorno de um já-dito que se atualiza nessas conjunturas discursivas.

Pensando na culpabilização da mulher pela violência, não há como desconsiderar o discurso do Estado em tempos de ditadura. Como ilustra nossa análise, tudo o que foi vivenciado pela mulher, segundo os agentes do regime, tinha relação com o próprio comportamento delas, por terem escolhido um “mau” caminho, como afirmou o coronel Emídio para uma das militantes. Ou seja, olhando a fala dos magistrados nas sequências 1 e 2, não é possível deixar de vê-las como uma nova roupagem àquilo que já era dito pela ditadura.

No entanto, algo que nos desperta a atenção é o fato de que agora, na SD 1, temos uma enunciativa mulher, enquanto na época do regime tínhamos basicamente homens. Tal fato evidencia o trabalho da ideologia, pois mesmo a juíza sendo também do sexo feminino, o que significa estar vulnerável a todo tipo de violência de gênero, ela acaba reproduzindo saberes que perpetuam uma formação ideológica pautada nos interesses patriarcais. Isto é, a ideologia patriarcal ainda nos dias de hoje é dominante, de modo que não há como deixar de ser atravessado por ela. A juíza, por exemplo, é perpassada por essa ideologia sem necessariamente perceber o processo de reprodução que se dá por meio da sua fala, acabando por funcionar como uma espécie de motor dessas práticas (PÊCHEUX, [1975] 2009a).

Ainda sobre a perpetuação da ideologia patriarcal, na SD1, a juíza trata sobre o aborto realizado. É interessante pensar que, mais uma vez, a ideologia dominante faz-se presente quando a enunciativa fala a respeito. Referindo-se ao aborto, afirma que houve uma morte: “porque **teve uma morte também né**”. E sempre trabalhando de modo a culpabilizar a vítima, como se a responsabilidade pelo acontecido fosse dela. Em sua fala, não se considera o fato de que estava tratando com uma menina menor de 14 anos, vítima de violência sexual durante um longo período dentro da própria casa e que acabou grávida. Era um direito dela a

realização desse aborto, visto que não tinha condição de levar essa gestação até o final por muitos motivos, além de ser algo garantido pela legislação brasileira, segundo o artigo 217-A do Código Penal. Assim, todo o sofrimento da menina é negligenciado. É como se a juíza produzisse uma espécie de reversão: a vítima passa a ser acusada.

Tratando ainda sobre o aborto, esse fato emerge diversas vezes também na fala do promotor do caso.

SD3:

Tu fez eu e a juíza **autorizar um aborto** e agora tu te arrependeu assim?

SD4:

[...] **tu teve coragem de fazer o pior, matou uma criança**, agora fica com essa carinha de anjo, de ah... não vou falar nada [...]

SD5:

Tu não tem que querer, **tu fez a gente matar uma pessoa**. Tu vai dizer o nome desse cara. Quem é esse cara?

SD6:

[...] Vamo A. além de **matar uma criança** tu é mentirosa? Que papelão heim? Que papelão [...].

SD7:

[...] tu pode abrir as pernas e dá o rabo pra um cara tu tem maturidade, tu é auto suficiente, e pra assumir uma criança tu não tem?

SD8:

[...] tu é criminosa [...].

(Grifos nossos)

Em todas as sequências discursivas extraídas da fala do promotor, a culpabilização da vítima é algo constante. Joga-se tudo sobre os ombros da menina; isso fica nítido se atentarmos para o tempo verbal em uso e a forma de tratamento que se impõe com uma força enorme sobre a vítima, “tu fez”, “tu teve”, “tu pode” (SDs 3 e 5, SD4, SD7, respectivamente): o promotor não duvida, nem pergunta, ele afirma, e sobre ela pesam todas as culpas, o que o diferencia da juíza, quem emprega o futuro do pretérito, produzindo o efeito de suspeição sobre sua verdade, para acusá-la não diretamente. E tudo isso é feito de forma bastante direta. Por trás dos dizeres do promotor, há uma memória discursiva plena de saberes patriarcais que faz com que um pré-construído em que a vida do sujeito do sexo feminino tem

sempre menos valor irrompa em seus enunciados. Claramente, em momento algum, seja na fala do promotor (SDs 3, 4, 5, 6, 7 e 8) ou na SD 1, existe preocupação com os riscos que a vítima corria levando a gestação adiante, dado ser bastante jovem. A todo instante, fala-se na *morte* de uma criança/pessoa como meio de convencê-la a assumir uma culpa que ela não possui; podemos falar, então, na culpabilização pelo ato sexual em si. É como se o próprio corpo fosse culpado, porque está aberto³⁶. Chama-nos atenção a forma vulgar e violenta como fala de uma menina que é objeto de violência, é como se ela desejasse ser.

Mas por trás dessa questão do aborto, há também outras memórias significando. Diante dessa necessidade de enfatizar o acontecido, em todas as sequências discursivas anteriores reverbera um enunciado em que as mulheres são objetos dos homens. Por mais que o aborto em determinados casos seja um direito, ela é sempre punida por isso, porque, em realidade, seu corpo não lhe pertence, seu corpo está para servir ao homem. Entretanto, isso pode significar apenas pelo não-dito.

Lembrando, mais uma vez, o crime acontecido no transporte público de São Paulo, nas falas do juiz, ecoa também esse pré-construído em que as mulheres não têm direito aos seus corpos, como vemos abaixo:

SD8:

O Ministério Público se manifestou pelo relaxamento do flagrante.

SD9:

O crime de estupro tem como núcleo típico constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso.

SD10:

[...] Entendo que **não houve o constrangimento, tampouco violência** ou grave ameaça, pois a vítima estava sentada em um banco do ônibus, quando foi surpreendida pela ejaculação do indiciado.

Como dizer que não houve constrangimento diante de toda essa situação? O que significa nessas SDs é o fato de que o corpo feminino está tão somente para satisfazer os desejos masculinos. Desconsidera-se completamente tudo o que aquela mulher vivenciou. Desse modo, não há como deixar de afirmar que o Estado

³⁶ Conclusão tomada a partir das considerações da professora Fabiele Stockmans De Nardi.

é conivente com tudo isso. O homem comete o crime, a mulher o denuncia, mas a Justiça afirma que está tudo bem. A situação é tão grave que em situações semelhantes encontram-se uma série de justificativas para as atitudes masculinas. Nesse caso, emergiu o velho enunciado de que o indivíduo sofre com problemas de ordem mental, a exemplo da materialidade seguinte.

SD11:

[...] pelo exame da folha de antecedentes do indiciado, verifica-se que **tem histórico desse tipo de comportamento, necessitando de tratamento psiquiátrico e psicológico** para evitar a reiteração de condutas com esta [...].

Esse homem já tinha cometido várias vezes o mesmo crime, todavia ainda seguia nas ruas. Não por um acaso, na mesma semana, como atestam os jornais, voltou a cometê-lo. Encontramo-nos, assim, diante de um problema que é, em realidade, de ordem social. Os homens são educados dessa forma e as leis são pensadas por esses mesmos homens; por isso, esses enunciados da Justiça encontram-se perpassados por esses saberes machistas e, por conseguinte, é nesse lugar que o Estado brasileiro encontra-se inscrito.

Não há como deixar de mencionar o corpo da mulher militante em meio ao regime militar, e traçar uma analogia com o hoje. O corpo feminino, como vimos nas SDs recortadas da CNV, assim como nas que estão aqui expostas, tem seus sentidos tecidos desde o nascer da menina (PERROT, 2003). Ela mesma não possui direito ao próprio corpo. São sempre os outros a decidirem por ela. O Estado tem papel importante nisso, uma vez a existência dos aparatos legais para punir essa mulher que ousa decidir sobre si, dando-nos indícios de onde se encontra esse Estado.

Seguindo ainda essa ideia de objetificação da mulher, quando, por exemplo, na SD10, o juiz afirma que “*não* houve constrangimento” ou nas tantas vezes que se marca a questão do aborto na SD1, em que o substantivo *aborto* aparece mais de uma vez e ainda utiliza-se a palavra *morte* para intensificar, na intenção de convencê-la que era algo que não poderia ter sido feito, que o seu corpo não lhe pertence. É preciso lembrar que, no não-dito, ouve-se também a voz do capitalismo neoliberal nessa constante tentativa de controle sobre o corpo feminino, enfatizando esse não-direito da mulher. Queremos dizer com isso que para esse sistema manter-

se de pé, existe a necessidade de trabalhadores. E o corpo feminino é o responsável por gerar esses trabalhadores, por isso o *aborto* é sempre muito mencionado na fala da juíza (SD1) e nas falas do promotor (SDs 3, 4, 5, 6 e 7), o que significa afirmar que o corpo da mulher converte-se numa máquina de produção de trabalhadores, de acordo com a historiadora Federici (2017)³⁷. No entanto, “não seria possível obrigar diretamente a mulher a parir: tudo o que se pode fazer é encerrá-la dentro de situações em que a maternidade é a única saída; a lei ou os costumes impõem-lhe o casamento [e] proíbem [...] o aborto [...] (BEAUVOIR, [1949] 2016a, p. 89). Ou seja, o Estado vai instituindo “leis e práticas para penalizar o aborto, para criminalizar todas as tentativas que fazem as mulheres para controlar seus corpos” (*op. cit.*).

A ideologia do capital, assim, ideologia a qual o Estado brasileiro filia-se, está a decidir constantemente sobre os corpos das mulheres, sobre suas vidas, isto é, a forma como o sistema estabeleceu-se não possibilita que haja reprodução sem que haja esse controle sobre as mulheres. Desse modo, toda a questão de gênero é perpassada pela luta de classes, manifestando-se na língua (PÊCHEUX [1975] 2009a). No entanto,

Parece mais fácil imaginar o “fim do mundo” que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o “real” que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global... Assim, pode-se afirmar categoricamente a existência da ideologia *qua* matriz geradora que regula a relação entre o visível e o invisível, o imaginável e o inimaginável, bem como as mudanças nessa relação (ŽIŽEK, 1996, p. 7).

Tratando ainda sobre o controle das mulheres pelo Estado, lembremos o surto de estupro acontecido no estado de Pernambuco em 2016. Diante de tal situação, a Polícia Militar publicou um texto destinado às mulheres, intitulado *Dicas de segurança e comportamento* – conhecido como *cartilha antiesturpo* –, corroborada

³⁷ Entrevista da historiadora italiana Silvia Federici concedida a *Opera Mundi* a respeito do lançamento de seu livro *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/geral/48536/corpo+da+mulher+e+ultima+fronteira+de+conquista+do+capital+diz+historiadora+italiana+silvia+federici.shtml>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

pela fala do então governador de Pernambuco, em que “orientava” a forma como as mulheres do estado deveriam atuar. Observemos.

SD12:

- Evitar andar ou ficar dentro de veículos nos locais de risco, nas ruas e avenidas de baixa circulação de pessoas, mal iluminadas e com problemas de infraestrutura;
- Desviar de edificações e terrenos abandonados;
- Antes mesmo de entrar no carro para dirigir ou assim que descer do veículo, observar o entorno do estacionamento e local de parada. Se observar a presença de suspeitos, seguir em frente e acionar a polícia através do 190;
- Nas saídas sociais, evitar exagero no uso bebida alcoólica e tomar cuidado com a presença de pessoas estranhas e aquelas que acabou de conhecer;
- Procurar andar na companhia de pessoas de sua confiança;
- Manter sua intimidade em sigilo e evitar exposição pessoal em redes sociais;
- Nos casos em que a pessoa se sinta perseguida, tentar manter a calma e interromper o trajeto no primeiro local movimentado, de preferências lojas e locais com profissionais de segurança, e acionar, imediatamente, a polícia;
- Em situação de risco e onde haja a oportunidade de pessoas testemunharem a ação, gritar chamando pela polícia. Se estiver sob a mira de uma arma de fogo ou arma branca, que possa colocar sua vida imediatamente em risco, procurar memorizar as características físicas do criminoso e repassar, imediatamente, para a polícia.

O primeiro ponto a destacar-se na SD12 é o fato de que, em momento algum, no fio do discurso, o Estado fala para os homens, os culpados empiricamente falando pelo crescimento do índice de violência contra mulher. Pelo contrário. Todas as supostas orientações são tão somente para as mulheres, quer dizer, existe um pré-construído que irrompe nos dizeres estatais que também culpabiliza a mulher pela violência vivenciada pelas pernambucanas, assim como nos casos acontecidos no RS e em SP. Se olharmos para o próprio título do texto, o emprego da palavra *comportamento* significa muito.

Numa ida ao dicionário Aurélio *online*³⁸, comportamento é definido como “modo de comportar-se”, buscamos, então, a palavra *comportar*, deparamo-nos com seus possíveis sentidos. O primeiro sentido a aparecer é *admitir*, que pode ter relação com *reconhecer* a importância dessas regras e, ao mesmo tempo, se a mulher não as segue é porque *consente* a aproximação do outro. Temos, em seguida, “ser

³⁸ Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

capaz de se conter”, o que significa dizer que, caso a mulher se controlasse, seguindo as normas isso não aconteceria. Por fim, encontramos *portar-se*, ou seja, ela precisa agir de determinada forma. Assim, esse comportar que aparece nesses dizeres é o mesmo que conter, conter em si, é dizer que a mulher precisa seguir essas regras para que não seja vítima também, devendo ela fechar-se em si mesma e deixar-se controlar, de maneira a evitar a punição por saber comportar-se, diferentemente das mulheres estupradas. Todas essas definições levam-nos para o fato de que a mulher é tomada como culpada pela violência sofrida por não proceder adequadamente. Podemos afirmar que se trabalha com o efeito de evidência daquilo que “todo mundo sabe” como uma mulher “comportada” porta-se (PÊCHEUX, [1975] 2009a), ou seja, o uso de *comportamento* evidencia o falar da ideologia dominante.

O comportamento das mulheres, diante disso, constitui-se como a causa do aumento do estupro em Pernambuco. Encontramo-nos em presença dos efeitos do pré-construído, segundo o qual à mulher cabe o espaço privado, funcionando pelo agir da ideologia, em que já-ditos de uma formação dominante sobre o que é ser mulher ressoam.

Em outras palavras, de modo a não assumir sua responsabilidade, a culpa da violência contra mulher, no geral, é jogada em seus próprios ombros pelo Estado, pelo sistema, como mostra-nos a SD12 e as anteriores, além das relacionadas ao falar do Estado ditatorial. A sequência 12, especificamente, marca essa culpa feminina com relação ao aumento dos estupros, pois se as mulheres evitassem locais de risco, tomassem cuidado ao entrar no carro, não exagerassem no consumo de bebida alcoólica, entre outros “se”, segundo a PMPE e o governador de Pernambuco, certamente os números não teriam crescido. Todo esse falar reforça a ideia de que o lugar ocupado pela mulher tem de ser o privado.

O Estado acaba por fazer com que a cultura do estupro perpetue-se, uma vez nunca buscar atuar no que seria realmente a causa do problema, naturalizando os casos de violência sobre a mulher. Enquanto se foca na forma como ela deve portar-se, a ideologia da violência contra mulher segue sendo reproduzida. O estupro encontra, assim, suas bases na formação ideológica patriarcal, base do Estado brasileiro, e o patriarcado mantém essa cultura viva, ao reproduzir e atualizar determinados enunciados, por exemplo, “como ela estava vestida” ou “mas o que ela

fez para que ele agisse assim”, legitimando práticas que fazem o feminino menor e, conseqüentemente, levam à objetificação deste corpo e colocam-no nas mãos do homem.

Há que se considerar que, para o sistema capitalista neoliberal subsistir, tendo como um de seus pilares o patriarcado, é necessário que a culpa e a responsabilidade dos problemas dele decorrentes sejam depositadas no sujeito empírico (ŽIŽEK, *op. cit.*), pois “o sistema só pode funcionar se a causa de sua disfunção puder ser situada na ‘culpa’ do sujeito responsável” (p. 10). O que faz com que não reflitamos nas questões ideológicas e políticas que perpassam a violência contra a mulher.

Nessa materialidade, a fala do Estado, representado pelo governador de PE e pela PMPE, reflete os interesses do sistema capitalista, sendo o que sustenta esses dizeres, assim como no caso da fala dos magistrados e do promotor. Aquilo que se expõe na sequência discursiva 12, por exemplo, quando se diz para “evitar exagero no uso de bebida alcoólica” ou “manter sua intimidade em sigilo”, é posto como se fosse “o” caminho para a diminuição dos estupros, funcionando justamente pelo fato de que as mulheres enquanto oprimidas acabam fazendo “[...] valer os interesses materiais e ideológicos das classes dominantes que ditam o que pode e deve ser dito” (SILVA SOBRINHO, 2016, p. 98).

Pensemos, no entanto, que, normalmente, nada do que tratamos é feito de forma clara. Não pode ser. Trabalha-se, no geral, a partir da opacidade da língua. É necessário que “para ser eficaz, a lógica da legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta” (ŽIŽEK, 1996, p. 13). Por trás dessa fala do Estado de Pernambuco, ecoa que é preciso comportar-se para evitar a violência da qual ele diz não poder protegê-la, sendo ela a responsável pela violência que sofre por ter “saído do seu lugar”, por não se comportar como uma mulher.

Para isso, estão as diferentes maneiras de marcar-se na língua. Na época do regime militar, víamos que não existia preocupação em dissimular as questões ideológicas ali presentes, vinha à tona simplesmente o que lhe era conveniente, fazendo uso de uma língua denominada por Gadet e Pêcheux ([1981] 2004) como de ferro/fascista. Todavia, nos dias de hoje, normalmente, buscando assujeitar a

mulher à ideologia dominante já não se pode agir, no geral, como naqueles tempos. Assim, o patriarcado aprendeu a falar de forma diferente para alcançar seus objetivos.

Olhando para a SD12, vemos o constante uso da língua de vento. De forma “suave”, a Polícia Militar e o governador usam como desculpa a *segurança* das mulheres, palavra que aparece no próprio título do texto, para, em realidade, ditar regras de comportamento para elas e culpabilizá-las pelo crescimento do índice de estupro. Assim, dissimula-se o lugar no qual esse Estado encontra-se e busca-se recolocar a mulher em “seu devido lugar”.

Quando olhamos a fala dos magistrados, como nas sequências 1 e 2, damos conta que a língua aparece de forma distinta. Entendemos que o Estado, nestes casos, faz uso da língua de madeira, língua própria do Direito e do Estado (GADET; PÊCHEUX, *op. cit.*). Por meio dela, os magistrados falam fazendo uso de “artifício e da dupla linguagem” (p. 24) para dizer o que precisam dizer. No lugar de serem diretos, empregam uma estrutura linguística em que seus dizeres não sejam facilmente compreendidos por todos. Nesse sentido, fazem uso de tempos específicos, como a condicional que aparece nas SDS 1 e 2, ou de uma ordem sintática que colabore com os objetivos, a exemplo da oração subordinada adverbial condicional na SD 1. Ou seja, a língua de madeira constitui-se na “maneira política de denegar a política” (p. 24).

Na fala do promotor, por sua vez, podemos falar no uso também de uma língua de ferro/fascista. Assim, como na ditadura, ele não dissimula o que pretende dizer. A ideologia a qual se filia, fala no dito, não apenas pelo que se apresenta nas sequências discursivas anteriores, mas na leitura de todo o Acórdão é feito uso inclusive de expressões grosseiras para tratar com a vítima (SD7). Ele é bastante contundente ao se dirigir à menina, emergindo em seus dizeres apenas aquilo que deseja, culpabilizando-a a todo instante: *tu fez eu a juíza autorizar* (SD3), *tu fez a gente matar* (SD5), *tu é criminosa* (SD8). Vale ressaltar que o pronome *tu* vem sempre no começo da frase para denotar, intensificar a culpa que a menina possui pela decisão tomada por eles. Além disso, o verbo aparece no modo indicativo, quer dizer, faz-se dessa forma para marcar a certeza que ele tem daquilo sobre o que afirma.

Acreditamos, no entanto, que seu discurso configura-se de tal maneira, uma vez que se encontra duplamente numa posição de poder. Primeiramente, ele é homem, simples fato para que sua palavra tenha maior valor. Depois, ele é um representante da Justiça, do Estado, o que lhe dá credibilidade e segurança para que no dito possa evidenciar sua posição ideológica. Isto é, sua voz ressoará com muito mais força, inclusive aterrorizando ainda mais a vítima.

SD13:

[...] vou me esforçar pra te “ferrá”, pode ter certeza disso, eu não sou teu amigo.

Esse falar da SD13 deixa ainda mais claro o que falávamos. A grande questão é a vítima ser do sexo feminino e não ter aceitado o papel de subserviência ao homem, tendo, assim, realizado a denúncia. Desse modo, acaba sendo condenada pela dita Justiça na figura do promotor.

As seqüências discursivas anteriores que se constituem em dizeres do Estado falados em diferentes momentos temporais, por diferentes sujeitos empíricos, de diferentes formas evidenciam o lugar no qual o Estado brasileiro encontra-se. Vemos constantemente uma tentativa de culpabilização da mulher em situações em que ela é tão somente vítima. No caso do RS, ameaça-se, amedronta-se uma menina, que deveria ser duplamente protegida pelo Estado. Mas suas vozes são quase sempre silenciadas. Ao sistema não é interessante ouvi-las, objeto não opina.

Não há como ignorar, assim, tudo o que foi vivenciado pelas mulheres militantes lá atrás, ainda nos tempos de chumbo, e dar-se conta de que pouca coisa mudou no atual falar estatal com relação ao tratamento destinado à mulher. Seguimos vendo o Estado, muitas vezes, fazendo uso de uma língua de vento ou de madeira, objetivando, no fundo, ensiná-las seus lugares dentro desta sociedade, deste sistema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar sobre a questão da mulher implica pensar a respeito de uma história de luta e resistência, pois há um constante movimento que busca recolocá-las no espaço privado, reservado a elas historicamente, como meio de preservar o público, o lugar de poder ao macho. Conscientes de tais questões e considerando ainda o avanço das forças conservadoras sobre os direitos que conquistamos, especialmente no que tange aos direitos das mulheres, pareceu-nos relevante dedicar um momento para refletir sobre elas.

Apesar das conquistas alcançadas pelas mulheres, ainda hoje é possível afirmar que a mulher encontra-se num lugar de inferioridade social. Esse discurso de inferioridade do feminino em relação ao masculino, ainda que existam diferenças entre as classes, perpassa os diferentes meios sociais, o que inclui o lugar estatal. Assim, mesmo que a Constituição garanta-nos direitos, independentemente de gênero sexual, a realidade funciona de forma distinta. É por isso que, neste trabalho, dedicamo-nos a refletir sobre o Estado brasileiro e suas práticas no que tange à sua forma de conceber o feminino.

Observamos, para isso, o discurso estatal de dois períodos da história do Brasil, a ditadura militar e o momento atual, buscando compreender, por meio da análise desses discursos, se houve ruptura no discurso do Estado ou simplesmente uma atualização de já-ditos, de modo que a forma de compreender a língua, a ideologia e a memória pelo viés da Análise do Discurso pêncheuxiana foram essenciais.

O que nos mostraram as sequências discursivas então?

A partir da análise das sequências referentes à ditadura, entendemos que seus agentes, fisicamente e pela palavra, atuavam diretamente nos pontos característicos do ser-mulher: o corpo, a ofensa à sua feminilidade e a maternidade. A língua aparece, nos dizeres estatais, como uma espécie de instrumento a ser usado sobre as militantes, funcionando como forma de obrigá-las a retornar ao lugar do privado. Em outras palavras, há uma violência que se materializa na língua, na tentativa de dominá-las a partir do jogo ideológico. O que grita, então, é a importância da língua para essa espécie de luta, como já apontava-nos Pêncheux ([1975] 2009a).

Essas mulheres são entendidas como desviantes do caminho tido como correto pelo regime militar, é como se distorcessem o ser-mulher, o que as configurava como a falha do processo de interpelação ideológica. O Estado, assim, agiu de diferentes formas sobre elas: fazendo uso da ofensa como forma de tratamento, construída a partir de um modo de dizer o feminino; dava-se o direito de agir sobre o corpo da mulher, corpo feito para servir e ser violado, de modo que se fazia seu senhor; e ainda na forma como a maternidade transformou-se num outro meio de torturá-las. Entendemos que tudo isso deriva de um conjunto de saberes patriarcais que colocam a mulher, seu corpo, sua feminilidade nesse lugar de inferioridade.

O que emerge, nessas práticas, é que ser mulher e militante era inconcebível, o lugar da política não tinha relação com a feminilidade. Desse modo, o Estado passa a puni-las por isso, significando afirmar que a culpa pelo que vivenciaram nas mãos estatais cabe apenas a elas mesmas, já que o Estado atuava numa tentativa de ensiná-las como deveria ser/agir um sujeito do sexo feminino, evidenciando um forte falar da ideologia do patriarcado, responsável por regular os dizeres/o atuar dos seus agentes.

Nas sequências discursivas do segundo momento do nosso *corpus*, onde trabalhamos com o discurso de hoje, a situação não se mostra muito diferente, ainda que reconheçamos deslocamentos no discurso estatal. Mais uma vez, memórias referentes a um modelo singular de mulher são atualizadas nas falas do Estado. Percebemos, no entanto, é que isso se dá de outro modo, pois atualmente já não funcionaria atuar da mesma forma, pois, no geral, poderia causar uma revolta maior se a dominação fosse exposta com todas as letras, de forma que a lógica da dominação, como confirma Žižek (1996), tem de estar oculta para que se legitime.

A estrutura discursiva passa a ser disposta de outro modo. Mudou-se a organização linguística, a escolha de determinadas estruturas, a forma de se marcar da língua, as condições de produção discursiva..., o que não significa afirmar que os sentidos tecidos sejam distintos. A mulher, na maior parte dos casos, com exceção de um dos sujeitos empíricos, já não é apontada diretamente como culpada, entretanto existem outros mecanismos linguísticos que levam à sua culpabilização. A questão das “três línguas” de Gadet e Pêcheux ([1981] 2004) exemplifica isso, pois, diferentemente, da atuação dos agentes ditatoriais, que faziam uso de uma língua

de ferro, a maior parte dos que falam atualmente usam as línguas de madeira e de vento para perpetuar a ideologia do patriarcado. Entendemos, a partir disso, que as memórias que se atualizam não diferem daquelas trazidas pelo falar da ditadura.

As SDs trabalhadas apontam, então, para a ordem da repetibilidade na qual se inscrevem os discursos. Trocam-se os sujeitos empíricos, porém os sentidos tecidos repetem-se. São os mesmos pré-construídos, as mesmas lembranças trazendo uma ideia una de feminilidade, que vão sendo atualizadas nos falares dos agentes estatais.

Assim, mesmo nos dizeres atuais do Estado, os saberes patriarcais seguem se materializando na língua, significando, ainda que, muitas vezes, pelo não-dito. A língua mostra-se opaca, instável, pois há a tentativa de ocultar aquilo que está por trás de certos dizeres, mas, no transcorrer do discurso, vai se revelando onde esse Estado encontra-se inscrito e, conseqüentemente, sua forma de compreender a mulher e suas questões.

A língua, como aponta nossa análise, foi e é usada como instrumento de violência contra a mulher, especialmente aquela que, de alguma forma, conteste esses já-ditos. Por conseguinte, acaba por servir ao Estado como meio de perpetuar a ideologia do patriarcado, em que as mulheres são tomadas como inferiores, preservando o lugar de dominância do homem e objetivando ensiná-las seus lugares dentro deste sistema.

Por fim, damo-nos conta de que houve deslocamentos no discurso estatal, mas uma ruptura, de fato, não se deu. Seguimos vivenciando situações bem semelhantes. Somos mulheres. Há perspectiva? Não sabemos o que ainda está por vir. Mas em luta seguimos. Mantemo-nos em resistência. Por Soledad. Pelas outras militantes que se entregaram à luta pela redemocratização. Por Remís. Por nós.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. (1971) **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

BAGAGLI, B. P. Movimento de sentidos e constituição de subjetividade em discursos transfeministas. In: FERRARI, A. J.; ZOPPI-FONTANA, M. G. **Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia**. Campinas: Pontes, 2017.

BEAUVOIR, S. de. (1949) **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

_____. (1949) **O segundo sexo: a experiência vivida**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BIROLI, F. O público e o privado. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

_____. Autonomia, dominação e opressão. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política**. São Paulo: Boitempo editorial, 2014.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: **Senado**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 nov. 2017.

_____. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: **CNV**, 2014.

CAZARIN, E. A. A heterogeneidade discursiva de uma posição-sujeito. SEMINÁRIOS DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 2, 2005. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

COLLING, A. M. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Ventos, 1997.

CORTEN, A. Discurso e representação do político. In : INDURSKY, F. ; LEANDRO FERREIRA, M. C. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre : Sagra Luzzato, 1999.

COURTINE, J-J. (1981) **Análise do discurso político: discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. IN: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (orgs.) **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.

DALTOÉ, A. da S. O direito de ser esquecido, o direito de ser lembrado: memória, esquecimento e o funcionamento da metáfora. **Línguas e instrumentos linguísticos**, Campinas, n. 33, jan./jun. 2014, p. 135-162.

_____. A Comissão Nacional da Verdade e suas ressonâncias nos documentários Verdade 12.528 e Em busca da verdade. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 16, n. 1, 2016, p. 153-167.

DE NARDI, F. S. **Outros dizeres sobre o ensino de segunda língua**: um lugar para a tomada da palavra terreno da opacidade e do real. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com língua e discurso. **Organon**, Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, 2003, p. 65-85.

_____. **Um olhar discursivo sobre a língua, cultura e identidade**: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FOUCAULT, M. (1969) **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. (1970) **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. (1981). **A língua inatingível**. Campinas: Pontes, 2004.

GODOY, A. B. de. **A loucura como constructo discursivo e sintoma social**: uma análise do funcionamento da ideologia e do inconsciente na constituição dos sujeitos. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GRIGOLETTO, E. **O discurso de divulgação científica**: um espaço discursivo intervalar. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

HALBWACHS, M. (1950) **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2013.

HENRY, P. (1977). **A ferramenta imperfeita**: língua, sujeito e discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

INDURSKY, I. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. **Memória e história na/da Análise de Discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

_____. Lula lá: estrutura ou acontecimento. **Organon**, Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n. 35, 2003, p. 101-121.

_____. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela. SEMINÁRIOS DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO - SEAD, 2, 2005. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

LEANDRO FERREIRA, M. C. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**: da ambiguidade ao equívoco. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

_____. A O lugar da sintaxe no discurso. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.

_____. O corpo como materialidade discursiva. **Redisco**, Vitória da Conquista: UESB, v. 2, n. 1, 2013, p. 77-82.

MACHEREY, P. Língua, discurso, ideologia, sujeito, sentido: de Thomas Herbert a Michel Pêcheux. **Décalages**. Vol. 1. 2014. Disponível em: <<http://scholar.oxy.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1076&context=decalages>>. Acesso em: 30 jul. 2017.

MALDIDIÉ, D. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, E. (org.). **Gestos de leitura**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994, p. 15-28.

_____. A inquietude do discurso. Um trajeto na história da Análise do Discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (orgs.) **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

MEDEIROS, L. **Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

MILNER, J-C. (1978). **O amor da língua**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

NUNES, S. R. Violência sexual em mulheres durante a ditadura civil-militar no Brasil: o testemunho e a negação. In: FERRARI, A. J.; ZOPPI-FONTANA, M. G. **Mulheres em discurso: gênero, linguagem e ideologia**. Campinas: Pontes, 2017.

ORLANDI, E. P. **As formas de silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Ponte, 1999.

_____. A noção de materialidade. In: **Vídeos Labeurb**. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/videos/videos.lab> Dez. 2007>. Acesso: 5 jan. 2018.

_____. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In: DIAS, C. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]**. Série e-urbano. Vol. 2, 2013. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/>>. Acesso em: 9 out. 2017.

PÊCHEUX, M. (1969) Análise Automática do Discurso (ADD-69). In: GADET, F; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. (1975) **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Unicamp, 2009a.

_____. (1982) Sobre a (des)construção das teorias linguísticas. **Cadernos de Tradução**, Porto Alegre: UFRGS, n. 4, 2ª ed., out. 1998. p. 35-55.

- _____. (1983) **O discurso: estrutura ou acontecimento**. São Paulo: Pontes, 2015.
- _____. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ŽIŽEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. Papel da memória. In: ACHARD, P. **Papel da memória**. Campinas: Pontes Editores, 1999.
- _____. O estranho espelho da Análise do Discurso. In: COURTINE, J-J. **Análise do discurso político: discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009b.
- _____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. **Gestos de leitura**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- PERROT, M. Mulheres. In: _____. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- _____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- PRELLVITZ, T. J. **Estrangeiro ou imigrante: o discurso da imprensa construindo a (in)aceitabilidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- RAGO, M. Memórias da clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schmidt e a Guerrilha do Araguaia. In: PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- RICOUER, P. (2000). **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.
- _____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SASSURE, F de. (1916). **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SILVA SOBRINHO, H. F. da. Redes de sentidos e raciocínios antagonistas: a internet na interface do discurso. In: DE NARDI, F. S.; GRIGOLETTO, E.; SCHONS, C. R. **Discursos em Rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Ed. Universitária – UFPE, 2011.
- _____. Michel Pêcheux e a crítica ao capitalismo: “é preciso ousar se revoltar”. In: DE NARDI, F. S.; GRIGOLETTO, E. **A Análise do Discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes, 2016.
- ŽIŽEK, S. O espectro da ideologia. In: _____. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Identidade (in)formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon**, Porto Alegre: UFRGS, v. 17, n.35, 2003, p. 245-282.